



g100

MUNICÍPIOS POPULOSOS
COM BAIXA RECEITA PER CAPITA
E ALTA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA



TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO E A SAÚDE, A PREFEITURA MELHORA A VIDA EM APARECIDA DE GOIÂNIA.

Quando a Prefeitura de Aparecida de Goiânia investe em educação e saúde, os benefícios não ficam somente nas salas de aula ou nos hospitais, chegando às casas de milhares de famílias.

Veja o que já fizemos e as melhorias que estão a caminho.

Construção de **43 CMEIS**

Centros Municipais de Educação Infantil

36 estão em construção e **27** serão inaugurados ainda neste ano.

Obras realizadas em parceria com o Governo Federal que vão gerar mais de 5 mil vagas na educação infantil.

Ampliação de **51** escolas e construção de **4** novas unidades

Todas com salas de aula climatizadas, laboratórios de informática e bibliotecas.

Distribuição de **79 mil kits** de uniformes escolares

Com tênis para todos os alunos da rede municipal de ensino e notebooks para todos os professores.

Implantação do Instituto Federal de Goiás (IFG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Em parceria com o Ministério da Educação.



- Construção de 15 Unidades Básicas de Saúde (UBSs)
- Construção de 3 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)
- Novo Hospital Municipal com 220 leitos



E ainda tem mais benefícios na infraestrutura:

- Mais de 5 milhões de m² de asfalto e mais de 1,5 milhão de m² de recapeamentos
- Implantação de 3 Eixos Estruturantes Norte-Sul



PREFEITURA DE
APARECIDA

Transformando a cidade.
Melhorando sua vida.



g100

MUNICÍPIOS POPULOSOS
COM BAIXA RECEITA PER CAPITA
E ALTA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de Frente Nacional de Prefeitos e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

DEZEMBRO 2013

APRESENTAÇÃO

FOTO: CRISTINE ROCHOL



Cidades populosas, com baixa renda, recursos escassos para investir em infraestrutura e na qualificação dos serviços públicos. Essa combinação perversa não é ficção nem fato isolado: atinge um grupo grande de cidades brasileiras. Com o objetivo de trocar experiências e trabalhar de forma conjunta para buscar soluções para os problemas comuns, foi criado, pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o **g100**, que reúne as cem cidades com mais de 80 mil habitantes, os mais baixos níveis de receita pública per capita do país e alta vulnerabilidade socioeconômica.

Sem dúvida, a solução para os problemas enfrentados por essas cidades depende de uma mudança estrutural no pacto federativo brasileiro, mas é inegável que a formação do **g100** jogou luz sobre os municípios onde vivem cerca de 11% da população brasileira. Cabe destacar o reconhecimento da iniciativa pelo Governo Federal, um importante passo do **g100**. Isso já representa avanços destacados, pois o grupo passou a ser critério prioritário para receber novos campi universitários e escolas técnicas, para a ampliação de creches e pré-escolas, para as ações do programa Brasil Sem Miséria e, mais recentemente, também para as escolhas das cidades a serem atendidas pelo programa Mais Médicos, iniciativa que atende à campanha “Cadê o Médico?”, lançada pela FNP em janeiro de 2013.

Os resultados alcançados até agora, embora não representem a solução para todos os problemas, servem como incentivo para o necessário debate e o enfrentamento das questões que afetam diretamente as populações que vivem nessas cidades. Por isso, a FNP disponibiliza esta publicação que, além de agrupar informações sobre os municípios que formam o **g100**, é uma ferramenta de estudo e pesquisa para a elaboração de políticas públicas voltadas para esses municípios.

José Fortunati

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos

Prefeito de Porto Alegre

SUMÁRIO

EDITORIAL	
MAGUITO VILELA - g100: muitas conquistas, mas ainda muitos desafios.....	4
ENTREVISTA	
SÉRGIO RIBEIRO – É urgente evidenciar esse abismo	6
ENTREVISTA	
UNIÃO EUROPEIA – Cooperação entre União Europeia e FNP para fortalecer o g100	9
g100	
Para combater a lógica perversa	14
RECEITA PER CAPITA	
Levaria um século para g100 igualar sua receita per capita à dos demais municípios.....	16
ARTIGO	
LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES - Fiscalização do ITR incrementa arrecadação municipal	24
PERFIL ECONÔMICO	
Participação do g100 no PIB acentua distorção na partilha dos recursos	26
REDE URBANA	
Mais de 25% dos trabalhadores residentes no g100 desloca-se para outros municípios.....	34
ANÁLISE DEMOGRÁFICA	
Forte presença de crianças e jovens exige mais ensino e trabalho no g100	38
EDUCAÇÃO	
A defasagem do g100 permanece grande	42
SAÚDE	
g100 tem maior dependência dos recursos federais para custeio do SUS.....	46
ARTIGO	
ALEXANDRE PADILHA - Mais Médicos: um passo importante para melhorar a saúde dos brasileiros	51
SANEAMENTO BÁSICO	
Coleta e tratamento de esgoto continua um grande desafio para o país e ainda mais para o g100.....	52
ARTIGO	
DIRCEU BARBANO - Projeto de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária	58
SEGURANÇA ALIMENTAR	
Aumentar a adesão ao SISAN para garantir Segurança Alimentar.....	60
ARTIGO	
JÚLIO FLÁVIO GAMEIRO MIRAGAYA - Pesquisa da Codeplan aponta quadro de pobreza e infraestrutura precária na periferia Metropolitana de Brasília.....	65
SEGURANÇA PÚBLICA	
A epidemia de homicídios é maior nos municípios do g100	70
TABELA: ÍNDICE g100	74
TABELA: DADOS GERAIS DO g100	76
MAPA COM OS MUNICÍPIOS DO g100 - 2013	80
NOTAS METODOLÓGICAS	
Criado o índice g100 para definir cidades do grupo.....	82

Realização:



SRTVS, Quadra 701, Bloco H, Lote 10, Sala 603 – Brasília-DF
CEP: 70340-910 – Fone: (61) 3044-9800
www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br

g100 - Municípios Populosos com Baixa Receita per Capita e Alta Vulnerabilidade Social/Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. (Novembro 2013). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2013

CDU: 336.1

Realização: Frente Nacional de Prefeitos • **Presidente:** José Fortunati (Prefeito de Porto Alegre-RS) • **Primeiro vice-presidente Nacional:** Fernando Haddad (Prefeito de São Paulo-SP) • **Segundo vice-presidente Nacional:** Maguito Vilela (Prefeito de Aparecida de Goiânia-GO) • **Primeiro vice-presidente de Relações Internacionais:** Renildo Vasconcelos Calheiros (Prefeito de Olinda-PE) • **Segundo vice-presidente de Relações Internacionais:** Luciano Rezende (Prefeito de Vitória-ES) • **Vice-presidente de Coordenação Institucional:** Marcio Lacerda (Prefeito de Belo Horizonte-MG) • **Secretário-geral:** Luiz Marinho (Prefeito de São Bernardo do Campo-SP) • **Primeiro secretário:** Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior (Prefeito de Belém-PA) • **Segundo secretário:** Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto (Prefeito de Salvador-BA) • **Vice-Presidente para Assuntos das Cidades Populosas com Alta Vulnerabilidade Socioeconômica:** Sérgio Ribeiro (Prefeito de Carapicuíba-SP) • **Secretário Executivo:** Gilberto Perre

Elaboração: Aequus Consultoria • **Direção:** Tânia Mara Cursino Villela • **Equipe técnica:** Juliano César Gomes, Luiz Eduardo de Souza Dalfior, Victor Batista Trindade e Taís Francisca Lopes (estagiária) • **Colaboradores:** Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha, Carlos Roberto Almeida França, Cimar A. P. Aparício, Edson Aparecido Silva, João Francisco Gonçalves Santos, Ligia Schiavon Duarte, Luis Fernando Novais, Samira Bueno e Walter Belik • **Revisão:** João Francisco Gonçalves Santos • **Administrativo:** Marta Luiza Cursino Villela • **Projeto gráfico, editoração e capa:** Comunicação Impressa • **Foto da capa:** Carapicuíba-SP - Delfim Martins • **Impressão:** Gráfica e Editora GSA

Rua Dr. Eurico de Aguiar, nº 888 - salas 504 e 507 - Vitória - ES - CEP 29056-200
Telefones: (27) 3235-7841 - 3235-7546 - E-mail: aequus@aequus.com.br • www.aequus.com.br



É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

g100: MUITAS CONQUISTAS, **MAS AINDA MUITOS DESAFIOS**



A criação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) ocorreu em 1989, a partir da articulação política de um grupo de prefeitos de algumas capitais, coordenada pela então prefeita de São Paulo (SP), Luiza Erundina. Dez anos depois, em 1999, a articulação foi institucionalizada. E passados 20 anos, a FNP criou um forte grupo de articulação política, o **g100** – que reúne uma centena de municípios com as menores receitas per capita e com população superior a 80 mil habitantes. Num grupo de cidades onde as dificuldades e os desafios são constantes em todas as áreas e as soluções nem sempre chegam a curto prazo, cada vitória é comemorada e deve ser compartilhada. Paralelamente à capacidade de organização e de formulação de política do **g100** está o governo da presidenta Dilma Rousseff, que mantém com os municípios brasileiros uma relação republicana e de resultado.

De fato, o **g100** jogou luz sobre as cidades onde vivem 11,2% da população brasileira e que apresentam alta vulnerabilidade socioeconômica. Claro que a resolução dessa questão depende de uma mudança estrutural no pacto federativo brasileiro,

mas a atuação do grupo de prefeitos e prefeitas conseguiu sensibilizar o governo federal para que se definam políticas públicas específicas que atendam às necessidades de suas populações.

Resultados desse trabalho aparecem em diversos municípios. Uma das primeiras medidas do governo que levou em consideração o perfil dos municípios que compõem o **g100** foi a expansão da Rede Federal de Educação, realizada pela presidenta Dilma e pelo então ministro da Educação e hoje integrante da diretoria da FNP, Fernando Haddad. Aparecida de Goiânia (GO), por exemplo, que tem cerca de 500 mil habitantes e 20% da população abaixo da linha da pobreza, recebeu uma unidade do Instituto Federal de Goiás (IFG) e um campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG). O IFG começou a funcionar em abril de 2012, com a oferta de cursos superiores, como o de Engenharia Civil gratuito, no período noturno, e ensino médio articulado com profissionalizante, enquanto a construção do campus da UFG está em licitação e com recursos garantidos para a sua implantação.

Outra conquista importante para Aparecida ocorreu a partir da inclusão do **g100** no Plano Brasil Sem Miséria. O programa prevê, por exemplo, atendimento prioritário para o **g100** na ampliação das creches e pré-escolas. Até 2008, o município possuía apenas nove Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis). Em função da adoção desse critério, a cidade recebeu 43 Cmeis, que se encontram em construção ou em licitação. Serão geradas mais de cinco mil vagas na educação infantil. Ainda dentro do Brasil Sem Miséria, foi possível acelerar e ampliar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego (Pronatec), que já qualificou milhares de aparecidentes.

Atuando proativamente, a Frente Nacional de Prefeitos estabeleceu parceria com a Caixa Econômi-

A atuação do grupo de prefeitos e prefeitas conseguiu sensibilizar o governo federal para que se definam políticas públicas específicas que atendam às necessidades de suas populações.

ca Federal, contando com recursos da Comunidade Européia, para levar o Programa Crescer – Microcrédito Produtivo Orientado – para os municípios do **g100**, uma forma de promover a inclusão produtiva assegurando recursos para que os pequenos negócios possam prosperar. Em nosso município o programa atendeu a mais de duas mil pessoas, desde 2011, gerando, além da qualificação profissional, a oportunidade de abertura de negócios.

Diante de tantos resultados expressivos, é incontestável a importância da mobilização e articulação dos municípios do **g100** para a obtenção de tratamento diferenciado nas políticas públicas dos estados e da União. Apenas com muito trabalho e união conseguiremos seguir com as conquistas e ampliar a oferta de serviços públicos de qualidade que nossos cidadãos têm demandado com tanta ênfase.

Maguito Vilela

2º Vice-presidente da FNP

Prefeito de Aparecida de Goiânia (GO)

É URGENTE EVIDENCIAR ESSE ABISMO



SÉRGIO RIBEIRO – PREFEITO DE CARAPICUÍBA E VICE-PRESIDENTE PARA ASSUNTOS DO g100 DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS

O elevado índice de renovação de prefeitos das cidades que compõem o g100, na casa dos 70%, nas eleições de outubro do ano passado colocou um desafio imediato para o prefeito de Carapicuíba (SP), Sérgio Ribeiro, eleito no começo deste ano vice-presidente para Assuntos do **g100** da Frente Nacional de Prefeitos (FNP): “fortalecer e institucionalizar a rede de prefeitos do **g100**” tem sido sua primeira preocupação desde que assumiu o cargo, conforme ressaltou nesta entrevista exclusiva.

Em outras palavras, cabe ao coordenador conquistar os novos prefeitos para abraçarem os princípios que nortearam a formação do **g100** dentro da FNP de modo a que eles se integrem às muitas lutas que o grupo tem pela frente. No curto prazo, ressaltou o prefeito Ribeiro, a maior de todas é “o incremento das receitas dos municípios por meio de transferências voluntárias da União e dos Estados, visando a promoção do desenvolvimento econômico e social”.

Outro caminho a ser explorado, explicou o novo vice-presidente, é a obtenção de ganhos por meio da construção de parcerias. Essa estratégia já colheu o primeiro importante fruto, ao obter do Ministério da Saúde a prioridade para o **g100** na construção do Programa Mais Médicos. Na raiz de todas as articulações, destaca o prefeito, estará sempre o esforço para corrigir a situação injusta vivida por esse grupo de municípios: “Quando comparado às demais cidades do mesmo porte, o **g100** apresenta todos os indicadores substancialmente inferiores. É urgente evidenciar esse abismo”. A seguir, os principais trechos da entrevista:

? Como o senhor encara o desafio de coordenar o g100?

Para mim, ter sido eleito para coordenar esse grupo de cidades em especial é o reconhecimento de uma trajetória de vida pública, ligada à luta pela

melhoria das condições de vida da população. É uma extensão da minha vocação voltada ao desenvolvimento da cidadania e ao aperfeiçoamento dos serviços públicos. Isso sempre me animou muito. Além disso, este ano o **g100** vive uma realidade diferente: temos um grupo cujo índice de renovação dos prefeitos chega a 70%, o que torna indispensável um grande esforço de mobilização. Essa é a minha primeira grande tarefa como coordenador do **g100**.

❓ Qual a importância da articulação desse grupo de prefeitos?

*Acredito que no universo do **g100**, que contempla cerca de 11% da população brasileira, o mais importante é somar nossas forças para dar visibilidade aos grandes problemas enfrentados por esses municípios. Quando comparado às demais cidades do mesmo porte, o **g100** apresenta todos os indicadores substancialmente inferiores. É urgente evidenciar esse abismo. Para isso, conto com a parceria dos prefeitos do **g100**. Precisamos fortalecer a busca por medidas que possam compensar o desequilíbrio entre os municípios e provocar a discussão sobre a repactuação federativa.*

❓ Quais características mais marcantes o senhor destacaria nos municípios do g100?

*Temos que avaliar dois aspectos: o social e o econômico. Pelo ponto de vista social, no que se refere às condições de vida das pessoas, o **g100** é um grupo de municípios populosos que apresenta déficits em todas as áreas: saneamento, educação, saúde, habitação, segurança pública, emprego e renda. Já o aspecto econômico refere-se à capacidade do município para oferecer serviços públicos que possam atender às necessidades da população. No **g100** essa capacidade é extremamente reduzida em virtude da baixa arrecadação e da grande dificuldade para atrair investimentos.*

❓ Como é governar uma cidade com o perfil do g100? Quais são os maiores desafios?

Lidar com uma crônica escassez de recursos,

Quando comparado às demais cidades do mesmo porte, o **g100** apresenta todos os indicadores substancialmente inferiores. É urgente evidenciar esse abismo. Para isso, conto com a parceria dos prefeitos do **g100**.

*assistir à população com uma infraestrutura limitada e muitas vezes comprometida são só alguns dos problemas que têm de enfrentar os gestores municipais do **g100**. A grande dificuldade de se obter financiamentos torna ainda mais difícil efetuar investimentos. São obstáculos estruturais que penalizam a maioria dos municípios brasileiros, porém de forma mais aguda os municípios do **g100**. Temos problemas graves em todas as áreas, da saúde à educação, da mobilidade à segurança pública, e por aí vai. O fato de fazermos parte do grupo de cidades populosas por si só revela um alto grau de complexidade administrativa, que é acentuada pela condição especificamente precária do **g100**.*

❓ Qual o papel que os Estados e a União podem desempenhar no enfrentamento desses desafios?

*A parceria que buscamos com os outros entes da federação é no sentido de sensibilizá-los diante das demandas específicas do **g100**, de modo a contribuir para a construção de soluções e viabilizar a adoção de políticas públicas que sejam necessárias a esses municípios. O Ministério da Saúde, por exemplo, acatou recentemente nosso pedido para a utilização do **g100** como critério prioritário para a distribuição de profissionais do Programa Mais Médicos, ►*

ENTREVISTA

do Governo Federal. Essa medida vem para sanar um dos nossos problemas mais graves e urgentes na área da saúde, que é exatamente a atenção básica. Esperamos construir cada vez mais parcerias de sucesso como essa.

? Quais são as perspectivas do g100 para os próximos anos?

Quando a articulação com os novos prefeitos do grupo estiver consolidada as perspectivas serão as melhores, já que temos firmadas parcerias importantes com a Caixa, com a União Europeia, os Ministérios do Desenvolvimento Social e da Educação, com a Anvisa, entre outras instituições. Isso é o resultado não só da situação especial do g100, como também o reconhecimento do trabalho de articulação e mobilização dos prefeitos.

? Quais as prioridades para as ações desenvolvidas pelo g100?

Nossa primeira preocupação é fortalecer e institucionalizar a rede de prefeitos do g100 para, a partir daí, reforçar as ações já em andamento. A nossa prioridade, no curto prazo, é o incremento das receitas dos municípios por meio de recursos e transferências voluntárias, visando também a promoção do desenvolvimento econômico e social da população. Por isso aprofundaremos as parcerias já firmadas, como a que temos com a Caixa para o treinamento e capacitação de agentes de crédito. Também, em parceria com a Receita Federal, a capacitação de técnicos municipais para a fiscalização e cobrança do ITR nos municípios conveniados, entre outras

ações. Este ano, como eu disse, o primeiro passo foi dado na área da saúde, quando buscamos o apoio do Governo Federal para que o g100 fosse beneficiado no Programa Mais Médicos, e fomos atendidos. Vamos continuar a nossa busca por parcerias junto aos governos estaduais e ao Governo Federal, porque com sinergia e organização já ficou demonstrado que é possível conquistar muita coisa para o g100.

? Qual a importância do projeto da FNP com a União Europeia para o fortalecimento institucional do g100?

O projeto com a União Europeia é de extrema relevância, sobretudo no momento atual. Além de significar a elevação do g100 ao reconhecimento internacional, ele será o pontapé inicial para a consolidação da rede de prefeitos do grupo e garantirá o sucesso e a unidade dela nos próximos anos. Devido ao alto índice de renovação no quadro de prefeitos por ocasião das eleições municipais do ano passado, esse grande projeto propicia a oportunidade de reunir não só parceiros da FNP em torno do conjunto de ações direcionadas para o g100, mas também define uma formidável estratégia de mobilização e articulação desse novo contingente de prefeitos do grupo com ações inteligentes de acompanhamento das nossas parcerias. Para se ter uma idéia, o projeto prevê a contratação de nove monitores regionais que acompanharão de perto e darão suporte às ações do grupo, reforçando ainda mais a efetividade e o sucesso dos programas dos quais o g100 participa. O projeto é, sem sombra de dúvidas, uma excelente oportunidade para nós.

COOPERAÇÃO ENTRE UNIÃO EUROPEIA E FNP PARA FORTALECER O g100

DENISE VERDADE – ASSESSORA DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E RESPONSÁVEL PELA LINHA TEMÁTICA ATORES NÃO ESTATAIS E AUTORIDADES LOCAIS

A União Europeia coopera com os municípios brasileiros através do Projeto de Fortalecimento Institucional dos 100 Municípios Populosos com Alta Vulnerabilidade Social e Menor Arrecadação Pública nas Ações Públicas de Combate à Pobreza Extrema. O objetivo do Projeto é melhorar as condições de vida e de integração social e econômica de pelo menos 40.000 famílias nas cem maiores cidades brasileiras mais pobres. A execução é realizada em parceria com o Instituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo (Iscos Piemonte), da Itália e envolve diversos parceiros como Caixa, Anvisa, Sebrae e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A seguir, publicamos entrevista com dois dos responsáveis pela cooperação União Europeia-Brasil:



? Em que contexto se insere a cooperação entre a União Europeia e os municípios brasileiros? Qual é o foco dos projetos desenvolvidos?

A cooperação com os municípios brasileiros se insere no marco do Programa Atores Não Estatais e Autoridades Locais (ANE-AL) em Desenvolvimento da Cooperação Internacional da União Europeia. O programa foi criado em 2007, com a entrada em vigor do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD) e tem como objetivo co-financiar as iniciativas e propostas das organi-

ENTREVISTA

zações da sociedade civil, das autoridades locais da UE e países terceiros no setor do desenvolvimento.

O Regulamento nº 1905/2006 da (CE) do Parlamento Europeu e do Conselho (OJ L 378, de 27 Dezembro de 2006), estabelece o instrumento de financiamento para a cooperação e desenvolvimento e, mais especificamente, o seu artigo 14 constitui a base legal deste programa temático.

O objetivo geral do programa ANE-AL é a redução da pobreza no contexto do desenvolvimento sustentável, incluindo procurar atingir os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM) e outros alvos internacionalmente acordados. A União Europeia está ciente de que a luta contra a pobreza só será bem sucedida se forem realizados progressos no sentido de enfrentar as desigualdades sociais. Por essa razão, tem apoiado diversos projetos, cujo objetivo último é a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas, aumentando as possibilidades dessas comunidades de participar e de exercer a cidadania.

❓ De que maneira os municípios interessados podem pleitear os recursos provenientes dos editais da União Europeia?

O apoio prático pode ser observado por meio dos projetos propostos pela sociedade civil e autoridades locais e selecionados nos diversos editais lançados, tanto pela Delegação, quanto pela nossa Sede em Bruxelas. É importante salientar que dentro da linha geral de atuação nos países terceiros, cada Delegação define as suas próprias prioridades e estabelece um diálogo com diferentes organizações da sociedade civil, autoridades locais, organismos internacionais, universidades, sindicatos e cooperativas, considerados como multiplicadores de informação, para discutir e debater as prioridades dos editais que serão publicados.

Os municípios interessados podem acessar o website da Delegação da União Europeia: http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/index_pt.htm e

procurar anúncios sobre editais abertos. Também podem seguir as instruções no sub-menu “subvenções e concursos” (http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/grants_tenders/grants/index_pt.htm) para obter informação sobre editais passados, abertos e pré-anúncios de editais futuros. Cada edital é acompanhado por instruções específicas. Em geral, a primeira etapa consiste em redigir um documento síntese que descreve a ação proposta de forma sucinta, em 5 páginas. Depois de uma pré-seleção desses documentos as melhores ideias receberão um convite para elaborar uma proposta mais completa, inclusive um orçamento. Esse documento será sujeito à segunda etapa da seleção dos projetos.

No marco deste programa, a Delegação da União Europeia no Brasil tem lançado editais anuais desde 2008. As estratégias propostas para a linha temática ANE-AL têm sido anualmente analisadas e discutidas com os representantes de diferentes organizações da sociedade civil, autoridades locais, universidades, sindicatos e cooperativas. Este programa temático é complementar à Estratégia de Direitos Humanos, às prioridades já estabelecidas no âmbito das outras linhas temáticas e da parceria estratégica União Europeia e Brasil.

Além do edital ANE/AL, a Delegação da União Europeia no Brasil lança editais relativos às seguintes linhas temáticas:

- ▶ Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDDH);
- ▶ Instrumento para Estabilidade.

❓ A FNP e a União Europeia desenvolvem um projeto voltado especificamente para o g100, envolvendo diversos parceiros como Caixa Econômica Federal, Anvisa, Sebrae e Ministério do Desenvolvimento Social. Quais são os benefícios do projeto para esses municípios?

O projeto ao qual nos referimos é o de Fortalecimento Institucional dos 100 Municípios Populosos com Alta Vulnerabilidade Social e Menor Arreca-

dação Pública nas Ações Públicas de Combate à Pobreza Extrema. Essa atividade é coordenada pela FNP e conta com um montante total de € 460.100, do qual € 389.000 ou 86,50%, é contribuição da União Europeia. Esse projeto começou em janeiro de 2013, com uma duração prevista de 24 meses. A execução é feita em parceria com Iscos Piemonte - Istituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo, da Itália, e tem como objetivo combater a pobreza e melhorar as condições de vida e de integração social e econômica de pelo menos 40.000 famílias nas cem maiores cidades brasileiras mais pobres.

Esperamos que o projeto alcance resultados como:

- ▶ Fortalecimento institucional das capacidades de análise, planejamento e realização das políticas públicas locais de combate à pobreza extrema e à exclusão social, através da constituição de oito grupos de trabalho territoriais e de cem comitês de articulação local; do levantamento de dados, monitoramento dos Objetivos do Milênio e da divulgação resultados;
- ▶ Capacitação técnica e educação empreendedora e financeira das camadas mais vulneráveis da população, principalmente jovens e do sexo feminino, através do apoio de 200 funcionários municipais capacitados.
- ▶ Melhoria das possibilidades de geração de renda, de acesso ao financiamento para novas atividades e de formalização das atividades informais, principalmente para jovens e pessoas do sexo feminino em situação de vulnerabilidade, através do apoio de 200 funcionários municipais capacitados.

❓ Qual é o futuro da cooperação União Europeia e Brasil?

Resposta do conselheiro Jérôme Poussié, chefe do Setor de Cooperação.

A estratégia para o período 2014-2020 ainda está em fase de preparação. Todavia, já se sabe que a cooperação ao desenvolvimento bilateral existente

O projeto tem como objetivo combater a pobreza e melhorar as condições de vida de pelo menos 40 mil famílias no g100.

com o governo central brasileiro não será renovada e que será dada prioridade à cooperação através das linhas temáticas. Já se sabe que o programa temático Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais será o sucessor do Programa Atores Não Estatais e Autoridades Locais em Desenvolvimento, que finaliza em 2013.

Em relação à nova estratégia, a Delegação da União Europeia no Brasil está promovendo uma série de consultas junto às organizações da sociedade civil e autoridades locais para identificar as prioridades temáticas que a UE deverá fortalecer na sua cooperação com essas entidades nos próximos anos. É importante salientar que através de um diálogo político e estratégico abrangente com o Brasil, a UE definirá a forma de cooperação mais adequada.

As consultas têm como base as recentes comunicações às Organizações da Sociedade Civil e às Autoridades Governamentais Locais onde a UE reconhece o papel desses atores e promove a sua participação na elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento sustentável.

A complexidade das questões presentes na atualidade exige cada vez mais ações integradas com a participação de instituições públicas e privadas. A sociedade civil cumpre um papel fundamental no controle social, na defesa de direitos e também tem influenciado na formulação de políticas públicas voltadas para o bem estar da coletividade. Trata-se de somar esforços para enfrentar os desafios da redução da pobreza, da construção de uma sociedade mais inclusiva, com mais justiça social.

NINGUÉM MERECE GASTAR TANTO TEMPO NO TRÂNSITO.

A faixa exclusiva para ônibus significa transporte público mais veloz e eficiente. É uma distribuição mais justa dos espaços das ruas e avenidas.

Ninguém merece gastar tanto tempo no trânsito.

É simples, rápido e barato: basta pintar uma faixa, sinalizar e fiscalizar.

APOIE ESSA IDEIA!

FAIXA EXCLUSIVA.
UMA ENORME DIFERENÇA.



ÔNIBUS



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS

PARA COMBATER A LÓGICA PERVERSA



FOTO: JOÃO PRUDENTE / PULSAR IMAGENS

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, COM 129.907 HABITANTES, É UMA DAS 12 CIDADES DO ESTADO DE PERNAMBUCO QUE PERTENCEM AO g100

Que o Brasil é um país de extremos, especialmente nos campos econômico e social, não é novidade. Mas o que às vezes fica camuflado em meio a essa realidade geral é que o país possui pelo menos cem verdadeiros bolsões de pobreza de médio e grande porte, organizados, com administrações e instituições próprias, nos quais vivem 21,7 milhões de brasileiros, correspondentes a 11,2% da população do país, segundo dados do IBGE de 2012: são os municípios que compõem o **g100**, um grupo criado em 2009 pela Frente Nacional de Prefeitos - FNP com o objetivo

de chamar a atenção para o drama persistente dessas cidades esquecidas.

Todos são municípios com mais de 80 mil habitantes, quase a metade dos quais situados em regiões metropolitanas, sendo duas capitais: Salvador e Macapá. Têm como características comuns o baixo poder aquisitivo da população – 88,5% da população vivia com renda domiciliar per capita de até dois salários mínimos em 2010, segundo o Censo do IBGE –, os péssimos indicadores nos resultados da educação e da saúde, a baixa cobertura dos serviços de saneamento, a violência

endêmica e, o mais importante, a falta de dinheiro nos cofres municipais para enfrentar essas precariedades.

“É urgente evidenciar esse abismo”, afirma em tom apropriadamente dramático em entrevista a esta publicação sobre o **g100** o prefeito Sérgio Ribeiro, de Carapicuíba-SP, eleito este ano para ocupar a Vice-Presidência para Assuntos do **g100** da FNP (leia a entrevista nas páginas de 6 a 8). Um abismo que se revela profundo quando se observa que, apesar de tímida melhoria recente, a receita municipal per capita das cidades do **g100** ainda corresponde apenas à metade da auferida pelas demais cidades do país com mais de 80 mil habitantes e a somente a 57% da média nacional.

Tudo porque o sistema de arrecadação e de partilha dos recursos arrecadados pelas três instâncias federativas, União, Estados e municípios, é fundamentado em uma lógica que favorece o aprofundamento desse abismo. A União arrecada 67,5% dos impostos, taxas e contribuições. Os estados, 26,5%, e os municípios, apenas 6%. Na hora de complementar as receitas das cidades, a lógica da divisão penaliza aquelas que são maiores e economicamente mais pobres, justamente o caso do **g100**.

As transferências feitas pela União por intermê-

dio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) privilegiam os de menor porte, aqueles com mais baixo potencial arrecadador a partir dos tributos próprios. Prejuízo para o **g100** que, já vimos, é formado por municípios de médio e grande porte.

E a partilha feita pelos Estados por meio da quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) privilegia aquelas cidades nas quais o imposto é gerado. Ora, o **g100** é formado por cidades com economias menos dinâmicas, com forte presença de serviços de pouca qualificação e de trabalho informal. Claro que a elas cabe uma fatia minguada desse ICMS redistribuído!

É por isso que o prefeito Sérgio Ribeiro afirma ser a tarefa mais urgente de curto prazo da sua gestão “o incremento das receitas [do **g100**] por meio de transferências voluntárias” da União e dos Estados, enquanto não se encontra uma nova lógica distributiva que tenha como foco a correção das desigualdades locais. Essas desigualdades estão expostas nesta publicação, a começar pela gritante diferença entre a participação do **g100** no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2010, apenas 5,9% e a dos cem municípios mais abastados, donos de 57,4% das riquezas no mesmo ano.

FOTO: RICARDO TELES / PULSAR IMAGENS



NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, CARAPICUÍBA POSSUI 14.008 PESSOAS, OU 3,8% DE SUA POPULAÇÃO EM FAMÍLIAS QUE RECEBEM MENOS DE R\$ 70 PER CAPITA, AO MÊS

RECEITA PER CAPITA

LEVARIA UM SÉCULO PARA g100 IGUALAR SUA RECEITA PER CAPITA À DOS DEMAIS MUNICÍPIOS

Somente uma ampla reestruturação do sistema de partilha de receitas entre União, Estados e municípios poderia acelerar a redução das grandes diferenças entre as receitas das cidades.

RECEITAS DO g100

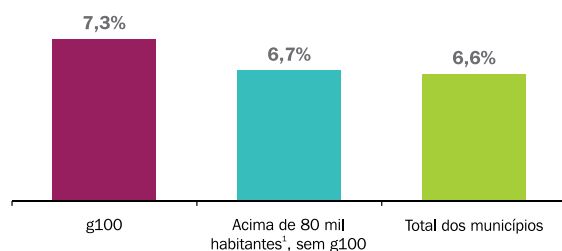
O traço que une os municípios que integram o g100 sob o ponto de vista fiscal é a baixa receita per capita. Em 2011 a receita corrente per capita dos municípios do g100 equivalia a menos da metade (49,2%) da que auferiam os demais municípios com mais de 80 mil habitantes e a 57% da receita por habitante do conjunto dos municípios brasileiros. E os números mais recentes ainda revelam significativa melhora em relação a 2002, quando a receita

per capita média do g100 correspondia a 42,3% e a 52%, respectivamente, nas mesmas comparações.

Vale dizer que os avanços foram insuficientes para reduzir a gravidade da situação. É fato que entre 2002 e 2011, a receita corrente dos municípios do g100 cresceu de forma mais acelerada que a dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes – 7,3% ao ano contra 6,7% – e também que os 6,6% do conjunto das cidades do país. Isso encurtou um pouco as distâncias. Porém, se forem mantidas as respectivas taxas de crescimento do período 2002-

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA RECEITA CORRENTE

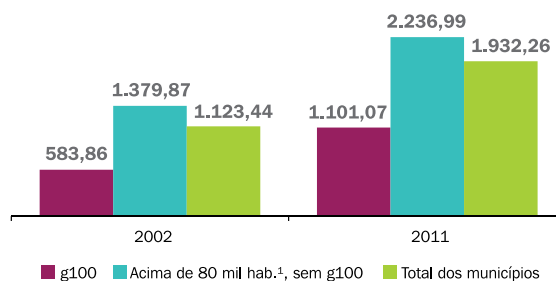
2002-2011



¹Não inclui Brasília.

RECEITA CORRENTE PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.



EM CARATINGA-MG, A RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA REPRESENTA APENAS 3,6% DA RECEITA CORRENTE

2011, levará mais de um século para que a receita corrente per capita dos municípios do **g100** empatie com a dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes.

O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

O atual sistema tributário brasileiro foi estruturado no contexto de uma ampla reforma fiscal e financeira realizada entre os anos de 1964 e 1966.

O cenário socioeconômico do Brasil era muito diferente do atual. Mais da metade da população vivia na zona rural, em um contexto de economia predominantemente agrária, o setor industrial ainda era incipiente e voltado para o mercado interno e o país atravessava um período de inflação elevada. Até hoje prevalece aquela mesma estrutura do sistema tributário nacional, apesar da acelerada industrialização, e correspondente urbanização, ocorrida desde então, e do quadro de estabilidade macroeconômica que já prevalece há duas décadas.

No sistema federativo brasileiro existe uma ➤

RECEITA PER CAPITA

Apesar dos avanços, a situação dos municípios do g100 ainda permanece grave.

nítida divisão de competências tributárias entre os entes federados, com ampla prevalência da União sobre Estados e, principalmente, municípios, no que toca à prerrogativa de instituir e cobrar impostos, taxas e contribuições.

Em 2010, os impostos, contribuições e demais receitas arrecadadas pela União representaram 67,5% do total das receitas dos três níveis de governo. Os Estados, por sua vez, responderam por 26,5%, cabendo aos municípios arrecadar apenas 6,1% do total, já que lhes compete apenas os tributos de mais baixo potencial arrecadador.

ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA GLOBAL POR ESFERA DE GOVERNO - 2010

	Arrecadação total (R\$ bilhões)	% do total arrecadado
Global	1.288,98	100,00%
União	869,41	67,45%
Estados	341,64	26,50%
Municípios	77,93	6,05%

Fonte: Afonso, Soares e Castro (2013, p. 14)¹.

Esse quadro da divisão das competências tributárias é complementado por um sistema de transferências de recursos entre os entes federados. As transferências fazem-se necessárias para dotar cada um deles de condições mais ou menos equilibradas para exercer suas funções de prestadores de serviços, promotores do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida das populações.

Depois de computadas as transferências in-

tergovernamentais, inclusive as compensações financeiras, como royalties e participações especiais, verifica-se que a União fica com 56,6% da receita disponível global. A diferença entre sua arrecadação e sua receita disponível é o valor repassado para os demais entes. Os Estados também são transferidores líquidos, porém, numa medida menor que a União, pois recolhem 26,5% da arrecadação total e ficam com 25,1% da receita disponível. Já os municípios, devido às suas competências tributárias mais restritas, são receptores líquidos: passam a deter 18,3% da receita disponível após realizadas as transferências.

RECEITA DISPONÍVEL POR ESFERA DE GOVERNO

2010

	Total (R\$ bilhões)	% do total
Global	1.288,98	100,00%
União	729,81	56,62%
Estados	323,36	25,09%
Municípios	235,81	18,29%

Fonte: Afonso, Soares e Castro (2013, p. 75)¹.

As duas maiores transferências para os municípios são a Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS), que é repassada pelos Estados e corresponde a 25% da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pela União e formado por 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A QPM-ICMS e o FPM juntos representaram 40,5% da receita corrente do conjunto dos municípios brasileiros, em 2011. De forma geral, quanto menor o município, maior o peso dessas receitas em seus

¹ AFONSO, J. R. R.; SOARES, J. M.; CASTRO, K. P. Avaliação da Estrutura e do Desempenho do Sistema Tributário Brasileiro: Livro Branco da Tributação Brasileira. [S.l.]: BID, 2013. 128 p. (Documento para discussão, IDB-DP, n. 265).

orçamentos, sobretudo o do FPM. Para as cidades com até 10 mil habitantes, elas chegaram a 72,6% da receita corrente. No outro extremo, nas cidades com mais de 500 mil habitantes, QPM-ICMS e o FPM, juntos, equivaleram a 25,5% de suas receitas correntes, em média. Nesses casos, predomina o peso da QPM-ICMS, uma vez que o FPM responde por apenas 5,9% de suas receitas correntes.

ORIGEM DA DESIGUALDADE

Dois fatores se justapõem para explicar a baixa receita per capita do **g100**. Em primeiro lugar é preciso ter em mente que os municípios que integram o grupo possuem uma base econômica relativamente frágil. Muitas dessas cidades expandiram-se de forma rápida ao redor das capitais estaduais e dos centros industriais que se formavam a partir da década de 1970. Localizadas majoritariamente na periferia de regiões metropolitanas, funcionam como fornecedoras de mão de obra. Ou seja, os municípios do **g100** caracterizam-se, de forma geral, por um baixo nível de industrialização, ao mesmo tempo em que abrigam em seus territórios uma população predominantemente de baixa renda, ou seja, com reduzido poder aquisitivo.

A isso aliam-se os critérios utilizados no Brasil para as transferências intergovernamentais. A distribuição da QPM-ICMS, por exemplo, tem caráter devolutivo, na medida em que 75% de seu montante devem ser repassados de acordo com o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que é uma medida da riqueza gerada localmente. As cidades mais industrializadas, e que por isso geram maior VAF, são compensadas ou premiadas recebendo uma parcela maior de ICMS. O repasse do FPM, por sua vez, tem caráter redistributivo: privilegia os municípios menos populosos, cujas bases de arrecadação de tributos próprios são bastante restritas.

Assim, do ponto de vista das duas principais transferências intergovernamentais direcionadas

para os municípios, as cidades de maior porte, que não possuem grandes empresas ou indústrias capazes de gerar um volume considerável de VAF, acabam duplamente prejudicadas.

Além das mencionadas transferências, a outra importante fonte de receita dos municípios é formada pelos tributos sob sua competência, com destaque para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI). Em função da frágil economia local, as cidades do **g100** têm uma base de arrecadação própria bastante limitada. Ou seja, além de serem marginalizadas pelo sistema de partilha de recursos, elas possuem uma pequena arrecadação de tributos comparativamente ao tamanho de suas populações.

INDICADORES PER CAPITA

A relação entre a receita e o número de habitantes é um importante indicador para avaliar a capacidade financeira das administrações municipais de atender as demandas da população. A seguir serão apresentadas comparações do indicador per capita relativo a três grandes fontes de receita municipal – os tributos próprios, o FPM e a Quota-Parte Municipal do ICMS –, entre os municípios do **g100** e os demais municípios brasileiros.

FPM - O Sistema Tributário Nacional reservou ao FPM o papel prioritário de suprir de recursos os pequenos municípios brasileiros que têm escassas fontes de arrecadação de tributos próprios. A distribuição do FPM para os municípios, exceto as capitais, segue uma tabela de coeficientes regressivos em relação ao número de habitantes, de forma que, quanto menor a população, proporcionalmente mais recursos o município recebe, o que faz com que as pequenas localidades possuam uma maior participação do FPM nos seus orçamentos. ➡

RECEITA PER CAPITA

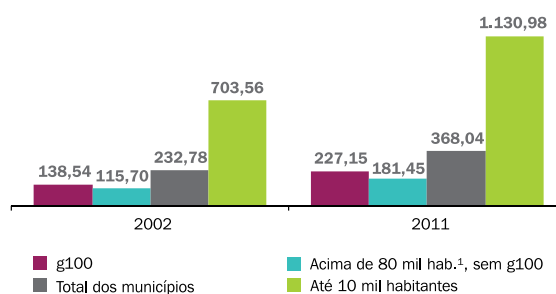
EM IGARASSU-PE, A PARTICIPAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO ICMS VEM CAINDO DESDE 2004, COM EXCEÇÃO DE 2011



FOTO: ROGÉRIO REIS / PULSAR IMAGENS

FPM PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.

ICMS - Em 2011, a média de repasse do ICMS per capita direcionada aos municípios do **g100** foi de R\$ 174,80, valor que correspondeu a 34,9% do total recebido pelas demais cidades com mais de 80 mil habitantes, que foi de R\$ 501,55.

Essa disparidade deve-se aos diferentes perfis econômicos das cidades. Aquelas com economias mais robustas são mais beneficiadas nos repasses estaduais de ICMS, em função do modelo de repasses já descrito anteriormente.

Segundo os critérios de transferência, somente 25% da QPM-ICMS são distribuídos de acordo com normas estabelecidas no âmbito de cada Estado e que, em geral, procuram compensar a forte concentração causada pelo repasse focado no VAF ou buscam induzir os municípios a seguirem determinadas políticas. A eficácia dos critérios próprios adotados em cada Estado é bastante questionável. Em vários casos, são tantas as variáveis escolhidas que acabam por diluir o efeito distributivo. No final das contas, prevalece uma destinação maior dos recursos para as cidades mais industrializadas e com o setor de serviços mais dinâmico.

Ao longo da década de 2002-2011, foi possível observar que houve um crescimento anual mais intenso da receita de ICMS do **g100**, de 6,4% ao ano, quando comparado com os 5% dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, o que contribuiu para diminuir a disparidade entre os valores per capita desses dois grupos de cidades.

Em 2011, os valores totais transferidos de FPM per capita foram de R\$ 368,04, mas para as pequenas cidades brasileiras, com até 10 mil habitantes, ficaram em R\$ 1.130,98. As cidades do **g100** receberam, em média, R\$ 227,15.

Em que pese os baixos valores auferidos, comparativamente às suas populações, o FPM desempenha um importante papel na formação da receita do **g100**, tendo sido responsável, em média, por 23% dos recursos correntes desses municípios em 2011. Nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes, essa participação é de 8,2%.

Essa forte dependência do **g100** em relação às transferências do FPM deixa os municípios do grupo vulneráveis à política econômica adotada pela União, na medida em que o Fundo é formado pela arrecadação federal do IR e do IPI. Com relativa frequência, a alíquota do IPI é reduzida ou mesmo zerada a fim estimular a atividade econômica, com reflexos negativos na arrecadação e nas transferências do FPM.



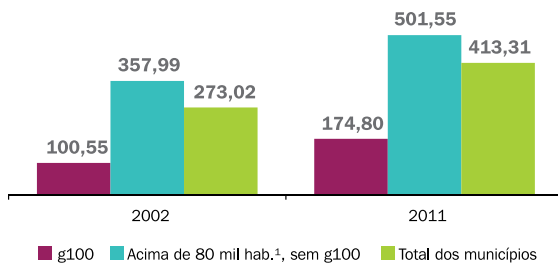
FOTO: RICARDO TELES / PULSAR IMAGENS

CODÓ, NO LESTE MARANHENSE, POSSUI UMA DAS MENORES RECEITAS TRIBUTÁRIAS PER CAPITA DO g100, COM R\$ 56,82 EM 2011

As transferências estaduais de ICMS representam a terceira maior fonte de recursos do **g100** e responderam, em média, por 15,9% da receita corrente do grupo em 2011, percentual que atinge 22,4% nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes.

ICMS PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2012



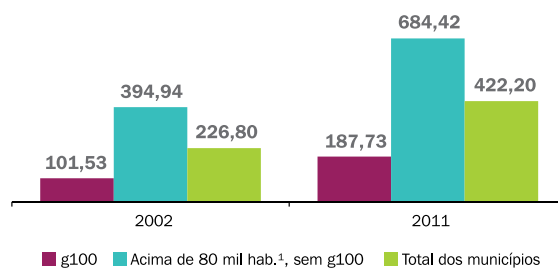
¹Não inclui Brasília.

Tributos - A receita tributária respondeu, em média, por 17% da receita corrente do **g100**. Nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes esse peso é quase o dobro, de 30,6%. Essa disparidade torna-se ainda mais evidente quando se analisa a arrecadação tributária per capita entre os dois grupos. Enquanto nos municípios do **g100** a receita com tributos foi de R\$ 187,73 por habitante, em 2011, nas demais cidades de mesmo porte populacional o valor foi mais que duas vezes maior, chegando a R\$ 684,42.

Apesar de eventuais esforços por parte das administrações públicas em aumentar o recolhimento proveniente dos tributos, os municípios do **g100** encontram uma barreira socioeconômica limitadora e difícil de transpor. Talvez por isso, o crescimento médio anual da receita tributária do **g100**, de 7,1% no período entre 2002 e 2011, tenha ficado ligeiramente abaixo daquele registrado nas demais cidades com o mesmo porte populacional, de 7,5%, e do total dos municípios do Brasil, de 7,6%.

RECEITA TRIBUTÁRIA PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.

Com um setor de serviços geralmente apoiado em atividades de baixo valor agregado ou com um alto nível de informalidade, os municípios do **g100** apresentam uma arrecadação de ISS extremamente baixa, considerando-se o tamanho das cidades. Em 2011, o ISS per capita do **g100** foi de R\$ 86,72, enquanto que nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes ➤

RECEITA PER CAPITA

a arrecadação foi três vezes superior, de R\$ 345,11 por habitante.

No caso do IPTU e do ITBI, a baixa arrecadação per capita está associada ao menor valor dos imóveis nas cidades do **g100**. Em 2011, a arrecadação per capita do **g100** com o IPTU foi de R\$ 39,30, e com o ITBI, de R\$ 19,21. Já no restante das cidades com mais de 80 mil habitantes esses valores foram, respectivamente, 4,6 e 3,2 vezes maiores.

A receita de taxas municipais per capita do **g100** também ficou abaixo da média de recolhimento das outras cidades de mesmo porte populacional. Em 2011, enquanto o **g100** arrecadou R\$ 24,25 por habitante, a média dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes foi de R\$ 39,23.

Transferências para o SUS - Por fim, cabe uma breve nota sobre os recursos destinados pela União e pelos Estados em favor dos municípios a fim de financiar o Sistema Único de Saúde (SUS). Ou seja, recursos destinados exclusivamente ao custeio dos serviços, atendimentos e programas públicos de saúde prestados pelo SUS local. Em média, essas transferências responderam por 13,8% da receita corrente do **g100** e a 9% no grupo dos outros municípios de mesmo porte populacional.

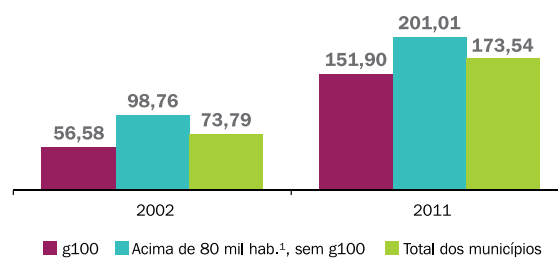
Os recursos do SUS recebidos por habitante pelos municípios do **g100** aproximam-se mais daqueles auferidos pelos demais municípios populosos. Em 2011,

as cidades do **g100** receberam R\$ 151,90 per capita, valor que correspondeu a 75,6% dos R\$ 201,01 per capita recebidos pelo restante das cidades com mais de 80 mil habitantes.

Por tudo visto ao longo deste texto fica evidente que os avanços dos municípios do **g100** em termos de melhoria de receita per capita têm sido irrisórios diante do desafio socioeconômico que suas administrações e suas populações devem enfrentar. O sistema de partilha instituído pela constituição de 1988 não acompanhou as transformações da economia e da rede urbana do país. Existem hoje, portanto, cidades que ficaram à margem do sistema de partilha de recursos entre os entes federados e, em grande parte, são também cidades marginalizadas do ponto de vista socioeconômico. Pa-

TRANSFERÊNCIAS PARA O SUS PER CAPITA

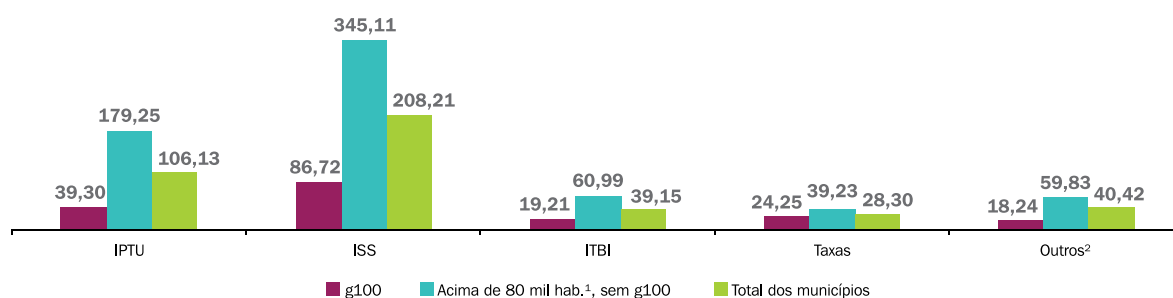
em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.

RECEITA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PER CAPITA - 2011

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2012



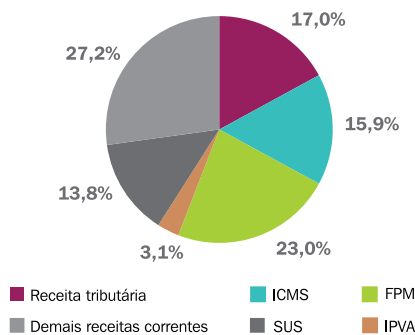
¹Não inclui Brasília; ²Inclui IRRF e Contribuições de melhoria.

radoxalmente, onde o poder público local tem a maior necessidade de recursos, pois sua população é a que mais necessita dos serviços públicos, é justamente onde se recebe menos.

EM VALENÇA, MUNICÍPIO NO LITORAL DA BAHIA, 91% DE SUA RECEITA CORRENTE PROVÉM DE TRANSFERÊNCIAS

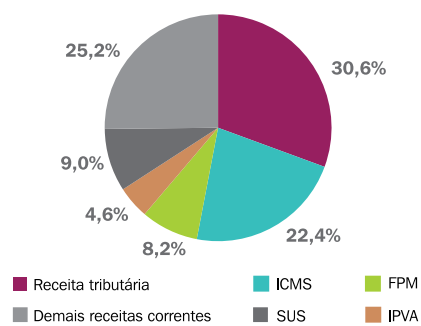


COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE DOS MUNICÍPIOS DO g100 - 2011



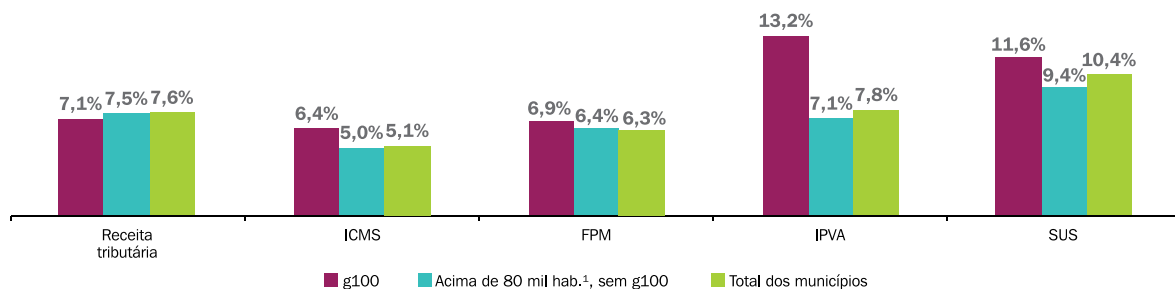
¹Não inclui Brasília.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES, exceto g100 - 2011



¹Não inclui Brasília.

TAXA DE CRESCIMENTO DOS PRINCIPAIS ITENS DA RECEITA 2002-2011



¹Não inclui Brasília; ²Inclui IRRF e Contribuições de melhoria.

FISCALIZAÇÃO DO ITR INCREMENTA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

A implementação, via convênio, da capacidade de o município exercer as atividades de fiscalização, lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), referente a imóvel sob sua jurisdição, confere ao ente federado o poder de gerir, de forma decisiva, sua própria receita.



Além do ganho arrecadatário – 100% do valor entram para os cofres da prefeitura – a proximidade com o contribuinte abre para a administração municipal a possibilidade de, por intermédio de desenvolvimento de ações estratégicas, aumentar a percepção de risco, a presença fiscal e desestimular a subvalorização do imóvel rural, resultando, como con-

seqüência, no incremento ainda maior na arrecadação tributária.

Criado com o objetivo de viabilizar o exercício da fiscalização pelos municípios optantes, o Portal do ITR para Municípios Conveniados entrou em produção em 8 de julho de 2013. Ali, o agente fiscalizador destacado pelo município, depois de devidamente habilitado, poderá acessar os módulos Imóvel Rural, Cobrança e Fiscalização, necessários para o exercício de suas atividades.

Para garantir inviolabilidade, privacidade e segurança no tratamento dos dados, é imprescindível o uso de certificação digital pelo servidor. O município deve estar estruturado tecnologicamente para o exercício de suas atividades de fiscalização. Há que se investir em equipamentos e redes adequados.

Atividades executadas em ambiente seguro e apropriado dão ao agente fiscal maior tranquilidade para a realização de um trabalho consistente e convicto, conferindo todas as garantias de sucesso para o auto de infração. É importante frisar que a ferramenta utilizada é a mesma da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Ainda sobre as ferramentas de gestão e execução colocadas pela RFB à disposição dos municípios conve-

MUNICÍPIOS DO g100 CONVENIADOS COM A RFB PARA **ARRECADAR E FISCALIZAR O ITR**

Em reais - IPCA médio de 2012

UF	População 2012	Município	Ano de assinatura do convênio	Área total dos estabelecimentos agropecuários em hectares - 2006	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2012/2008
RS	125.209	Uruguaiana	2008	371.466	750.959,31	1.135.483,98	2.059.682,98	2.311.884,58	2.483.666,00	230,7%
AP	104.407	Santana	2009	70.640	2.963,55	7.596,39	3.701,69	5.103,72	57.738,44	1848,3%
GO	167.477	Águas Lindas de Goiás	2009	11.088	3.177,13	6.728,45	9.146,85	4.251,94	3.570,93	12,4%
GO	82.847	Planaltina	2009	134.032	55.757,63	106.847,92	99.619,40	151.304,62	99.396,70	78,3%
GO	107.966	Trindade	2009	59.298	40.038,99	25.692,28	41.428,24	38.731,50	29.397,03	-26,6%
MA	84.180	Barra do Corda	2009	193.755	79.062,26	64.716,59	107.562,84	113.510,48	84.294,19	6,6%
MA	119.079	Codó	2009	133.184	35.975,53	44.772,52	64.104,75	60.710,84	63.744,99	77,2%
MG	86.364	Caratinga	2009	56.032	41.546,62	74.270,29	107.177,56	88.875,75	67.833,77	63,3%
MG	162.867	Ibirité	2009	1.107	9.681,23	48.715,37	64.759,83	33.444,74	29.834,76	208,2%
MT	88.897	Cáceres	2009	1.191.839	318.799,37	360.534,37	917.678,99	969.431,28	1.022.792,88	220,8%
PA	116.164	Bragança	2009	96.658	7.586,54	7.819,07	10.542,69	12.646,17	13.652,43	80,0%
PA	97.908	Itaituba	2009	292.440	47.995,32	57.093,26	88.420,43	93.425,06	141.334,41	194,5%
PA	284.401	Santarém	2009	286.622	56.725,69	77.119,07	83.437,13	113.762,70	90.709,75	59,9%
PA	99.905	São Félix do Xingu	2009	1.581.759	546.103,99	675.143,06	1.239.044,98	892.729,26	953.148,65	74,5%
PE	105.003	Igarassu	2009	31.303	88.762,48	120.270,02	316.153,83	338.538,44	509.783,93	474,3%
RS	241.190	Viamão	2009	88.980	224.275,14	270.940,54	404.184,45	433.571,51	429.590,48	91,5%
TO	156.123	Araguaína	2009	232.208	119.005,15	135.073,65	144.059,48	157.288,49	198.438,74	66,7%
CE	98.138	Iguatu	2010	58.824	14.121,51	10.272,74	11.211,69	30.514,78	22.800,61	61,5%
GO	474.219	Aparecida de Goiânia	2010	6.885	11.694,54	9.939,57	21.470,38	28.018,57	27.709,59	136,9%
GO	103.322	Formosa	2010	506.817	137.655,93	133.554,32	148.542,53	355.492,43	4.701.464,77	3315,4%
MG	205.666	Santa Luzia	2010	2.936	18.429,64	21.050,27	27.635,07	59.671,10	45.290,04	145,7%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário 2006, Secretaria do Tesouro Nacional (através do portal *Compara Brasil* - dados extraído em 04/12/2013 - e do *Sistn*) e Portal da Transparência da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (dado de 2011).

Nota: os municípios de Ananindeua-PA e Abaetetuba-PA assinaram o convênio em 2012. Petrolina-PE e Guarapuava-PR, assinaram em 2013. Esses quatro municípios pertencem ao g100.

niados, destaca-se também o Programa de Omissos da Declaração do Imposto Territorial Rural (DITR). Esse programa foi desenvolvido para o controle e acompanhamento da apresentação da DITR, com importante impacto na regularidade cadastral dos imóveis rurais. O programa compreende a intimação e a realização de diligências e pesquisas para formar convicção sobre a identificação do imóvel e de seu proprietário.

A capacitação do agente fiscal é outro elemento importante para execução de um trabalho bem fundamentado e de qualidade para a garantia do crédito tributário. Nesse sentido, destacam-se os cursos à distância (EAD) realizados pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) direcionados ao preparo do servidor indicado pela administração municipal. Foram capacitados mais de 250 servidores de um total de 1.250 que poderão ser treinados até o final deste ano de 2013.

Todos ganharão com a parceria articulada entre

a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e os Municípios. A Fiscalização do ITR se revigora e ganha agilidade.

É certo que, assim como toda nova sistemática de procedimentos, essa parceria passará por ajustes e melhorias. E, nessas circunstâncias, faz-se imperioso o “feedback” dos entes federados, individualmente ou por intermédio das entidades associativas.

Concluo, destacando que o empenho da Administração Tributária em ação conjunta com os entes federados resultará em recursos adicionais para a execução dos investimentos que atendam aos legítimos anseios das populações municipais. Ganha o Poder Público; ganha a Sociedade!

Luiz Fernando Teixeira Nunes

Secretário-adjunto da Secretaria da Receita Federal do Brasil e presidente do Comitê Gestor do ITR

PARTICIPAÇÃO DO g100 NO PIB ACENTUA DISTORÇÃO NA **PARTILHA DOS RECURSOS**

A elevada concentração da riqueza captura grande parte da expansão da arrecadação tributária para poucos municípios, sem que o sistema de partilha de recursos entre os entes federados consiga compensar totalmente essa distorção, o que contribui decisivamente para impedir uma redução mais rápida das desigualdades socioeconômicas do país.

A distribuição da riqueza produzida no Brasil é extremamente concentrada em termos regionais. A imensa maioria da riqueza é gerada no entorno dos grandes centros urbanos, nas capitais, nos eixos rodoviários de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em alguns pólos de desenvolvimento do Nordeste, e em poucos municípios de baixa população e atividades altamente especializadas nos setores de petróleo, mineração, energia elétrica e do agronegócio.

PIB - A comparação entre os municípios do **g100** e as cem maiores cidades em termos de Produto Interno Bruto (PIB) evidencia o tamanho do abismo econômico observado entre esses dois grupos de municípios. Em 2010, o PIB acumulado dos cem municípios mais ricos concentrou 57,4% da produção adicional gerada no ano pelos municípios brasileiros. Em contrapartida, as cidades do **g100** ficaram com apenas 5,9% do mesmo bolo. O reflexo desses extremos nas condições de vida são gritantes: elevados níveis de vulnerabilidade social, baixo rendimento escolar e altos índices de violência

caracterizam as populações que habitam o **g100**.

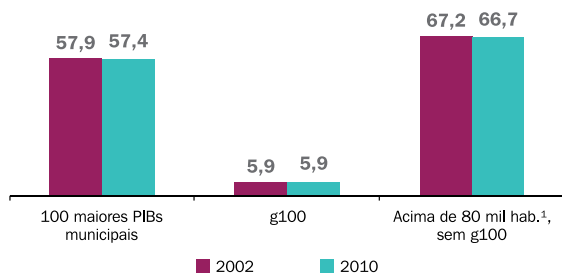
Com população grande e pequeno PIB, os municípios do **g100** apresentam conseqüentemente baixíssimos níveis de PIB per capita. Na média das cidades acima de 80 mil habitantes (excluído o **g100**) o indicador atingiu, em 2010, R\$ 27,7 mil. Entre os municípios do **g100** o valor ficou em quase um terço (36%), R\$ 10,1 mil.

A relação entre os dois grupos já esteve pior. Era de 34,9% em 2002 e desceu ao piso de 32,9% em 2008. Nesse período, o PIB do **g100** cresceu em ritmo mais lento e a população em velocidade maior. Já de 2008 para 2010, a economia do **g100** expandiu-se de forma mais acelerada, acumulando 28,5% no período, contra 23,3% do outro grupo, permitindo uma pequena redução do abismo entre eles no quesito PIB per capita.

Apesar da boa evolução da economia brasileira, particularmente entre 2004 e 2008 e no ano de 2010, a posição do **g100** no quadro geral permaneceu inalterada no período, mesmo suas cidades tendo crescido um pouco acima do restante das cidades com mais de 80

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO TOTAL DO PIB

2002 e 2010 - em %



¹Não inclui Brasília.

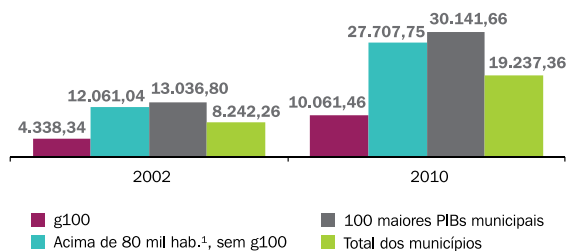
mil habitantes. Resultado: a fatia do grupo no PIB do país permaneceu estacionada nos 5,9%.

O quadro geral desfavorável não quer dizer que não houve avanços na economia do **g100**. No período de 2002 a 2010, a indústria entre as cidades do grupo cresceu a uma média de um ponto percentual (p.p.) ao ano acima do resultado dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes. O avanço deste setor, que paga melhores salários e que tem maior potencial para estimular o avanço dos demais, pode sinalizar que esteja havendo um princípio de robustecimento maior da economia das cidades do **g100**.

A participação da indústria no conjunto da economia do **g100** cresceu, passando de 17,8%, em 2009, para 18,9%, em 2010 (+1,1 pontos percentuais). Já, entre

PIB PER CAPITA

em R\$ 1,00 - valores correntes

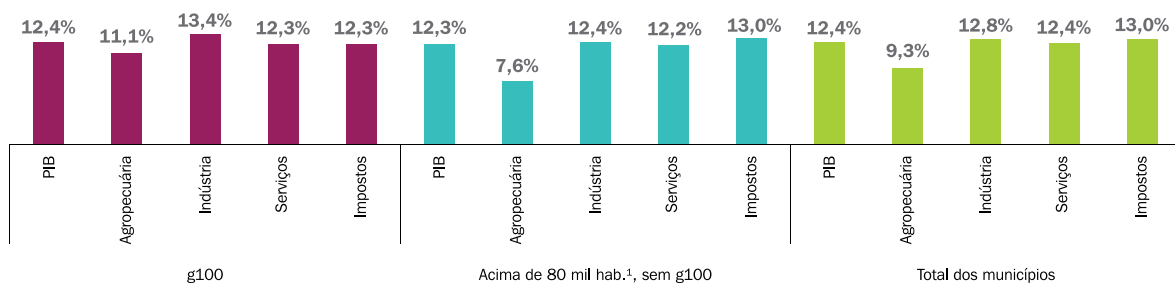


¹Não inclui Brasília.

as cidades com mais de 80 mil habitantes, exceto as do **g100**, a participação da indústria aumentou praticamente a metade (0,6 p.p.).

Também a agropecuária teve melhor desempenho no **g100** do que no restante do país no período de 2002 a 2010. A expansão média entre as cidades do grupo foi de 11,1%, ritmo bem superior ao observado nas cidades com população superior a 80 mil habitantes (excluído o **g100**), de 7,7%, e ao da média dos municípios, de 9,3%. O fato pode estar relacionado ao aumento nominal de 155% do salário mínimo no período, contra uma inflação medida pelo IPCA de 64,3%. O aumento da renda pode ter estimulado e ampliado a demanda por alimentos produzidos em pequenas e médias propriedades, favorecendo a atividade rural entre os municípios do grupo.

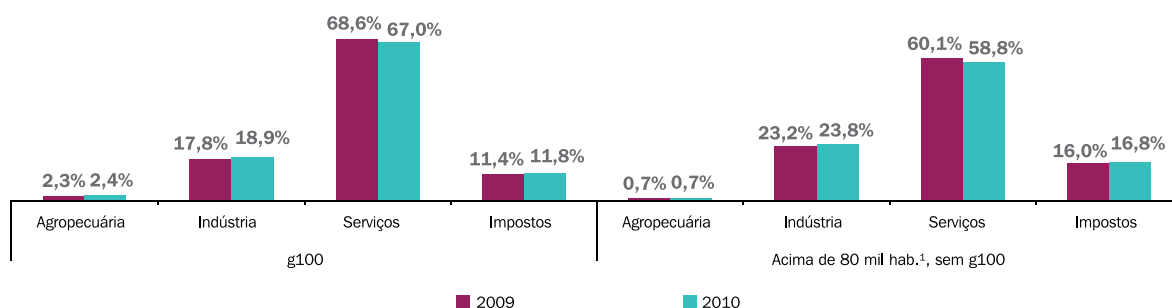
TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB E DO VALOR ADICIONADO SETORIAL - 2002-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

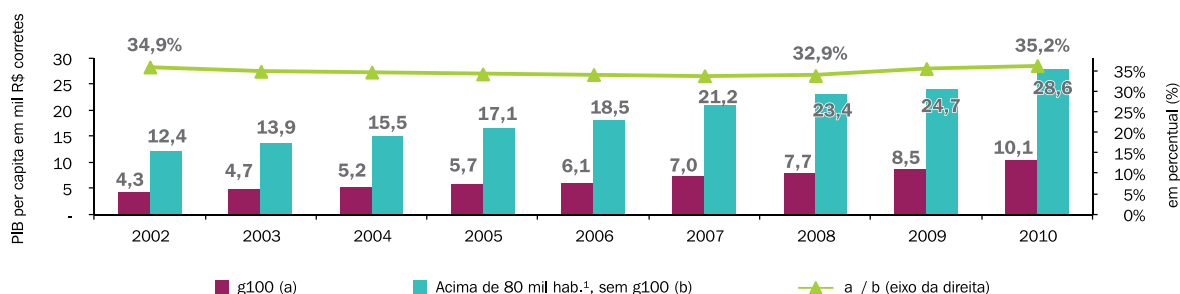
PERFIL ECONÔMICO

COMPOSIÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS DO g100 E DAS CIDADES COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES (EXCLUÍDO g100) - 2009 e 2010



¹Não inclui Brasília.

PIB PER CAPITA, EM MIL R\$ E RELAÇÃO ENTRE O PIB PER CAPITA DO g100 E DOS MUNICÍPIOS ACIMA DE 80 MIL HABITANTES (EXCLUÍDO O g100), EM PERCENTUAL



¹Não inclui Brasília.

A maior participação relativa da indústria e a alta do PIB per capita do **g100** não foram suficientes para modificar as discrepâncias entre as estruturas produtivas dos municípios vulneráveis socialmente e as cidades mais desenvolvidas. Cabe comentar que as diferenças positivas nos indicadores econômicos em favor do **g100** foram pequenas e não são garantia de continuidade do processo de “inclusão econômica” nos setores de elevada produtividade e com maior capacidade de proporcionar um significativo incremento da arrecadação tributária nos municípios do **g100**.

Nas cidades do **g100**, predomina o setor de serviços às pessoas, cuja capacidade de gerar riqueza é menor, e o peso da administração pública no PIB

é elevado (21,6%), quase o dobro do observado nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes. Outro sintoma que evidencia a debilidade econômica, mesmo após a pequena melhoria recente, é a baixa geração de impostos: o peso dos tributos apurados no PIB do **g100** entre 2009 e 2010 subiu 0,4 p.p. alcançando o patamar de 11,8%. Em comparação, nos municípios com mais de 80 mil habitantes (excluído o **g100**) o crescimento foi maior (0,8 p.p.) e a participação dos impostos na formação do PIB é muito superior (16,8%).

EMPREGO E RENDA – Em linha com o crescimento econômico observado após a crise financeira



FOTO: PULSAR IMAGENS

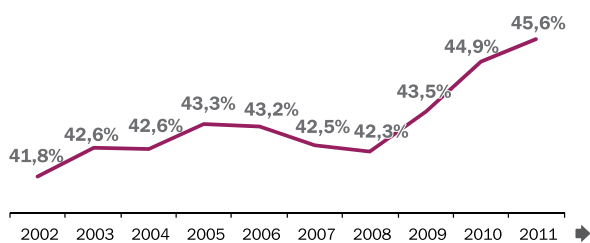
global de 2008, o mercado de trabalho formal nas cidades do **g100** evoluiu positivamente até 2011. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), entre 2008 e 2011 o **g100** apresentou uma expansão média anual de 6,9% na geração de postos de trabalho, variação superior à observada no total dos municípios brasileiros (5,5%) e nas demais cidades com população acima de 80 mil habitantes (5,2%). O estoque de empregos formais no **g100** foi acrescido de 615.265 postos no período. Os serviços explicaram 47,8% desse acréscimo, seguidos pelo comércio (26,2%); construção civil (14,7%) e a indústria (10,6%).

Como consequência, a geração de empregos por mil habitantes nas cidades do **g100** avançou: em 2008, elas tinham uma capacidade média de gerar 127 empregos formais por mil habitantes, 42,3% do percentual observado nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes. Após três anos, em 2011, essa relação subiu para 45,6% e a oferta de ocupação formal em média aumentou para 157 por mil habitantes no **g100**. Cabe ressaltar que esses

avanços, por si só, estão longe de serem suficientes para reverter o quadro de debilidade econômica e de vulnerabilidade social do **g100**. Serão necessários, por exemplo, programas de capacitação da mão de obra e de incentivo ao empreendedorismo local para que se consolide um processo cumulativo de desenvolvimento econômico nos municípios que integram o grupo.

O PIB PER CAPITA DE SALVADOR, DE R\$ 13,7 MIL, É A METADE DO PIB PER CAPITA DO CONJUNTO DOS DE MAIS MUNICÍPIOS POPULOSOS

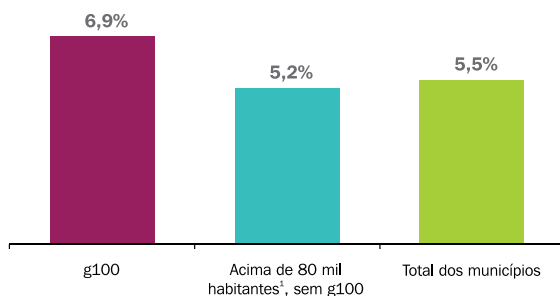
EMPREGO POR MIL HABITANTES: RELAÇÃO ENTRE O **g100** E O AGREGADO DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES (EXCLUÍDO O **g100**)



PERFIL ECONÔMICO

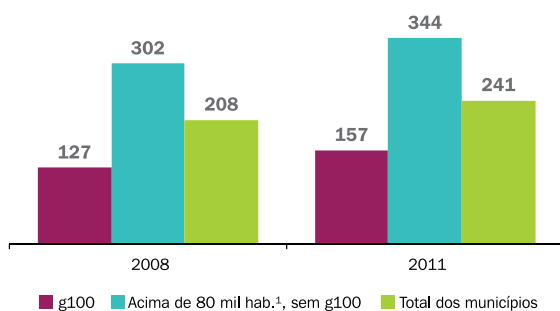
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO EMPREGO

2008-2011



¹Não inclui Brasília.

EMPREGOS POR MIL HABITANTES

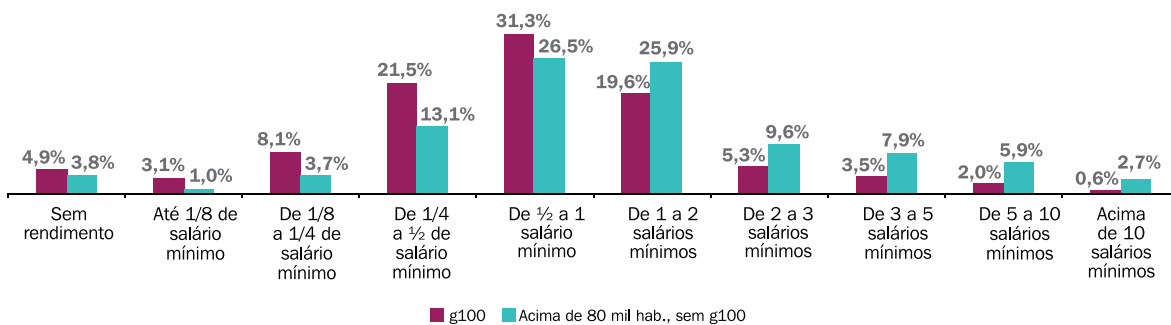


¹Não inclui Brasília.

FOTO: RUBENS CHAVES / PULSAR IMAGENS



RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA - 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

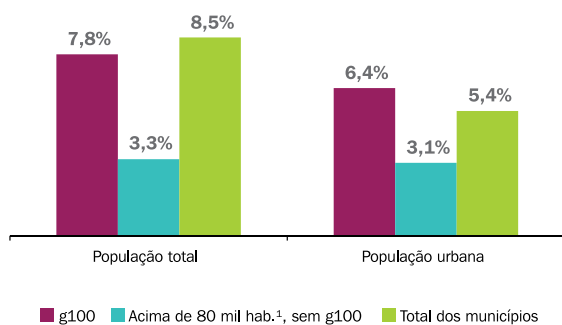


EM SANTA RITA-PB, A
 PRODUÇÃO DE ALCÓOL E
 AÇÚCAR É UMA DAS ATIVIDADES
 MAIS IMPORTANTES DE SUA
 ECONOMIA E DA REGIÃO

Os dados do Censo Demográfico de 2010 sobre o rendimento per capita das famílias mostram também claramente como o crescimento econômico e a maior oferta de empregos formais nas cidades do **g100**, ocorridos no pós-crise de 2008, não foram capazes de reduzir as discrepâncias socioeconômicas em relação ao conjunto de municípios com mais de 80 mil habitantes, exceto os do próprio **g100**. Esse indicador revela que 64% das famílias residentes no **g100** apresentaram rendimento per capita de um oitavo (1/8) de salário mínimo a um salário mínimo, enquanto nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes esse percentual foi de 44,3%. Além disso, na comparação entre os dois conjuntos, o peso dos domicílios com rendimento familiar per capita acima de dois salários mínimos é duas vezes menor no **g100** (11,5% contra 26,1%).

A distância do ponto de vista social entre a população do **g100** e as outras cidades com mais de 80 mil habitantes também pode ser observada através do levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. Essa pesquisa considerou que uma renda média per capita de até R\$ 70 mensais, por domicílio, define a condição de extrema pobreza. Foram estimadas para o **g100** 1,664 milhão de pessoas em situação de extrema pobreza, número que correspondeu a 7,8% de seus habitantes. É mais que o dobro dos 3,3% constatados nos outros municípios com população acima de 80 mil habitantes. Se comparadas as estimativas para as áreas urbanas, o percentual de pessoas extremamente pobres no **g100** atingiu 6,4% (1,247 milhão de habitantes), contra 3,1% nas cidades de médio e grande porte (exceto os municípios do **g100**) e 5,4% no total dos municípios brasileiros. ➔

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA EM
 RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL E URBANA - 2010



¹Não inclui Brasília.

PERFIL ECONÔMICO



FOTO: ALEXANDRE TOKITAKA / PULSAR IMAGENS

VITÓRIA DA CONQUISTA É CIDADE POLO DO CENTRO-SUL BAIANO E POSSUI 9,4% DE SUA POPULAÇÃO NA EXTREMA POBREZA

Em síntese, o dinamismo observado no Brasil após a crise internacional de 2008 impactou positivamente os municípios do **g100**. Maior geração de emprego formal (até 2011), crescimento do PIB (até 2010) e ganho de participação da indústria na estrutura produtiva melhoraram o posicionamento das economias desses municípios. Todavia, a capacidade de elevar a geração de tributos do **g100** não acompanhou o processo, sinal de que os fatores de produção existentes nesses municípios ainda são de menor produtividade.

O Brasil não conta com mecanismos que compensem as diferenças econômicas e financeiras entre os municípios. Quando se trata das grandes regiões do país ou de Estados, existem mecanismos que buscam

minimizar as desigualdades regionais. Exemplos são as transferências de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), cuja maior parcela (85%) é destinada aos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). As políticas da Sudene buscam gerar compensações para as áreas mais pobres, embora o Brasil ainda careça de uma política de desenvolvimento regional mais articulada. No caso dos municípios do **g100**, dadas as suas características econômicas, financeiras e sociais expostas nesta publicação, seria lógico e desejável que o país elaborasse sistemas ou políticas que lhes compensassem as fragilidades estruturais.

EXPRESSO DF

UMA GRANDE, UMA PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO NO TRÂNSITO E NO TRANSPORTE.

**43 KM DE VIAS EXCLUSIVAS,
LIGANDO GAMA E SANTA MARIA
AO PLANO PILOTO, EM 40 MINUTOS.**

**QUASE 1 HORA A MENOS
DE VIAGEM.**



**70%
CONCLUÍDO**

twitter.com/gov_df youtube.com/govdf
fb.com/govdf instagram.com/gov_df

Uma viagem do Gama ou de Santa Maria ao Plano Piloto dura, hoje, cerca de uma hora e meia para ir e uma hora e meia para voltar.

O Expresso DF Sul é um sistema de transporte urbano moderno, com vias exclusivas e ônibus articulados, com capacidade para 160 pessoas, que vai reduzir o tempo de viagem para 40 minutos, quase uma hora a menos para ir e uma hora a menos para voltar.

As obras incluem 43 km de vias exclusivas em concreto, 16 estações e vários complexos de viadutos, como os do Balão do Periquito, acessos e retornos para melhorar ainda mais o trânsito. 70% das obras já estão concluídas.

O Expresso DF Sul vai beneficiar mais de 270 mil pessoas. Cada vez mais, você vai encontrar no seu caminho as obras fundamentais que este governo está fazendo para resolver os problemas no transporte e no trânsito de Brasília.



Redução do tempo de viagem em mais de 50 minutos.



ÔNIBUS ARTICULADOS
Seguros e confortáveis, para até 160 passageiros.



2 mil empregos gerados.
R\$530 milhões de investimentos.

www.gdf.df.gov.br

Secretaria de Transportes



REDE URBANA

MAIS DE 25% DOS TRABALHADORES RESIDENTES NO g100 DESLOCA-SE PARA **OUTROS MUNICÍPIOS**

Grande parte dos municípios do g100, devido à inserção na rede urbana brasileira, tem sua dinâmica econômica e social impactada pelos municípios do seu entorno. Apesar de o trabalhador contribuir para o aumento da produção do município vizinho, suas necessidades de bens e serviços públicos são supridas, principalmente, no seu município de residência.

Em países em desenvolvimento como o Brasil, o processo de urbanização que se deu ao longo do século XX conformou espaços urbanos que têm como característica a organização espacial centro/periferia. O adensamento desses espaços urbanos é marcado pela monocentralidade, que ocorre a partir da expansão

do tecido urbano do município-sede para os municípios do seu entorno, como observado em grande parte das metrópoles brasileiras. Esse processo foi resultado da organização taylorista-fordista que deu origem a cidades urbano-industriais, alicerçadas em economia de escala e de aglomeração.

VÁRZEA GRANDE-MT
POSSUÍA 18 MIL
HABITANTES EM 1970
E EM 2000 CHEGOU A
215.298. SUA TAXA
DE CRESCIMENTO
MÉDIO ANUAL NESSE
PERÍODO FOI DE 8,6%,
UMA DAS MAIS
ALTAS DO g100



FOTO: MARIO FRIEDLANDER / PULSAR IMAGENS



ABAETETUBA, NO PARÁ, É CIDADE POLO QUE ATRAI A POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS VIZINHOS. BARCOS NO RIO MARATAUIRA USADOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAS

No Brasil, os avanços tecnológicos, ocorridos a partir da década de 1970, impactaram fortemente a forma de produção vigente, possibilitando a reestruturação produtiva. Essas transformações aceleraram o processo de urbanização do país nos últimos 30 anos, levando à interiorização do fenômeno urbano, ao crescimento das cidades médias e à consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano.

A importância de levar-se em conta as grandes aglomerações urbanas para uma análise espacial da localização dos municípios do **g100** decorre do fato de que esses espaços desempenham papel decisivo no desenvolvimento de seus territórios e regiões de influência, representando polos de desenvolvimento e concentrando grande parte da população brasileira. Os municípios que se inserem nesses recortes espaciais caracterizam-se por intensa relação intra-regional, impactando e sendo impactados por externalidades (positivas ou negativas) das economias dos municípios vizinhos.

Verifica-se nas aglomerações urbanas, metropolitanas ou não, a existência de municípios que apresentam grandes diferenças funcionais, o que define a forma com que cada um se insere na divisão territorial do trabalho. Se por um lado podemos identificar nesses recortes espaciais municípios que apresentam estrutura produtiva sofisticada, baseada no setor terciário, principalmente voltada para serviços que apoiam a produção, por outro, também encontramos municípios com pequena dinâmica econômica, que têm como função principalmente serem “dormitórios” para a mão de obra que se emprega nos municípios do entorno.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no estudo *Regiões de Influência das Cidades*

(Regic), realizado em 2007, identificou 40 Áreas de Concentração Populacional (ACPs) no território brasileiro. As ACPs são grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. Esses espaços territoriais possibilitam identificar regiões cujos municípios possuam grande integração funcional.

Dos cem municípios com porte populacional de mais de 80 mil habitantes e com baixa receita *per capita* que compõem o **g100**, há 55 que estão distribuídos por 24 ACPs. O que chama a atenção é que, considerando os dados de 2012, esses 55 municípios correspondem a 15,4 milhões de habitantes, ou 71,2% da população do **g100**. Grande parte desses municípios localiza-se em áreas metropolitanas e apenas um deles, Salvador, é o núcleo central da aglomeração urbana. Assim, podemos supor que parte significativa dos municípios do **g100** que estão em ACPs tem função complementar à atividade produtiva dos seus núcleos centrais.

A inserção desses municípios do **g100** em tal configuração urbana evidencia a necessidade de o poder público elaborar políticas que contemplem os desequilíbrios causados pelos núcleos centrais, com dinâmica econômica de maior potencial arrecadador nos municípios do seu entorno. Um desses desequilíbrios é o deslocamento para o trabalho no núcleo central que a população dos municípios periféricos realiza diariamente. Apesar de o trabalhador contribuir para o aumento da produção do município vizinho, suas necessidades de bens e serviços públicos essenciais – saúde, educação, ▶

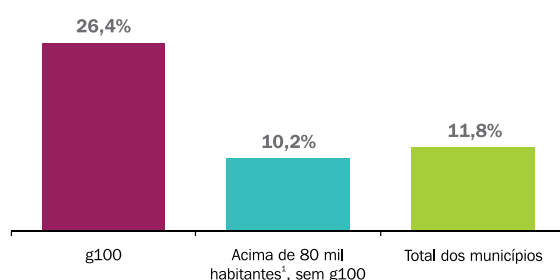
REDE URBANA

moradia, saneamento etc. –, são supridas, principalmente, no seu município de residência.

O censo 2010 permite verificar o movimento pendular das pessoas para trabalho e/ou estudo. O movimento pendular, que considera o deslocamento da população de forma periódica para fora do município de residência, com o objetivo de trabalho e/ou estudo, tem como intuito identificar as ligações entre municípios, ajudando a determinar a intensidade e alcance das inter-relações das aglomerações urbanas ou áreas de influência dos centros regionais. Essas informações possibilitam o planejamento integrado das redes de transporte e a formulação de políticas públicas urbanas relacionadas com a circulação, moradia e uso do solo.

A análise do percentual de trabalhadores lotados em postos de trabalho localizados em outro município, em 2010, permite verificar a importância desse fenômeno para os municípios que compõem o **g100**. Enquanto nos municípios populosos de maior receita *per capita* apenas 10,2% dos trabalhadores estão nesse grupo, no **g100** o total alcança quase o triplo, 26,4%.

PERCENTUAL DE TRABALHADORES LOTADOS EM POSTOS DE TRABALHO LOCALIZADOS EM OUTRO MUNICÍPIO - 2010

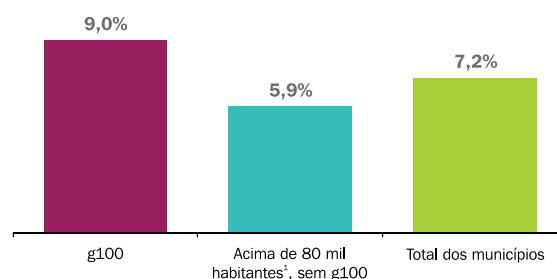


¹Não inclui Brasília.

Se parte expressiva da população do **g100** desloca-se para trabalhar nos municípios do entorno, contribuindo para a produção de riqueza e a consequente ampliação da capacidade de arrecadação desses municípios vizinhos, o mesmo não deve ocorrer com o deslocamento para o consumo de bens e serviços essenciais. Um indicativo dessa hipótese está na análise do deslocamento

para estudo fora do município de residência. Os dados do Censo 2010 permitem verificar que apenas 9,0% dos estudantes do **g100** estão matriculados em outros municípios que não o de residência, uma dinâmica bem diferente daquela constatada em relação ao trabalho. No Brasil, a parcela de estudantes matriculados fora do município de residência é de 7,2% e nos municípios com população acima de 80 mil habitantes e com receita *per capita* elevada é de 5,9%.

PERCENTUAL DE ESTUDANTES MATRICULADOS EM ESCOLAS LOCALIZADAS EM OUTROS MUNICÍPIOS - 2010



¹Não inclui Brasília.

As novas configurações urbanas e a interiorização do fenômeno urbano, estimulados pela produção flexível, intensificaram os fluxos gerados pelo deslocamento da população, não apenas para trabalho e estudo, mas também para o consumo de diferentes bens e serviços. Mesmo que as novas formas de trabalho, que se apoiam nas tecnologias da informação e estão voltadas para a produção de bens não materiais, facilitem o trabalho no local de residência, fazendo com que uma parcela da população se beneficie da não mobilidade, ainda existe grande parte da população, principalmente a mais carente, que se vê impelida ao deslocamento diário por longos percursos. Esse fato decorre principalmente da valorização imobiliária típica dos centros mais dinâmicos.

Torna-se então de grande importância a formulação de instrumentos que promovam a cooperação federativa e estimulem os municípios à realização de pactos que mitiguem os desequilíbrios regionais. A Lei dos Consórcios Públicos, nº 11.107, de abril de 2005,

que contou com a participação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) na sua elaboração, teve como objetivo avançar nesse processo. O Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo, projeto da Frente Nacional de Prefeitos, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com a parceria da CAIXA como financiadora do projeto também representa mais um elo de sustentação para o processo de consorciamento municipal.

EM ANANINDEUA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, CERCA DE 16% DE SUA POPULAÇÃO SE DESLOCA PARA TRABALHAR EM OUTROS MUNICÍPIOS

FOTO: JOÃO PRUDENTE / PULSAR IMAGENS



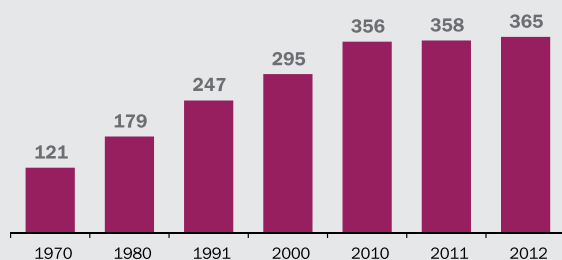
Saiba mais

A descentralização política ocorrida a partir da Constituição de 1988, que ampliou a autonomia dos municípios em relação a sua capacidade de elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e urbano, junto com a desconcentração produtiva, são fatores recorrentemente apontados como responsáveis pelo aumento da participação das cidades médias na dinâmica populacional e econômica do país. De fato, observa-se que o número de municípios com mais de 80 mil habitantes dobrou no período 1980 e 2012.

A menor dinâmica no crescimento populacional dos municípios que são núcleos das aglomerações urbanas,

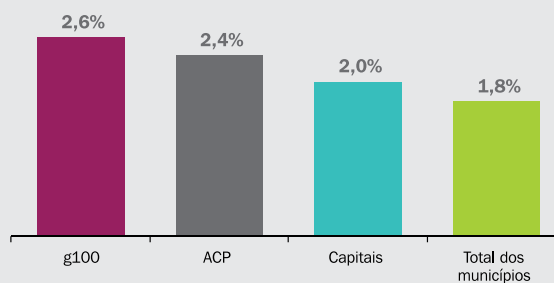
como é o caso das capitais, e taxas relativamente mais altas nos municípios do entorno, pode ser verificada quando se observa a taxa geométrica de crescimento anual da população no período de 1970 a 2012. Enquanto as capitais cresceram 2,0% ao ano, os municípios que formam as ACPs cresceram 2,4%, nesse período. Chama a atenção o crescimento do g100, que apresenta taxa ainda maior, de 2,6% ao ano, evidenciando que, apesar da menor dinâmica produtiva, esses municípios vêm absorvendo parte relevante da dinâmica populacional do processo de reorganização econômica no território brasileiro.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE 80 MIL HABITANTES¹



¹Não inclui Brasília.

TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO - 1970-2012



FORTE PRESENÇA DE CRIANÇAS E JOVENS EXIGE MAIS ENSINO E TRABALHO NO g100

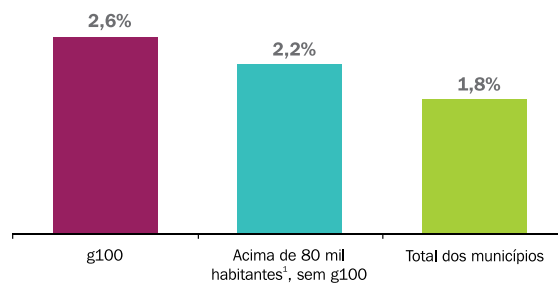
O perfil demográfico dos municípios do **g100** é marcado por taxas de crescimento superiores à média nacional, por uma população mais jovem que a dos demais municípios e por um processo de envelhecimento relativamente menos acentuado.

Brasil é considerado um dos países onde o processo de transição demográfica ocorreu com maior rapidez no Ocidente durante o século XX. A urbanização e a industrialização do país contribuíram para a redução da mortalidade, graças a avanços nos serviços de saúde e no acesso ao saneamento básico, seguida pela queda dos níveis de fecundidade a partir da década de 1970. Consequentemente, houve uma forte retração do ritmo de crescimento da população, desencadeando uma profunda mudança em sua estrutura etária, que passou a ser marcada pelo envelhecimento populacional.

Essa tendência demográfica não evoluiu de forma homogênea. Os municípios que compõem o **g100** ainda enfrentam o desafio de lidar com um ritmo de crescimento populacional mais elevado que a média nacional. A taxa de crescimento anual da população do **g100** no período 1970-2012 foi de 2,6%, superior em 47,5% à taxa de 1,8% do conjunto dos municípios brasileiros. O ritmo de aumento populacional do **g100** foi também 16,9% superior aos 2,2% dos demais municípios acima de 80 mil habitantes.

Segundo dados do IBGE, o Brasil tinha 193,9

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO
1970 - 2012



¹Não inclui Brasília.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos e Estimativas Populacionais 2012.

milhões de habitantes em 2012. Os municípios do **g100** representavam 11,2% da população, com 21,7 milhões de habitantes, residentes em 20 Estados de todas as regiões. Cinco Estados concentravam dois terços da população total do **g100** no ano passado: Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Minas Gerais.

Salvador continuou sendo a cidade mais popu-

losa do **g100**, com 2,7 milhões de habitantes. As dez maiores cidades do grupo somavam mais de 8 milhões de habitantes. Em ordem decrescente: Salvador (BA), São Gonçalo (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Jaboatão dos Guararapes (PE), Feira de Santana (BA), Ananindeua (PA), Belford Roxo (RJ), Aparecida de Goiânia (GO), São João de Meriti (RJ) e Macapá (AP).

A maior parte dos Estados com 10% ou mais de sua população residindo em municípios do **g100** encontrava-se nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Chama a atenção o peso do **g100** nos Estados do Amapá (74,4% da população), Bahia (32,4%), Pernambuco (31,1%), Pará (23,3%), Rio de Janeiro (20,4%) e Goiás (19,1%) (veja tabela abaixo).

NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO g100 POR ESTADO E POPULAÇÃO - 2012

Estado	Número de municípios do g100	População do g100	Participação da pop. do g100 na pop. do Estado (%)
Acre	0	0	0,0%
Alagoas	0	0	0,0%
Amapá	2	519.961	74,4%
Amazonas	3	279.877	7,8%
Bahia	10	4.589.650	32,4%
Ceará	7	1.132.724	13,2%
Distrito Federal	0	0	0,0%
Espírito Santo	1	352.431	9,8%
Goiás	7	1.172.706	19,1%
Maranhão	5	582.489	8,7%
Mato Grosso	2	347.105	11,1%
Mato Grosso do Sul	0	0	0,0%
Minas Gerais	11	1.565.023	7,9%
Pará	11	1.823.611	23,3%
Paraíba	3	324.557	8,5%
Paraná	5	539.820	5,1%
Pernambuco	12	2.774.585	31,1%
Piauí	1	147.732	4,7%
Rio de Janeiro	8	3.317.766	20,4%
Rio Grande do Norte	0	0	0,0%
Rio Grande do Sul	3	563.840	5,2%
Rondônia	1	118.092	7,4%
Roraima	0	0	0,0%
Santa Catarina	0	0	0,0%
São Paulo	4	1.032.327	2,5%
Sergipe	3	350.297	16,6%
Tocantins	1	156.123	11,0%
Total	100	21.690.716	11,2%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas Populacionais 2012.

MACAPÁ, A CAPITAL, E SANTANA ESTÃO NO g100 E CONCENTRAM, JUNTOS, 74,4% DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ



As diferenças observadas nas taxas de crescimento populacional refletem-se na estrutura etária dos municípios do **g100** em comparação com o conjunto dos municípios brasileiros (veja tabela a seguir), de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010. A presença jovem na população do **g100** é maior, embora já esteja bem próxima da média nacional.

A participação relativa de adolescentes e crianças com menos de 15 anos na população do **g100** era de 25,2%, em 2010, superior aos 24,1% do total de habitantes do país. A distância é ainda maior em comparação com os demais municípios acima de 80 mil habitantes (21,9%). Os números indicam que persistirá na década de 2010 uma demanda mais acentuada por políticas públicas educacionais nos municípios do **g100**, especialmente nas áreas de educação infantil e do ensino fundamental.

Já a participação da população em idade ativa nos municípios do **g100** é bastante próxima à do conjunto dos municípios brasileiros, representando cerca de dois terços do total de habitantes. No entanto, talvez refletindo a estreiteza do mercado de trabalho nas cidades do grupo, quando comparada à proporção de pessoas em idade ativa registrada nos demais municípios mais populosos do país, o Censo de 2010 do IBGE mostra que o **g100** estava 1,3 ponto percentual atrás.

A presença acima da média de crianças e adolescentes no **g100** indica que nos próximos anos haverá um incremento maior da população nas faixas etárias mais jovens (de 15 a 24 anos) nos municípios do grupo. A consequência é que haverá também uma demanda maior por vagas no ensino médio e técnico no **g100**, acompanhada por uma maior entrada de jovens no mercado de trabalho.

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO - 2010

Localidade	População com menos de 15 anos	População em idade ativa	População com 60 anos ou mais
g100	25,2%	65,9%	8,9%
Acima de 80 mil habitantes, sem g100	21,9%	67,2%	10,9%
Total dos municípios	24,1%	65,1%	10,8%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 2010.

O fenômeno do envelhecimento populacional atinge o **g100**, mas em um ritmo mais lento que o do total dos municípios brasileiros. A população com 60 anos ou mais de idade representa 8,9% da população total no **g100**, enquanto nos demais municípios com população acima de 80 mil habitantes alcança 10,9%.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO - 2010

Localidade	Índice de envelhecimento
g100	35,2%
Acima de 80 mil hab., sem g100	49,8%
Total dos municípios	44,8%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 2010.

O índice de envelhecimento, que mede as mudanças na relação entre segmentos idosos e jovens da população, também confirma um estágio menos avançado desse fenômeno no **g100** em comparação com o país (veja tabela acima). Esse índice é calculado com base na proporção de pessoas com 60 anos ou mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos. Enquanto o índice de envelhecimento dos municípios brasileiros era de 44,8%, o **g100** apresentava 35,2% em 2010. Essa diferença é ainda maior quando a comparação é feita com os demais municípios com mais de 80 mil habitantes que tinham 49,8% de idosos para cada centena de crianças e adolescentes de até 14 anos.

O perfil demográfico dos municípios do **g100** é então marcado por taxas de crescimento superiores à média nacional, por uma população relativamente jovem e por um gradual processo de envelhecimento. Tal quadro representa um grande desafio para a formulação das políticas públicas locais, que precisarão

O ESTADO DO PARÁ POSSUI 11 MUNICÍPIOS NO g100 QUE SOMAM 1,8 MILHÃO DE PESSOAS OU 23,3% DA POPULAÇÃO PARAENSE. FEIRA EM ABAETETUBA-PA

atender a uma população ainda bastante jovem que logo demandará o mercado de trabalho, carecendo estar preparada.

Tanto a ampliação da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de qualificação profissional, realizada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), como a expansão dos campi universitários e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em municípios do **g100** constituem políticas públicas em andamento coerentes com o seu perfil demográfico. Contudo, considerando que parcela significativa da população do **g100** encontra-se em situação socioeconômica muito desfavorecida, quando comparada à situação dos demais municípios populosos do país, conforme os indicadores desta publicação apontam, fica evidente que tais iniciativas na área educacional devem ser reforçadas e ampliadas.

Quanto à população com 60 anos de idade ou mais, mesmo sendo em proporção menor do que no restante do país, ela é crescente no **g100** e não deixará de pressionar cada vez mais os serviços públicos na área da saúde.

FOTO: ROGÉRIO REIS / PULSAR IMAGENS



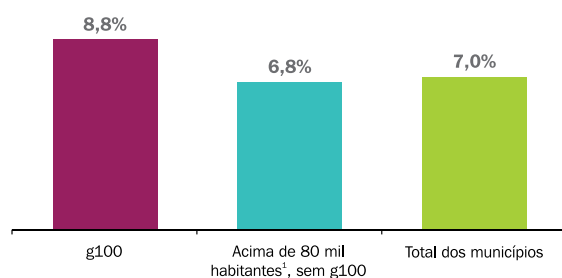
A DEFASAGEM DO g100 PERMANECE GRANDE

Na maioria dos municípios do **g100**, as políticas públicas de educação ainda têm muitos e enormes desafios a vencer: aumentar o investimento, diminuir a exclusão e melhorar resultados.

O crescimento anual da despesa municipal com educação e também o do valor do gasto anual por aluno das prefeituras do **g100** cresceu a taxas superiores às registradas pelos demais municípios com mais de 80 mil habitantes e pelo conjunto dos municípios brasileiros. De 2002 a 2011, a despesa com educação das prefeituras do **g100** aumentou 8,8% ao ano, enquanto que a média anual de crescimento nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes foi de 6,8% e no total do país foi de 7% ao ano. Quanto ao gasto por aluno, no mesmo período o **g100** realizou uma expansão de 10% ao ano, enquanto que nos outros municípios com mais de 80 mil habitantes o aumento foi de 6,1% e para o total dos municípios brasileiros foi de 8,5%.

Contudo, apesar dos esforços evidentes feitos pelas cem cidades do grupo, ainda é grande a diferença entre o valor do investimento por aluno quando comparado ao dos demais municípios. Em 2011, o **g100** aplicou R\$ 3.372,94 por aluno, valor que representou 64,9% do gasto realizado pelo restante dos municípios com mais de 80 mil habitantes, de R\$ 5.199,23, e 77,3% da despesa média do total dos municípios do país, de R\$ 4.361,30.

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO GASTO COM EDUCAÇÃO 2002-2011



¹Não inclui Brasília.

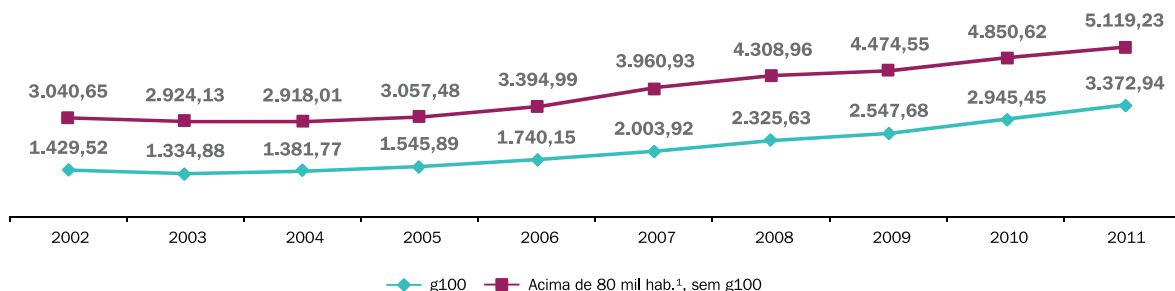
FRANCISCO MORATO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, OBTVEU NOTA 4,5 NO IDEB DE 2011 PARA AS SÉRIES INICIAIS E SUA META ERA DE 5,1

FOTO: DANIEL CYMBALISTA / PULSAR IMAGENS



EVOLUÇÃO DO GASTO COM EDUCAÇÃO POR ALUNO

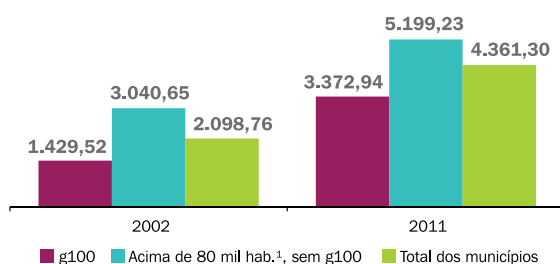
em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.

GASTO COM EDUCAÇÃO POR ALUNO

em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.

É possível concluir que, a permanecerem as atuais taxas de crescimento anual dos gastos por aluno, apenas em 2023 esse indicador referente ao **g100** alcançaria a média dos outros municípios do país com mais de 80 mil habitantes. **Trocando em miúdos, significa que, na melhor das hipóteses, sem aportes extraordinários concentrados no grupo, a defasagem dos investimentos por aluno seguirá por todo o período de educação fundamental das crianças que estão atualmente na escola, assim como aquelas que ingressarão em um ou dois anos.**

Mesmo entendendo que as melhorias nos resultados educacionais não surgirão apenas com aumentos lineares das despesas no setor, é evidente a necessidade de incrementar o investimento em educação nas cidades

do **g100** para aproximá-lo do que é praticado em outras localidades com redes de educação do mesmo porte.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define que cabe aos municípios oferecer educação infantil às crianças de até 5 anos de idade. Atualmente, a meta é oferecer vagas em escolas para todas as crianças entre 4 e 5 anos. Aqui também a situação do **g100** é de clara desvantagem. Conforme dados do Censo Demográfico 2010, o percentual de crianças nesta faixa etária matriculadas em creches ou escolas nos municípios do grupo era de 77,8%, enquanto nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes era de 82,7%. No total do país a média era de 80,1%.

Os dados evidenciam que, em todo o país, mas com maior intensidade no **g100**, há ainda um importante contingente de crianças a aumentar a pressão de demanda por vagas em creches e escolas de ensino infantil. Evidentemente, essa pressão tem um efeito maior sobre as contas públicas municipais em cidades mais pobres, como as que compõem o **g100**, nas quais a maior parte da população não dispõe de recursos financeiros para buscar na rede privada a educação dos seus filhos.

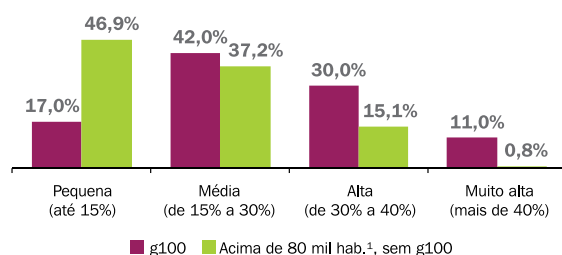
Há mais um sério agravante: o indicador de distorção idade-série, que mede o percentual de estudantes com mais de 2 anos acima da idade prevista para cursar a série em que estão matriculados, é considerado alto (acima de 30%) em 41% dos municípios do **g100**. Apenas 17 dos cem municípios do grupo estão no patamar mais ▶

EDUCAÇÃO

baixo de defasagem idade-série, de até 15% dos alunos em situação de atraso escolar, enquanto entre os demais municípios populosos do país, 46,4% das localidades estão nessa categoria.

Em todo o país, a distribuição dos municípios segundo faixas de distorção idade-série é bem mais favorável, mesmo considerando que 30,6% deles estão nas categorias de alta ou muito alta distorção. Em 35,8% das cidades brasileiras a defasagem está no patamar considerado baixo, mais que o dobro dos 17% do **g100**.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE DISTORÇÃO ENTRE A IDADE DO ALUNO E A SÉRIE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2012



¹Não inclui Brasília.

ESCOLA EM BRAGANÇA-PA, MUNICÍPIO QUE APLICOU R\$ 2.915,23 POR ALUNO, EM 2011, VALOR ABAIXO DA MÉDIA DO g100 DE R\$ 3.372,94 POR ALUNO



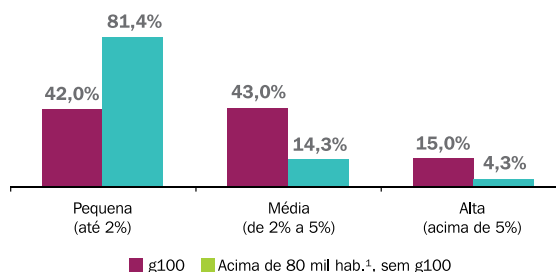
FOTO: JOÃO PRUDENTE / PULSAR IMAGENS

A defasagem idade-série é um dos fatores que deprimem a eficiência de todo o sistema educacional e está intimamente ligada a outro dos indicadores que medem o aproveitamento dos esforços em educação: a taxa de evasão.

Alunos que abandonam a escola durante o ano letivo, na melhor das hipóteses, voltarão ao sistema escolar no ano seguinte para cursar a série abandonada já com idade superior à dos demais estudantes que permaneceram na escola regularmente. Na matemática econômica pura e simples, eles aumentam artificialmente os custos da educação, uma vez que, temporariamente, ocupam uma vaga sem resultar no esperado aumento da escolaridade. No outro extremo, os alunos evadidos não mais retornam aos bancos escolares, aumentando o contingente de adultos com baixa escolaridade e com as piores chances de ocupar empregos de boa qualidade. Fecha-se o ciclo nefasto de reprodução da pobreza.

Em 2012, a taxa de evasão escolar na rede municipal de ensino fundamental foi considerada pequena, até 2%, em apenas 42 dos municípios do **g100**, enquanto em cerca de 81,4% dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes a evasão ficou no mesmo patamar. Além de chegar a 58% a parcela de cidades do **g100** que apresentam mais de 2% de evasão escolar no ano, houve casos emblemáticos no grupo, como o de Santa Rita, na Paraíba, com 17% de alunos evadidos e o de Valença, na Bahia, onde a taxa também foi superior a 10%.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR NÍVEL DE EVASÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2012



¹Não inclui Brasília.



Uma rede de ensino que não consegue ao menos manter os alunos frequentando a escola, independentemente dos resultados de qualidade alcançados, estará sempre em déficit quanto aos seus objetivos. Infelizmente, baixos percentuais de atendimento, altos índices de distorção idade-série e de evasão, em geral, estão acompanhados de altas taxas de reprovação e ainda piores resultados nas avaliações qualitativas. Assim, configura-se um quadro educacional que junta tudo de ruim: baixo investimento, exclusão, baixa eficiência e péssimos resultados qualitativos.

Os indicadores relativos ao **g100** no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que inclui a Prova Brasil, esta, por sua vez, utilizada para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), mostram a gravidade do quadro educacional nesses municípios. O Ideb mede, conjuntamente, as taxas de aprovação e o desempenho dos alunos que estão concluindo os dois ciclos do ensino fundamental, em provas padronizadas, aplicadas em todo o país, com o objetivo de avaliar o quanto eles dominam as habilidades previstas para quem está concluindo essas etapas.

Em 2011, os resultados do Ideb para o **g100** mais uma vez mostraram que a distribuição desses municípios segundo os intervalos de notas continua concentrada nos estratos mais baixos. Foi de 38% a parcela dos que alcançaram, no máximo, a nota 4,0. No restante dos municípios com mais de 80 mil habitantes essa parcela

ficou na casa dos 8%. Apenas 15% dos municípios do **g100** obtiveram notas melhores do que 5,0. Já nos outros municípios mais populosos do país, essa parcela foi de 63,2%.

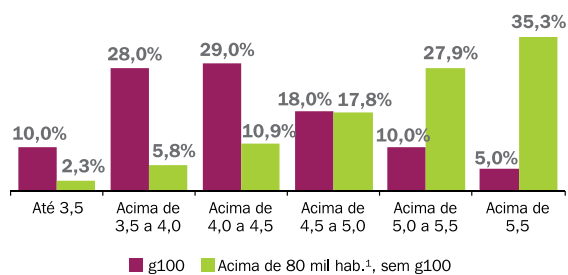
No patamar acima de 4,5 até 5,0, no qual a fatia de municípios do **g100** se assemelha à do grupo dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, verifica-se, contudo, casos como os de Ferraz de Vasconcelos (SP), Francisco Morato (SP), Ribeirão das Neves (MG), Cariacica (ES) e Formosa (GO), nos quais as notas estão abaixo das suas metas, estipuladas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

As metas de notas no Ideb são diferenciadas segundo redes e mesmo segundo escolas, sinalizando o esforço a ser desenvolvido por cada elemento do sistema educacional para a melhoria geral da educação brasileira e para a diminuição das desigualdades. No **g100**, 50% dos municípios ultrapassaram as metas previstas para 2011. Outros 19% alcançaram os patamares estipulados e os demais 31% ficaram aquém do nível esperado. Novamente, esses resultados se diferenciam do verificado no país como um todo, onde 70% dos municípios ultrapassaram suas metas, 6% igualaram seus indicadores ao que estava previsto e 24% ficaram abaixo dos objetivos esperados.

Diante deste quadro tão manifesto da grande defasagem existente entre os municípios populosos que possuem as menores receitas per capita no país, o **g100**, e os demais municípios com mais de 80 mil habitantes e mesmo em relação à média total do país no que diz respeito aos diversos indicadores educacionais, fica clara a necessidade urgente de políticas de investimentos e focalização diferenciadas para essas cidades, sem as quais elas seguirão condenadas à retaguarda do esforço para a melhoria da qualidade de vida no Brasil.

APESAR DA DESPESA COM EDUCAÇÃO CRESCER MAIS NO g100, O GASTO POR ALUNO AINDA É 35% MENOR QUE O REALIZADO PELOS DEMAIS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O DESEMPENHO NO IDEB DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL - 2011



¹Não inclui Brasília.

g100 TEM MAIOR DEPENDÊNCIA DOS RECURSOS FEDERAIS PARA CUSTEIO DO SUS

A grande diferença entre a despesa com saúde per capita dos municípios do **g100** e os gastos das demais cidades, além da permanência de uma taxa de mortalidade infantil mais elevada dentro do grupo, são sinalizadores agudos da necessidade urgente de se elaborar instrumentos de transferência de recursos que considerem as condições desiguais vividas por esses municípios.

POLÍTICAS DE REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

A municipalização dos serviços de saúde no Brasil na década de 1990 alçou as cidades ao papel de protagonistas nessa área tão sensível. Em decorrência, o Sistema Único de Saúde (SUS) tornou-se referência internacional pela sua capacidade de avançar nos princípios de universalidade, integralidade e igualdade no atendimento da população.

No entanto, a economia de escala necessária na oferta de alguns bens e serviços de saúde, impedem os municípios de galgarem total autonomia na gestão do atendimento à população. É por essa razão que o tema “regionalização da saúde” vem assumindo cada vez maior importância no debate do aprimoramento das políticas no âmbito do SUS.

A regionalização como estratégia da política de saúde ganhou relevância no início dos anos 2000, com a edição das Normas Operacionais de Assistência à Saúde (01/2001 e 01/2002). Mas é com o Pacto pela Saúde 2006, que tem a regionalização como um dos seus eixos estruturantes, que se aprimoram os instrumentos de articulação intermunicipais buscando consolidar

arranjos regionais.

Com o intuito de dar maior segurança jurídica às relações interfederativas regionais e ainda propiciar maior controle social, o Governo Federal publicou o Decreto nº 7.508, em 2011, regulamentando a Lei nº 8.080, sancionada em 1990, que regula as ações e serviços de saúde em todo o território nacional. O decreto determinou a criação do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), firmado entre os entes federativos no âmbito das Regiões de Saúde, definindo responsabilidades, indicadores e metas, critérios de avaliação de desempenho, recursos financeiros que serão disponibilizados, formas de controle e fiscalização de sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde. Também criou um instrumento de descrição geográfica, chamado Mapa da Saúde, que distribui os recursos físicos e humanos relacionados ao atendimento à população. O texto ainda orienta as ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, compondo diversos indicadores para auxiliar no planejamento da gestão e identificar desequilíbrios regionais.

Mesmo considerando que todos os novos instrumentos propostos representam avanços para a melhor



FOTO: GERSON GERLÖFF / PULSAR IMAGENS

URUGUAIANA, MAIOR CIDADE DO OESTE DO RIO GRANDE DO SUL, FRONTEIRA COM ARGENTINA E URUGUAI, OSTENTA ELEVADOS ÍNDICES DE MORTALIDADE INFANTIL: 20,8, EM 2010

gestão das ações e serviços de saúde, com o intuito de alcançar os princípios fundamentais que norteiam o SUS, deve-se levar em conta a capacidade de gestão das prefeituras brasileiras para operacionalizar tais instrumentos. É certo que a estruturação de equipes técnicas capazes de lidar com diferentes informações e indicadores, que auxiliem não apenas no planejamento da atenção à saúde regionalmente, mas também na avaliação das políticas implementadas, impactará os orçamentos municipais.

É nesse contexto que se faz necessário avaliar o maior grau de dificuldade dos municípios que compõem o **g100** na implementação desses novos instrumentos. A falta de recursos disponíveis para a formação de pessoal e para a estruturação do planejamento comprometerão a capacidade desses municípios para se inserirem no processo de regionalização de forma igualitária com as demais cidades brasileiras. É necessário levar em conta que, além de criar os instrumentos de gestão, é preciso discutir a forma de financiamento, bem como o montante destinado à saúde atualmente vigente no SUS, considerando-se, principalmente, as condições diferenciadas dos municípios.

O FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA NO **g100**

A rejeição pelo Congresso Nacional do projeto original da Emenda Constitucional nº 29, que previa

a aplicação de, no mínimo, 10% da Receita Corrente Bruta (RCB) da União em gastos com saúde, manteve a sobrecarga já existente sobre os municípios. No contexto de baixo crescimento econômico dos últimos anos, o estabelecido pela Lei Complementar nº 141, que vincula os recursos da União para o SUS ao desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, restringe cada vez mais o financiamento federal para setor da saúde, enquanto Estados e municípios devem comprometer no mínimo, 12% e 15%, respectivamente, de suas receitas anuais.

Em relação à capacidade de financiamento específica dos municípios que compõem o **g100**, deve-se acrescentar a esse cenário de restrições crescentes ao financiamento do SUS, o fato de a transferência dos recursos da União para os municípios ser, em parte, determinada pela produção em termos de procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares. Como os municípios do **g100** caracterizam-se, em sua maioria, pela pouca estrutura de média e alta complexidade para atendimento à população, eles tendem a auferir menores repasses per capita do Governo Federal para o SUS.

Isso é confirmado quando se observa as transferências per capita para o SUS. Mesmo com a redução relativa da diferença dessa transferência entre o **g100** e os demais municípios populosos, no período entre 2002 e 2011, o valor de 151,90 reais do **g100** é 24% menor do que o valor recebido pelos municípios com maior receita per capita. ➔



FOTO: ROGÉRIO REIS / PULSAR IMAGENS

EM CARIACICA-ES, CIDADE COM 352 MIL HABITANTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA, A DESPESA MUNICIPAL PER CAPITA COM SAÚDE, DE R\$ 182,94, FOI UMA DAS MAIS BAIXAS DO g100

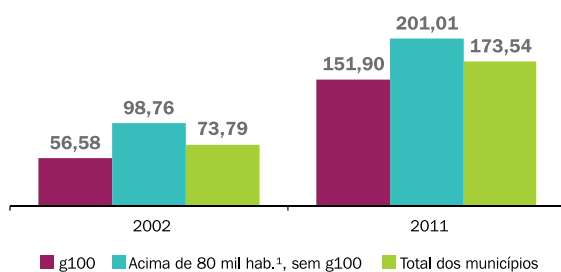
Ressalta-se ainda que os municípios do **g100**, devido ao seu baixo nível de receita per capita, possuem maior dependência dos recursos que o Governo Federal lhes transfere para o custeio do SUS em comparação com outros municípios. Em 2011, a transferência de recursos para o financiamento do SUS nos municípios do **g100** representou 51,3% do total de sua despesa com a saúde, enquanto no restante dos municípios com mais de 80 mil habitantes e no total dos municípios do país essa dependência foi de 36,6% e de 37,3%, respectivamente. Não obstante, verifica-se que o esforço de financiamento da saúde no **g100** é relativamente maior que nos outros municípios quando se considera que as despesas com saúde correspondem a 26,9% da sua receita corrente, enquanto os municípios do mesmo porte populacional empenham 24,6%.

Diante desse cenário é muito relevante, e até surpreendente, verificarmos o maior esforço de ampliação dos gastos com saúde nos municípios que compõem o **g100** frente aos demais municípios brasileiros. No período 2002-2011, observa-se o crescimento de 9,5% na taxa média anual do gasto com saúde no **g100**, enquanto a taxa dos municípios de mesmo porte populacional, mas com maior receita per capita, foi de 7,9%, no mesmo período.

Esse esforço de ampliação dos gastos com saúde fez com que diminuísse a diferença relativa entre os gastos com saúde per capita do **g100** em comparação com o restante dos municípios com mais de 80 mil habitantes e de maior receita per capita. Ainda assim, o que se observa é uma grande diferença, em termos absolutos, entre os gastos com saúde per capita do **g100** e os dos demais municípios brasileiros.

TRANSFERÊNCIAS PARA O SUS PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.

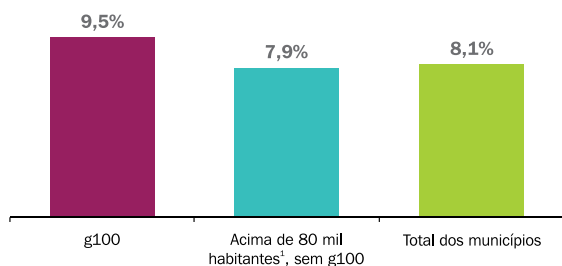
PARTICIPAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL COM SAÚDE NA RECEITA CORRENTE E DOS RECURSOS TRANSFERIDOS PARA O SUS NO TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE DOS MUNICÍPIOS - 2011

Grupos de municípios	Despesa saúde ² / Receita corrente	Transferência SUS ³ / Despesa saúde
g100	26,9%	51,3%
Acima de 80 mil habitantes ¹ , sem g100	24,6%	36,6%
Total dos municípios	24,1%	37,3%

¹Não inclui Brasília. ²Despesa por função com saúde. ³Transferências correntes do Governo Federal para o custeio do SUS dos municípios.

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO GASTO COM SAÚDE

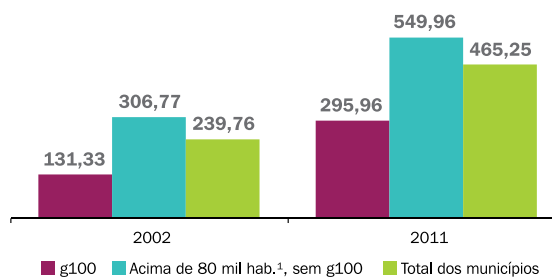
2002/2011



¹Não inclui Brasília.

GASTO COM SAÚDE PER CAPITA

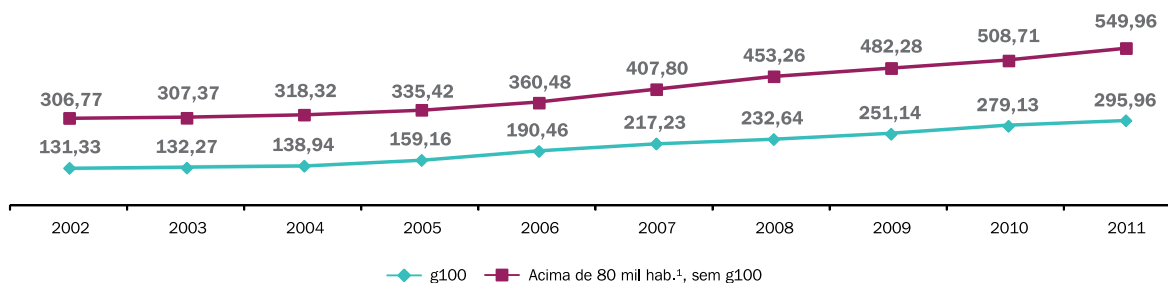
em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.

EVOLUÇÃO DO GASTO COM SAÚDE PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2012



¹Não inclui Brasília.

As políticas recentes de valorização do trabalho, com aumento real do salário mínimo e geração de empregos formais, impactaram fortemente na diminuição das taxas de desemprego em todo o país e possibilitaram a ampliação da população atendida pela rede de saúde suplementar nos municípios brasileiros. A proporção da população com acesso à rede de saúde suplementar passou de 17,6% para 24,5% no período 2002-2012. Ainda assim, quando se observa os municípios que compõem o **g100** nota-se que, apesar de ter havido também aumento significativo da população com possibilidade de acesso à assistência de saúde privada, proporcionalmente eles continuam em patamar muito inferior

ao dos demais municípios, principalmente quando comparados àqueles com mais de 80 mil habitantes e de maior receita per capita.

Vale ressaltar que a atenção à saúde, pela qual o município é responsável, vai muito além da oferta de uma rede de serviços como a propiciada pela área de saúde suplementar. A saúde no Brasil é entendida como o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas pela ausência de doença. Os municípios, como principais gestores do SUS, têm sob suas responsabilidades, além da universalização das ações e serviços de saúde e integralidade do cuidado, todas as funções de vigilância sanitária e epidemiológica. ➔

SAÚDE

FOTO: ERMESTO RECHIANI / PULSAR IMAGENS



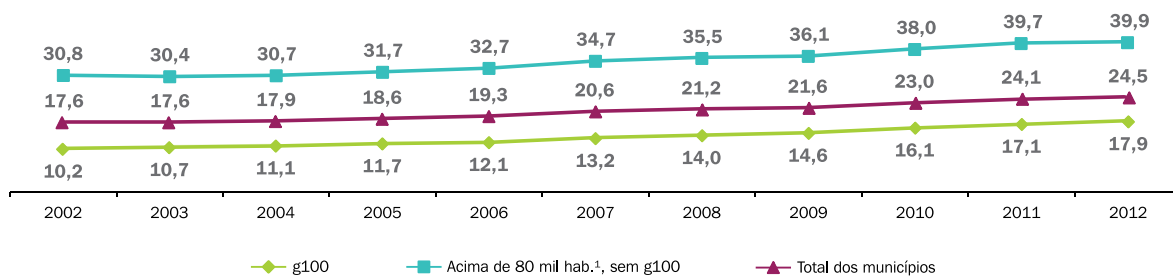
Se levarmos em conta as condições de maior carência social e econômica da população que reside no **g100** e a inserção regional desses municípios, os gestores públicos locais, que são os responsáveis pela gestão das ações e serviços de saúde, necessitam ampliar seus esforços para proporcionar a equidade almejada pela política pública brasileira. Para isso, é necessária a elaboração de instrumentos de transferência de recursos, da União e dos Estados que considerem as condições desiguais desses municípios.

A maior evidência da necessidade do fortalecimento da gestão da saúde no **g100** é dada pela análise da mortalidade infantil no período 2001-2010. A despeito da expressiva queda da taxa na última década, os municípios que compõem o grupo não apresentaram melhora relativa quando comparados com os outros municípios.

MUNICÍPIOS DO **g100** AINDA APRESENTAM TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL ACIMA DOS DE MAIS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES

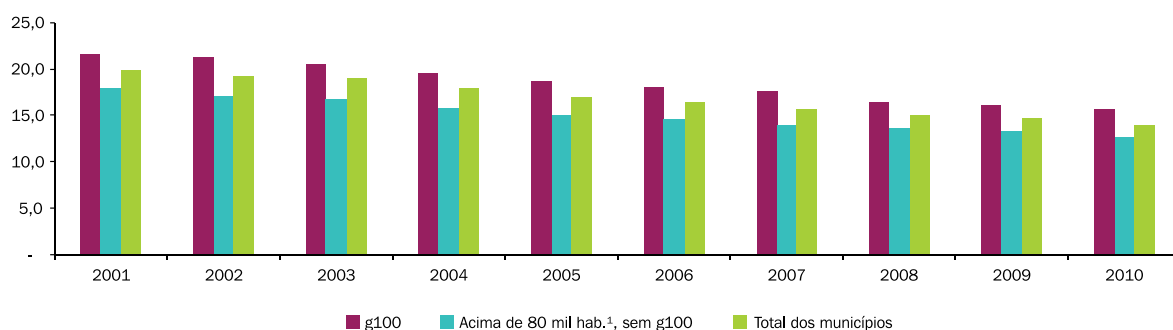
Diante dos novos desafios na gestão do SUS, com grande impacto nas estruturas administrativas das prefeituras e secretarias municipais de saúde, e das restrições de financiamento cada vez maiores da saúde pública brasileira, torna-se imprescindível a elaboração de políticas públicas que possibilitem a melhora dos indicadores de saúde do **g100**, de forma a compatibilizá-los com os números constatados nos outros municípios do país.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELA REDE DE SAÚDE SUPLEMENTAR - 2002-2012



¹Não inclui Brasília.

MORTALIDADE INFANTIL A CADA MIL NASCIDOS VIVOS



¹Não inclui Brasília.

MAIS MÉDICOS: UM PASSO IMPORTANTE PARA MELHORAR A SAÚDE DOS BRASILEIROS

O Programa Mais Médicos está concluindo sua segunda seleção com a chegada de mais 3.000 médicos. Em três meses, mais de 3.600 médicos estão em atividade nas regiões carentes do Brasil e, até dezembro, quando esse novo grupo começar a atuar, o programa deverá ultrapassar a marca de 6,6 mil.

Pouco a pouco, o trabalho desses profissionais começa a alterar a vida de pessoas que há muito não podiam contar com cuidado médico nas comunidades onde vivem. Ofertar esse serviço a quem mais precisa é, de fato, um primeiro passo para melhorarmos a saúde pública no Brasil.

A maioria dos municípios atendidos pelo programa reúne população de baixa renda e de alta vulnerabilidade social, e a outra parcela está localizada nas periferias

dos grandes centros. As regiões que mais precisam, incluindo o **g100**, são a prioridade do Ministério da Saúde. Não só queremos garantir que a população dessas cidades tenham médicos atuando 40 horas por semana nas unidades de saúde, como estamos atentos às demandas apontadas pelas prefeituras, principalmente em relação à necessidade de melhoria da infraestrutura e capacidade de atendimento.

O Governo Federal está investindo, até 2014, R\$ 15 bilhões na expansão e na melhoria da rede pública de saúde de todo o Brasil. Deste montante, R\$ 7,4 bilhões já estão contratados para construção e reforma de hospitais, Unidades de Pronto Atendimento e unidades básicas. Outros R\$ 5,5 bilhões serão disponibilizados, além de R\$ 2 bilhões para 14 hospitais universitários.

Esse é um programa cuja responsabilidade é dividida entre o Governo Federal e os gestores dos municípios. E não poderia ser diferente. Foram prefeitos e prefeitas do país que alertaram a presidenta Dilma Rousseff sobre a dificuldade em contratar médicos para trabalhar nas regiões pobres e distantes dos grandes centros.

Enquanto o Ministério da Saúde assume, a cada mês, o repasse da bolsa de R\$ 10 mil aos profissionais e ajuda de custo para instalação, as prefeituras têm se mobilizado para garantir a cada médico do programa moradia e alimentação. Juntos, o Governo Federal e municípios estão colocando o interesse da população acima de qualquer polêmica.

Alexandre Padilha

Ministro de Estado de Saúde



FOTO: ERASMO SALOMÃO

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO CONTINUA UM GRANDE DESAFIO PARA O PAÍS E AINDA MAIS PARA O g100

Os municípios do **g100** são os que mais carecem de uma intervenção forte do Estado no sentido de apoiar o poder local com aumento dos investimentos e, sobretudo, com apoio técnico e tecnológico para aprimorar a gestão dos serviços de saneamento e ampliar os índices de cobertura.

O SANEAMENTO NO BRASIL

O setor de saneamento no Brasil passou por diversas transformações, sobretudo a partir da criação do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), instituído pelo Banco Nacional da Habitação em 1968, de modo experimental, e em 1971 de maneira formal. Vigorou até 1986 quando teve fim o Sistema Financeiro do Saneamento.

Em 1970, o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontava que 26,7 milhões de brasileiros, ou 50,4% da população urbana, eram abastecidos com água potável e 10,1 milhões, ou 20%, servidos pela rede de esgoto. Já em 1985, o IBGE mostrava que 82,8 milhões de brasileiros ou 87% da população urbana, eram abastecidos com água potável. Os números mostram que o Planasa, significou grande avanço ao incorporar mais de 50 milhões de pessoas ao sistema de abastecimento de água em 15 anos.

Mais recentemente, segundo informações contidas

no Atlas de Saneamento do IBGE publicado em 2011 (base 2008), 99,4% dos municípios brasileiros eram atendidos com serviços de abastecimento de água por rede geral de distribuição. Em 1989 eram 95,9% e em 2000 eram 97,9%. Como podemos observar, os serviços de abastecimento de água tendem à universalização. É preciso considerar, porém, que a disponibilização de rede de água não implica, necessariamente, que o cidadão esteja conectado a ela.

Esse fato torna-se mais grave quando se trata de rede de esgoto, uma vez que, na maioria dos casos, a conexão à rede significa dobrar o valor da conta de água. Ainda segundo o Atlas de Saneamento, em 2008 havia coleta de esgoto em 55% dos municípios brasileiros, mas apenas 29% tratavam os esgotos coletados. Merece destaque os baixos índices das regiões Norte e Nordeste, com 13% de coleta e 8% de tratamento e 46% de coleta e 19% de tratamento, respectivamente. Ou seja, o grande desafio para o saneamento continua sendo a coleta e o tratamento de esgotos.



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS NOVA ALDEINHA EM CARAPICUÍBA-SP

MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E TRATAMENTO DE ESGOTO

BRASIL - 2000 e 2008

Ano	Municípios atendidos com serviços de abastecimento de água em %	Municípios com coleta de esgotos em %	Municípios que tratavam os esgotos coletados em %
2000	97,9	-	-
2008	99,4	55	29

Fonte: Atlas de Saneamento/IBGE - 2011 (base 2008).

NOVA FASE

A criação do Ministério das Cidades no ano de 2003, a edição da Lei nº 11.107/2005 - Lei de Consórcios Públicos -, regulamentada pelo Decreto nº 6.017/2007, a Lei nº 11.445/2007 - Lei de Diretrizes Nacional para o Saneamento - e seu Decreto regulamentador nº 7.217/2010, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007 e o Plano Nacional de Saneamento Ambiental (Plansab) que nesse momento encontra-se em fase de discussão, marcam uma nova fase do setor de saneamento brasileiro.

A Lei de Consórcios Públicos, em seu artigo 13, institui o contrato de programa como forma de tratar

a relação entre entes públicos, em substituição ao contrato de concessão, nos moldes previstos na Lei nº 8.987/1995 – Lei de Concessões -, que deve regular as relações entre os setores público e o privado. Já a Lei de Diretrizes Nacional para o Saneamento ampliou o conceito de saneamento básico, incorporando ao abastecimento de água e esgotamento sanitário o manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais urbanas. Além disso, colocou os municípios como protagonistas das ações de saneamento na medida em que definiu que são eles os responsáveis pela elaboração do plano de saneamento pelo planejamento das ações. Definiu também a necessidade de criação de ente de regulação e fiscalização e separou essas funções da prestação dos

SANEAMENTO BÁSICO

serviços. A lei criou ainda as condições para a instituição e/ou fortalecimento de instrumentos de controle social sobre a prestação dos serviços.

A retomada dos investimentos a partir de 2003 e o lançamento do PAC acabaram com anos de contingenciamento de recursos. De 2003 a 2012, foram efetivamente desembolsados R\$ 49 bilhões nas mais variadas ações de saneamento em todas as regiões do país.

No caso dos investimentos, vale a pena ressaltar a dificuldade que os municípios têm em acessar recursos devido a falta de capacidade de elaboração de projetos e planos. Nesse caso, cabe ao Governo Federal ampliar os programas de apoio aos municípios com o objetivo de superar essa dificuldade.

Quanto ao Plansab, aprovado dia 7 de junho pelo Conselho Nacional das Cidades, trata-se de importante instrumento estruturante das políticas de saneamento no Brasil. Prevê-se investimentos R\$ de 508,5 bilhões no próximos 20 anos, a partir de 2014, divididos em metas de curto, médio e longo prazo (2018, 2023 e 2033) e que serão aplicados em abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto e lixo e ações de drenagem. Espera-se uma atuação integrada do Governo Federal, Estados e municípios para o sucesso das ações. (i)

O SANEAMENTO NOS MUNICÍPIOS DO g100

A seguir, serão apresentados alguns indicadores do saneamento do **g100** comparados aos dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes. A fonte das informações aqui publicadas são os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), criado pelo Governo Federal em 1996, no âmbito do Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). Atualmente, o SNIS está vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. (ii) O SNIS apoia-se em um banco de dados administrado na esfera federal que contém informações

FOTO: JOÃO PRUDENTE / PULSAR IMAGENS



ÁREA SEM SANEAMENTO BÁSICO
EM BRAGANÇA – PA

de caráter institucional, administrativo, operacional, gerencial, econômico-financeiro e de qualidade sobre a prestação de serviços de água, de esgotos e de manejo de resíduos sólidos. As informações do SNIS são fornecidas pelos próprios prestadores, sejam eles públicos estaduais, municipais ou privados e, por isso, refletem melhor os índices de cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário do que dados censitários.

O Diagnóstico 2010, publicado em 2012, apurou informações sobre o abastecimento de água em 4.952 municípios e sobre o esgotamento sanitário em 2.734 municípios, correspondentes a 97,7% e a 85,3%, respectivamente, da população urbana do país.

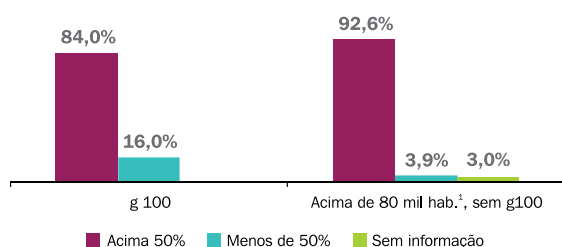
O levantamento apontou índices de atendimento da população por redes de água bastante elevados nas áreas urbanas das cidades brasileiras, com uma média nacional de 92,5% dos habitantes, com destaque para as regiões Sudeste e Sul, onde os índices médios foram de 96,6% e 96,0% da população. Apurou-se também o atendimento com redes coletoras de esgotos a um contingente de população urbana cujo índice médio no país foi de 53,5%, destacando-se a região Sudeste, com média de 76,6%, e o Centro-Oeste, com 50,5%. Já o tratamento dos esgotos gerados chegou a uma média nacional de 37,9%, destacando-se a região Centro-Oeste, com 43,1%.

ATENDIMENTO COM REDE DE ÁGUA¹

O índice de atendimento da população com rede de água mostra que os municípios integrantes do **g100**, apesar de apresentarem um percentual elevado, ficam abaixo daquelas cidades com mais de 80 mil habitantes que estão fora do grupo.

Enquanto 84% dos municípios do **g100** conseguem atender a mais da metade da população com rede de água e em 16% desses municípios o atendimento alcança menos de 50% dos habitantes, fora do **g100**, 92,6% dos municípios contam com índice de atendimento com rede de água acima de 50% e somente 3,9% deles têm índice de atendimento com rede de água inferior a 50%.

ÍNDICE DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO COM REDE DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS - 2010 - SNIS



¹Não inclui Brasília.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

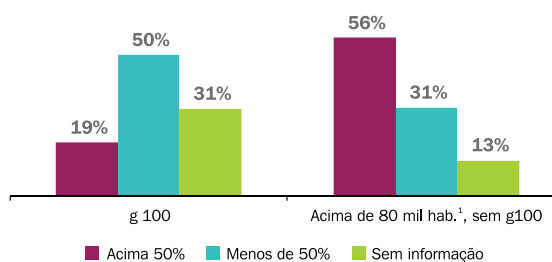
Quando se compara os índices de esgotamento sanitário, mais especificamente coleta e tratamento de esgotos coletados e tratamento dos esgotos gerados, observa-se que as diferenças entre os municípios integrantes do **g100** e o restante das cidades de médio e grande porte, são ainda mais significativas.

Somente 19% dos municípios do **g100** têm índice de atendimento da população com rede de esgoto acima

¹As diferenças de percentuais nos índices de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorrem pelo fato de alguns municípios não terem fornecido as informações ao SNIS.

de 50% e exatamente a metade deles tem índice de atendimento menor que 50%. Observa-se que existe um percentual alto, de 31%, de cidades do **g100** que não prestaram informação, o que ocorre pelo fato de ainda não haver uma obrigação legal para isso. No grupo fora do **g100**, 56% dos municípios contam com mais da metade da população atendida com rede de esgoto e 31% tem índice menor que 50%.

ÍNDICE DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO COM REDE DE ESGOTO NOS MUNICÍPIOS - 2010 - SNIS



¹Não inclui Brasília.

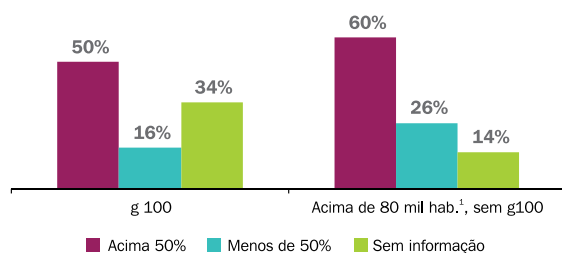


OBRA PARA INSTALAÇÃO DA REDE DE ESGOTO NA PERIFERIA DE MARANGUAPE-CE

SANEAMENTO BÁSICO

O gráfico abaixo mostra o índice de atendimento da população com tratamento do esgoto coletado. Dos municípios que integram o **g100**, 50% tratam acima de 50% dos esgotos que coletam e 16% tratam menos de 50%. Nas cidades com mais de 80 mil habitantes **fora do g100**, 60% tratam acima de 50% dos esgotos que coletam e 26% tratam menos de 50%. Sobre as 34 cidades do **g100** que não prestaram informação, existe a hipótese de que a maior parte delas não realiza o tratamento do esgoto coletado ou, simplesmente, não possui serviços de coleta de esgoto.

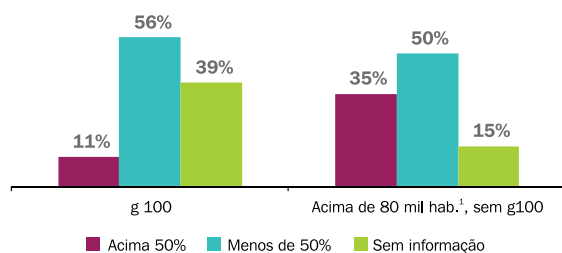
ÍNDICE DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO COM TRATAMENTO DE ESGOTO COLETADO NOS MUNICÍPIOS - 2010 - SNIS



¹Não inclui Brasília.

O mesmo ocorre em relação ao tratamento dos esgotos gerados (veja gráfico a seguir) onde se inclui, para efeitos do cálculo, os esgotos que nem mesmo são coletados. Nesse caso, a situação é mais complicada. No **g100**, apenas 11% dos municípios tratam os esgotos gerados por mais de 50%

ÍNDICE DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO COM TRATAMENTO DOS ESGOTOS GERADOS NOS MUNICÍPIOS - 2010 - SNIS



¹Não inclui Brasília.

da população e em 56% das cidades, menos da metade do total de habitantes possui o tratamento do esgoto gerado. No grupo de cidades médias e grandes fora do **g100**, 35% tratam o esgoto gerado por mais de 50% da população e metade desses municípios trata menos de 50%. Como pode ser verificado, mesmo naqueles municípios onde a receita corrente per capita é maior, os problemas com coleta e tratamento de esgoto são preocupantes.

RECEITAS E INVESTIMENTOS

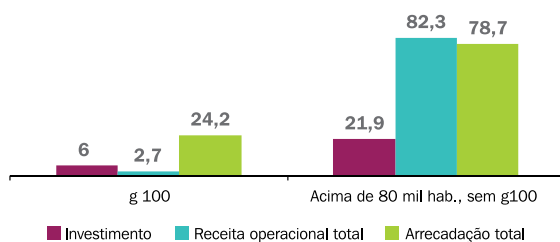
Quanto à receita operacional totalⁱⁱ decorrente das atividades-fim do prestador de serviços (sistema municipal de saneamento) e aos investimentos apresentados no gráfico da página seguinte, verifica-se uma grande diferença entre os municípios do **g100** e o grupo de municípios populosos sem o **g100**.

A receita operacional total média, que são os recursos obtidos através da cobrança sobre os usuários pelos serviços prestados em saneamento, foi de R\$ 26,7 milhões para cada município do **g100** e de R\$ 82,3 milhões para o outro grupo. Como resultado dessa enorme diferença, o investimento médio por município do **g100** ficou igualmente reduzido, alcançando o patamar de R\$ 6 milhões por ano, enquanto que nos outros municípios com mais de 80 mil habitantes chegou a R\$ 21,9 milhões, em média.

Esses números são ainda mais preocupantes quando se considera que, segundo o Plansab, seriam necessários investimentos de R\$ 330,7 bilhões para universalizar o saneamento (água e esgoto) até o ano de 2030, ou seja, uma média anual de R\$ 16,5 bi em 20 anos. No ano de 2010 foram investidos R\$ 8,7 bilhões. Pelo quadro exposto, fica evidente que, a manter-se os níveis atuais de investimentos, a universalização dos acessos aos serviços não chegará aos municípios, sobretudo aos do **g100**.

A ampliação dos investimentos em saneamento é fundamental. Segundo a Organização Mundial de Saúde, estima-se que a cada R\$ 1,00 investido em saneamento economiza-se R\$ 4,00 em serviços de saúde. Além disso, há a redução na mortalidade infantil, a redução das internações decorrentes de doenças de veiculação hídrica, há geração de empregos e potencializa-se o turismo.

INVESTIMENTOS, RECEITA E ARRECADAÇÃO NO SANEAMENTO
 POR GRUPO DE MUNICÍPIOS - 2010 - SNIS
 em R\$ milhões



¹Não inclui Brasília.

DESAFIOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO

São grandes os desafios para se alcançar a universalização do acesso aos serviços de saneamento com qualidade e controle social, principalmente com relação ao esgotamento sanitário, em todo o país. Os indicadores apresentados aqui mostram também que os municípios do **g100**, caracterizados por serem cidades de porte médio ou grande, integrantes de regiões metropolitanas ou de áreas com grande concentração populacional, são os que mais carecem de uma intervenção forte do Estado no sentido de apoiar o poder local com aumento dos investimentos e, sobretudo, com apoio técnico e tecnológico para aprimorar a gestão dos serviços de saneamento e ampliar os índices de cobertura.

Para superar esses desafios é preciso que sejam flexibilizadas as regras de financiamento para o setor público na área de saneamento, de forma a facilitar e agilizar o acesso aos recursos, sem desconsiderar a necessidade de qualificação do gasto público.

Hoje, as empresas de saneamento destinam grandes somas de recursos ao Governo Federal através do pagamento de PIS e COFINS. Existe uma proposta, defendida pela Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNISA), para que com esses recursos seja criado um fundo para investimentos em saneamento com vistas à sua universalização. Também com o objetivo de se ampliar as possibilidades de investimentos, é necessário rever a restrição para a tomada de crédito por parte

dos consórcios públicos, que pode ser um importante instrumento de alavancagem de obras públicas.

Além disso, é necessária a constituição de um Programa de Recuperação e Revitalização dos Operadores Públicos de Saneamento para a melhoria e o acompanhamento da gestão. Os municípios têm prazo até o final do ano de 2013 para a elaboração dos planos municipais de saneamento, sob pena de não poderem acessar recursos federais para investimentos na área. Este seria o momento propício para a criação de um grande programa nacional de apoio a esse trabalho, através da disponibilização de técnicos, oficinas de capacitação, bem como para o fortalecimento das linhas de financiamento com o mesmo objetivo.

Outro desafio a ser enfrentado diz respeito às tecnologias aplicadas aos serviços de saneamento. É preciso compreender que o Brasil é um país de dimensões continentais, com realidades, características e necessidades diferenciadas. Os projetos e as obras de saneamento devem levar em conta essas diferenças e propor alternativas que se enquadrem à realidade de cada município.

A exemplo do que o Governo Federal já fez na área de educação, quando incorporou o **g100** como prioridade em programas e projetos, algo parecido poderia ser pensado em relação aos programas e ações na área de saneamento, no que tange não apenas à disponibilização de recursos para investimentos, como também em termos de apoio técnico para a elaboração dos planos municipais e para a melhoria da gestão dos serviços. A ação conjunta, através da criação de consórcios públicos e do fortalecimento das Regiões Metropolitanas, pode e deve ser uma alternativa importante na busca de soluções para os problemas de saneamento. É fundamental que se compreenda que ampliar as ações de saneamento significa enfrentar também os problemas de resíduos sólidos, de drenagem urbana e, sobretudo, de saúde pública. Nunca é demais também lembrar que quanto mais se investe em saneamento menos os municípios terão que investir em saúde pública.

[#] Receita Operacional Total: (direta+indireta) é o valor faturado anual decorrente das atividades-fim do prestador de serviços. Resultado da soma da Receita Operacional Direta: Água, Esgoto, Água Exportada e Esgoto Importado e da Receita Operacional Indireta. Para mais informações acessar <http://www.snis.gov.br/> - Glossário e relação de indicadores.

PROJETO DE INCLUSÃO PRODUTIVA COM SEGURANÇA SANITÁRIA

O projeto sinaliza para um aprimoramento institucional que requer da Anvisa mais do que o exercício das atividades normativas de controle sanitário sobre o mercado.

Os micro e pequenos empreendimentos representam hoje pouco mais de 99% dos estabelecimentos no país e respondem por mais da metade dos empregos formais. Além de figurar nos indicadores como o porte de negócios que mais contrata, foram os micro e pequenos negócios que sustentaram os altos índices de emprego no Brasil durante a crise econômica mundial deflagrada em 2008, a pior da história, e que proporcionou um profundo processo de refluxo nos níveis de emprego pelo mundo.

O Governo Federal tem investido expressivamente nos últimos dez anos em políticas de incentivo ao micro e pequeno negócio não apenas como um fator de dinamismo e fortalecimento econômico, mas também como medida comprovadamente eficaz de inclusão social e superação da pobreza. O Plano Brasil sem Miséria tem reduzido significativamente a pobreza. Já a política nacional de microcrédito produtivo orientado, juntamente aos cursos de qualificação técnica e profissional, vem alavancando o desenvolvimento local.

No mesmo escopo de iniciativas que tem rendido saldos substancialmente positivos ao país, como a

estabilidade socioeconômica e a porta de saída para milhões de brasileiros que ainda vivem em situação de pobreza, a Anvisa, na condição de uma das agências reguladoras nacionais, assumiu o compromisso de envidar esforços no eixo da Inclusão Produtiva do Plano Brasil sem Miséria. Com respaldo na Segurança Sanitária, a iniciativa faz parte do papel fundamental da agência no desenvolvimento econômico como ação estratégica do Plano Brasil Maior.

A vigilância sanitária é um fator importante no desenvolvimento dos pequenos negócios. Isso se deve à missão que lhe é inerente de proteger e promover a saúde da população, muitas vezes de forma incompreendida pelas autoridades e empreendedores, porém também muitas vezes fazendo coro ao processualismo demasiadamente burocrático que infelizmente ainda está estabelecido em nosso país. A burocracia sobrecarrega e onera o micro empreendedor no seu estágio mais vulnerável, re-freando a atividade econômica ainda no seu início. Exatamente esse paradigma é que se faz necessário superar, sobretudo nos municípios com reduzidos níveis de dinamismo econômico e elevados índices de informalidade.



O Projeto Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária constitui a primeira iniciativa capitaneada pela Anvisa com uma diretriz mais ampla, associando as atribuições do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária com estratégias de desenvolvimento socioeconômico. A agência pretende assim caminhar com as suas competências no mesmo sentido apontado pelo Simples Nacional e pelas políticas de combate à pobreza, propiciando um ambiente cada vez mais favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento com inclusão social no Brasil.

O projeto sinaliza para um aprimoramento institucional que requer da Anvisa mais do que o exercício das atividades normativas de controle sanitário sobre o mercado. Essa nova prerrogativa exige de nós um relacionamento federativo mais dialógico e consistente, e nesse sentido os municípios são parceiros fundamentais para a construção das políticas públicas que tem por finalidade:

- ▶ Estruturar, fortalecer e articular o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- ▶ Promover a simplificação e desburocratização dos procedimentos para licenciamento sanitário dos

microempreendimentos individuais, agricultores familiares e os empreendimentos econômicos solidários nos municípios, fortalecendo parcerias com instituições como Sebrae, associações comerciais, sindicatos rurais, universidades, Embrapa e a própria FNP, dentre outras;

- ▶ Articular a elaboração de material didático para capacitação das Visas (Vigilâncias Sanitárias) e dos empreendedores respeitando as diferenças regionais, os costumes e as tradições.

Desse modo, a Anvisa espera contar com os municípios na condução da implementação da Resolução nº 49, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário. Assim, a agência pretende contribuir para o desenvolvimento nacional fomentando diretamente nos municípios o desenvolvimento local.

Dirceu Barbano

Diretor-presidente da Anvisa

AUMENTAR A ADESÃO AO SISAN PARA GARANTIR SEGURANÇA ALIMENTAR

Em 2010, foi aprovada pelo Congresso Nacional a emenda ao artigo 6º da Constituição Federal incluindo a alimentação entre os direitos fundamentais do brasileiro. Esse foi o passo decisivo na institucionalização do Direito Humano à Alimentação Adequada e na inserção do Estado em um sistema de obrigações e responsabilidades quanto ao combate à fome.



FOTO: PALÉ ZUPPANI / PULSAR IMAGENS

ILHÉUS-BA - COMÉRCIO
DE FARINHA NO MERCADO
MUNICIPAL

O problema da fome sempre esteve presente no discurso político e nas ações e programas isolados do Governo Federal e de outros entes federativos isoladamente, mas os compromissos internacionais assumidos pelo nosso país e as pressões dos movimentos populares colocaram esse tema no topo da agenda. Em 1976 o Brasil aprovou, e depois ratificou, o “Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos Sociais e Culturais”, reconhecendo “o direito de toda pessoa a estar protegida contra a fome”. Em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação, o país firmou o compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas passando fome até 2015. Mais tarde, na Cúpula do Milênio, realizada em 2001, o Brasil comprometeu-se a reduzir pela metade a porcentagem de famintos até 2015, na origem dos conhecidos Objetivos do Milênio.

Passados muitos anos desde as mobilizações sociais como a “Campanha do Betinho”, do Fome Zero e dos compromissos internacionais

assumidos, podemos afirmar que o nosso país conseguiu institucionalizar um inovador sistema público de redução das vulnerabilidades e de garantia da Segurança Alimentar e Nutrição (SAN).

Essa expressão, conhecida de longa data dos estrategistas militares, foi incorporada pelos países durante a Cúpula de 1996 e busca ampliar a visão sobre o problema da fome. A SAN seria composta por um conjunto de garantias ao cidadão, tendo em conta quatro dimensões: disponibilidade de alimentos e água, acesso (físico e econômico) a esses alimentos, salubridade dos alimentos e a estabilidade e permanência das condições de consumo.

Como a garantia de SAN é um compromisso do Estado, em seus três níveis de governo, foi promulgada em 2006 a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), base do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essas novidades criaram um arcabouço único e compartilhado de responsabilidades para o atendimento à população em situação de vulnerabilidade. Esse sistema começou a ganhar corpo e estrutura jurídica com a emenda aprovada em 2010, com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e com a divulgação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012-2015. Esse plano foi discutido no âmbito dos diversos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional municipais, estaduais e federal, ganhou orçamento e um conjunto de diretrizes a serem seguidas pelo poder público.

O entendimento dessas diretrizes e as oportunidades que se abrem para os municípios mais vulneráveis atuarem em estreita cooperação com os governos estaduais e o Governo Federal é fundamental para a construção da SAN e para o combate à pobreza.

Lamentavelmente, a integração dos Estados e municípios a um planejamento mais geral para a SAN tem ocorrido de forma gradual e desigual nas diversas regiões do país, embora seja consenso que para alcançar efetividade e representatividade nacional é fundamental que o sistema avance com equidade no seu processo de descentralização. A adesão dos Estados e municípios,

que é voluntária e depende de formalização, e a consolidação das câmaras intersetoriais e conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional nessas esferas são passos fundamentais para a descentralização e estruturação do sistema e para o estabelecimento de um pacto federativo em torno do problema. É importante observar que o plano 2012/2015 estabeleceu como metas prioritárias a adesão dos 26 Estados, do Distrito Federal e de 60% dos municípios ao SISAN.

SEGURANÇA ALIMENTAR NOS MUNICÍPIOS DO g100

Os muitos estudos e pesquisas recentes realizados pelo IBGE com o intuito de avaliar os fatores determinantes da insegurança alimentar na população, mostraram estatisticamente o que já era de conhecimento empírico: que as maiores vulnerabilidades estão presentes entre os mais pobres.

Os municípios do **g100** apresentam um quadro grave no quesito pobreza, com uma parcela significativa da população vivendo com baixa renda e sem a infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, o contingente em situação de extrema pobreza dos municípios do **g100** atinge 7,8% da população, índice melhor do que a média nacional de 8,5%, mas que não representa nenhum motivo para comemoração. Ele é mais do que o dobro dos 3,3% dos municípios com mais de 80 mil habitantes que não estão relacionados no **g100**.

Também chama a atenção o fato de que 88,5% da população do **g100** vive com uma renda domiciliar per capita inferior a dois salários mínimos mensais. A insegurança alimentar e a pobreza estão juntas nesse enorme contingente e este é um dos aspectos determinantes para que elas persistam e se reproduzam ao longo das gerações. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2009, referentes à segurança alimentar, comprovam: 27,9% da população residente em domicílios em situação de extrema pobreza apresentavam insegurança alimentar moderada ou grave.

Pela nova legislação, é obrigação do Poder Público ►

SEGURANÇA ALIMENTAR

garantir a cobertura das necessidades alimentares das pessoas em situação de risco. Como os municípios que compõem o **g100** são essencialmente urbanos (92,2% da população) e têm 63% da população total residindo em 44 municípios de regiões metropolitanas brasileiras, os programas voltados para a SAN nesses municípios devem privilegiar soluções mais ligadas ao acesso aos alimentos do que ações voltadas para a produção alimentar.

A primeira providência essencial é então a garantia de renda por meio de uma transferência de recursos para que as pessoas carentes possam alimentar suas famílias. Analisando as estatísticas do Bolsa Família, observamos que no **g100** uma proporção de 65% das famílias cadastradas estão recebendo o benefício e que o valor médio é de R\$1.302,24 anuais. Esse número é superior à média nacional e à média dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, revelando que o Governo Federal vem realizando uma boa focalização para esse programa (veja gráfico abaixo).

Com a garantia de renda, que ainda demanda ampliação, tanto via maior cobertura do Bolsa Família como, preferencialmente, pela maior oferta de empregos, as ações relacionadas com a segurança alimentar precisam concentrar-se em alguns pontos emblemáticos para esse conjunto de municípios predominantemente urbanos: uma rede estabelecimentos privados e públicos (supermercados, sacolões, padarias, açougues, feiras,

FOTO: CESAR DINIZ / PULSAR IMAGENS

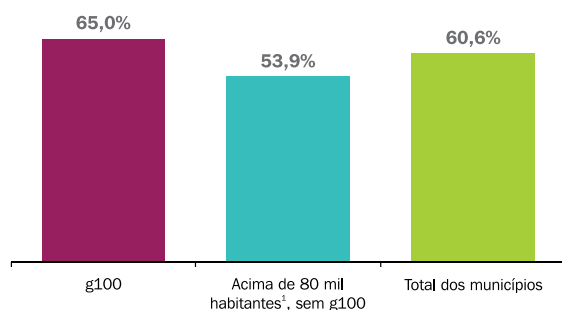


COZINHA COMUNITÁRIA NUM PEQUENO MUNICÍPIO DA BAHIA

etc.) disseminados na malha urbana e que oferte à população alimentos de qualidade, diversificados e a preços acessíveis; programas específicos de acesso aos alimentos que envolvam a suplementação alimentar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e programas públicos de acesso complementar ao abastecimento, redução de desperdício e educação alimentar. Exemplos bem sucedidos são os programas do tipo Restaurante Popular, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias, apoiados por políticas federais a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social.

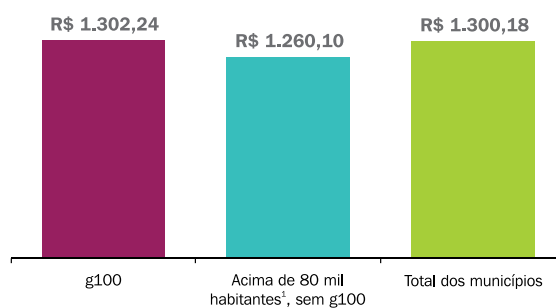
Os municípios do **g100** reúnem características sociodemográficas adequadas para captar projetos de segurança alimentar de acesso complementar ao abastecimento. Como se observa na Tabela 1, os programas apoiados pelo Governo Federal beneficiaram cinquenta municípios do **g100** até 2013, implantando 36 Restaurantes Populares, 42 Cozinhas Comunitárias e 24 Bancos de Alimentos, totalizando 102 unidades, 85 delas nas regiões Nordeste e Sudeste, em uma proporção superior à da distribuição da população do **g100** nessas regiões.

PERCENTUAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS QUE RECEBERAM O **BOLSA FAMÍLIA - 2011**



¹Não inclui Brasília.

VALOR MÉDIO ANUAL RECEBIDO PELAS FAMÍLIAS COM O **BOLSA FAMÍLIA - 2011**



¹Não inclui Brasília.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NOS MUNICÍPIOS DO g100, POR REGIÃO

2013

Regiões	Municípios g100		Restaurante Popular	Cozinha comunitária	Banco de alimentos	Total	
	Número	Propor. População				Número	Prop. Unidades
Norte	18	13%	6	1	1	8	8%
Nordeste	41	46%	19	20	10	49	48%
Centro Oeste	9	7%	4	2	1	7	7%
Sudeste	24	29%	6	19	11	36	35%
Sul	8	5%	1		1	2	2%
Total	100	100%	36	42	24	102	100%

Nota: em 2013 foram contemplados com estes projetos 50 municípios integrantes do g100, sendo que 16 municípios foram contemplados com 2 tipos de programas e 5 com os três programas.

TABELA 2: NÚMERO DE PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E POPULAÇÃO BENEFICIADA POR PORTE DO MUNICÍPIO DO g100 E TIPO DE PROGRAMA - 2013

Municípios g100 (População)	Amostra g100		Restaurante Popular		Cozinha Comunitária		Banco de Alimentos	
	Proporção Pop.	Nº Municípios	Municípios*	População	Municípios*	População	Municípios	População
Mais de 500 mil	27%	5	4	4.673.175	3	4.471.641	2	1.556.370
de 250 até 500 mil	28%	17	9	3.177.065	4	1.216.804	7	2.407.776
de 150 mil a 250 mil	14%	17	8	1.451.015	4	749.666	2	355.051
até 150 mil	31%	61	13	1.560.060	13	1.344.276	13	1.405.148
Total	100%	100	34	10.861.315	24	7.782.387	24	5.724.345

*alguns municípios têm mais de uma unidade do programa.

Uma análise pelo corte populacional (Tabela 2) mostra que os programas de Restaurante Popular beneficiam agregadamente 10,8 milhões de cidadãos do g100, localizados em quatro dos cinco municípios com mais de 500 mil habitantes e em nove dos 17 municípios com população entre 250 mil e 500 mil habitantes. As Cozinhas Comunitárias estão localizadas em municípios que totalizam 7,7 milhões de habitantes e os Bancos de Alimentos beneficiam 5,7 milhões de habitantes do g100.

Observa-se, portanto, que existe espaço para expandir a política de apoio a esses equipamentos,

principalmente Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos, para os 50 municípios do g100 que não estão ainda contemplados. Para isto, é necessário ampliar a adesão dos municípios ao SISAN. Os programas voltados para a SAN possuem uma enorme interface com as áreas de assistência social, saúde e educação. Nesse sentido, os gestores devem acoplar essas ações aos tradicionais programas desenvolvidos pelos municípios. Os pontos de contato passam pela prevenção de riscos para a saúde das pessoas e sanidade dos alimentos, educação alimentar em sintonia com a alimentação escolar, agricultura urbana

SEGURANÇA ALIMENTAR

com programas de emprego e muitos outros que só dependem da criatividade dos administradores. Os municípios são o elo fundamental para a melhoria da segurança alimentar no Brasil. Além de lidarem com o problema no nível pessoal, institucionalmente eles exercem o papel fundamental de registro das famílias no Cadastro Único – a instância em que se define a população alvo dos programas de transferência de renda. Eles também têm papel central no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da pobreza.

Saiba mais

RESTAURANTES POPULARES E COZINHAS COMUNITÁRIAS

– Os Restaurantes Populares, gerenciados pelo Poder Público, comercializam refeições preparadas a preços subsidiados, seguindo preceitos nutricionais adequados, e estão situados em lugares de grande afluxo populacional, sendo implantados em municípios de médio e grande porte. As Cozinhas Comunitárias são estruturas públicas de menor porte, que podem ser operadas pela população e têm apoio público para infraestrutura e, eventualmente, custeio.

BANCOS DE ALIMENTOS

– Os Bancos de Alimentos são equipamentos urbanos orientados para a recepção de doações e a reexpedição gratuita de alimentos em adequadas condições de consumo para instituições, oferecendo ainda orientação nutricional e informações de preparo alimentar e de redução de desperdício. Os Bancos de Alimentos podem ser geridos por ONGs independentes, por instituições vinculadas ao “sistema S” como o SESI e o SESC, ou pelo Poder Público municipal, neste caso com o apoio do Governo Federal.

PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO g100 DEVEM PRIVILEGIAR AS SOLUÇÕES MAIS LIGADAS AO ACESSO AOS ALIMENTOS DO QUE AS AÇÕES VOLTADAS PARA A PRODUÇÃO



FOTO: JOÃO PRUDENTE / PULSAR IMAGENS

PESQUISA DA CODEPLAN APONTA QUADRO DE POBREZA E INFRAESTRUTURA PRECÁRIA NA PERIFERIA **METROPOLITANA DE BRASÍLIA**

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) realizou, em 2013, a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), lançada em 18 de dezembro, em evento no auditório da Universidade dos Correios, com a participação de cerca de 400 pessoas, incluindo o Governador do DF, Agnelo Queiroz, Secretários de Estado do DF e de Goiás e de prefeitos e vice-prefeitos da Área Metropolitana de Brasília (AMB). Trata-se da primeira pesquisa a apresentar, de forma ampla, o perfil socioeconômico da população da região.

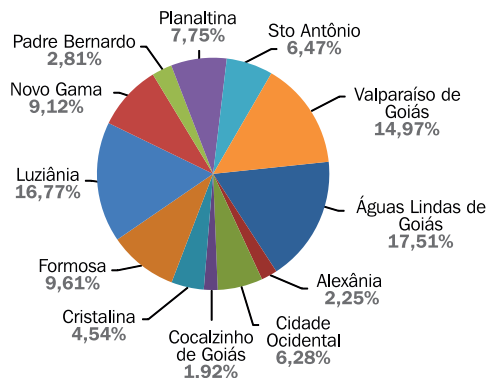
A pesquisa foi aplicada nas áreas urbanas dos municípios de Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Cocalzinho de Goiás, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás e também nos distritos de Jardim Ingá (Luziânia) e de Campos Lindos (Cristalina) e nos núcleos urbanos de Jardim ABC (Cidade Ocidental); Monte Alto (Padre Bernardo) e Girassol/Edilândia

(Cocalzinho de Goiás).

A população urbana total dos 12 municípios que formam a periferia metropolitana de Brasília alcançou 1.071.583 habitantes, sendo que a PMAD não pesquisou as áreas rurais, onde residem 56.730 dessas pessoas. A população total soma, portanto, 1.128.313 habitantes. Três municípios destacam-se como os de maior população, oscilando entre 150 mil e 200 mil habitantes: Águas Lindas de Goiás

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, POR MUNICÍPIO

2013 (EM %)



(197.530), Luziânia (189.225) e Valparaíso de Goiás (168.961). Somados, os três municípios compõem quase 50% da população total da região. (Gráfico 1).

Com uma população de 545.218, as mulheres representam 50,88% da população urbana, superando o contingente masculino, que somou 526.365 pessoas, ou 49,12%. A razão de sexo, expressa pelo número de homens para cada 100 mulheres, é de 96,54. A população da região possui um perfil jovem, pois 70,64% estão na faixa etária de até 39 anos de idade. A população idosa, com 60 anos ou mais, representa apenas 8,34% dos habitantes.

Em relação à naturalidade de seus moradores, um dado surpreendente: os naturais do Estado de Goiás representam apenas 30,60% da população, sendo que os migrantes, naturais de outras unidades da federação, perfazem 69,40%. Do total de migrantes, nada menos que 40,46% são naturais do DF, o núcleo da aglomeração urbana. Deve-se destacar que o número tão elevado de residentes na região nascidos no DF não é formado exclusivamente por migrantes. Há uma parcela substantiva, de difícil mensuração, formada por pessoas que apenas “vieram nascer” nas maternidades do DF, ou seja, não são naturais do próprio município onde residem seus pais

em decorrência da inexistência ou insuficiência de locais adequados para o parto.

É muito baixo o nível de escolaridade da população metropolitana. A taxa de analfabetismo é alta (5,45%), e somada aos que têm apenas o ensino fundamental incompleto (38,89%), resulta em quase 45% da população total sem sequer o ensino fundamental. Apenas 21,15% possuem o ensino médio completo e somente 8,04% têm o nível superior, completo ou incompleto. Preocupante também é o fato de haver apenas 28.598 crianças na creche e na pré-escola, enquanto 62.910 crianças menores de seis anos estão fora da escola. Quando se analisa o local de residência correlacionado ao local de estudo, verifica-se que do total de 330.128 estudantes, 30.923, ou 9,36%, estudam no Distrito Federal.

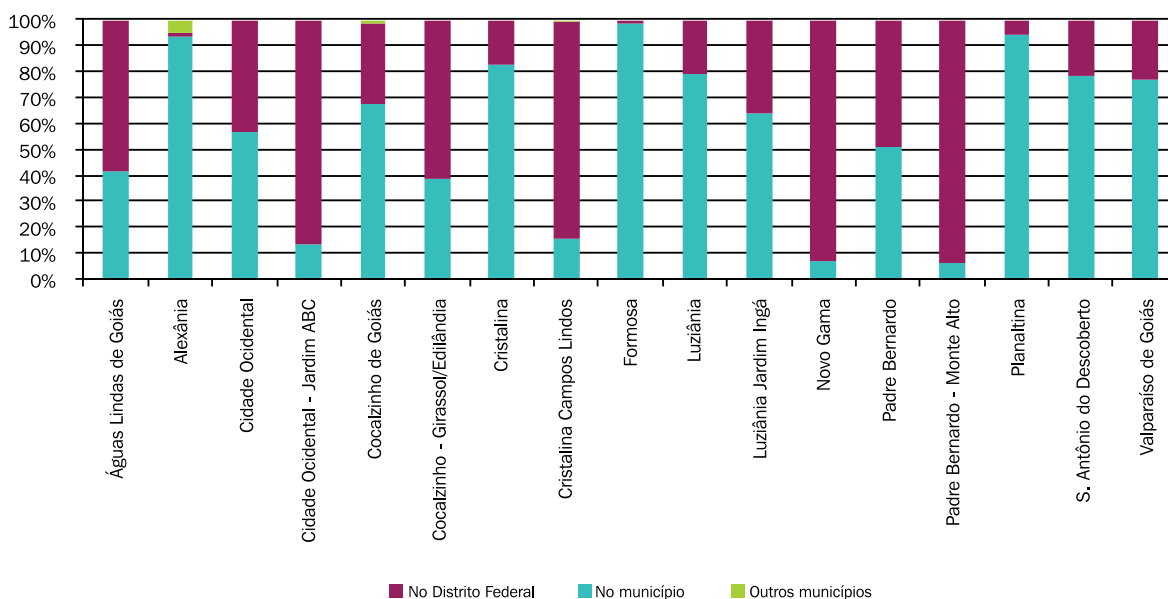
Em todos os municípios da periferia metropolitana de Brasília, prevalece a forte dependência dos serviços públicos de saúde. Enquanto, em decorrência do baixo rendimento médio da maioria da população, somente 13,25% da população têm acesso a planos de saúde, o acesso aos serviços públicos de saúde é quase universal, alcançando 94,14% da população. Ou seja, apenas 5,85% dos residentes não fazem uso dos serviços públicos de saúde. Do total de

usuários, 66,10% utilizam serviços no próprio município enquanto 33,68% dão preferência à utilização dos equipamentos do DF. Os municípios que mais intensamente buscam o serviço público de saúde do DF são o Novo Gama (92,58%); Águas Lindas de Goiás (58,75%); Valparaíso de Goiás (23,09%) e Santo Antônio do Descoberto (21,90%). De uma forma ainda mais intensa, os distritos e aglomerados urbanos buscam os serviços de saúde pública no DF: Monte Alto (94,13%), Jardim ABC (86,77%), Campos Lindos (83,36%), Girassol (61,53%) e Jardim Ingá (36,10%), conforme mostra o Gráfico 2.

Em relação aos benefícios sociais, 19,07% dos domicílios metropolitanos declararam receber o benefício do Programa Bolsa Família. Os municípios que apresentaram maior percentual de domicílios beneficiários são: Águas Lindas (26,12%), Cocalzinho de Goiás (22,97%), Cristalina (22,39%) e Santo Antônio do Descoberto (21,17%).

Das 906.252 pessoas acima de dez anos, 470.675 possuem trabalho. Em relação à ocupação segundo os setores de atividades, há uma ampla predominância do setor terciário, com quase 80% dos postos de trabalho. Destaque maior para o comércio, com 121.935 pessoas ocupadas, ou 25,90%; serviços gerais, com 57.587 pessoas, ou 12,23%, e serviços domésticos, com 37.107 pessoas ou 7,88%. A ocupação na administração pública envolve 47.657 pessoas (10,13% do total), sendo 22.996 na administração pública municipal ou do Estado de Goiás; 14.433 no governo do Distrito Federal e 10.228 na administração federal. Em relação ao setor secundário, destaque para a ocupação na construção civil, com 70.994 pessoas, ou 15,08% do total ocupado. A indústria de transformação emprega reduzido número de operários, apenas 22.962 pessoas, ou 4,88% do total. O setor primário mostra-se pouco importante, com apenas 12.715 pessoas ocupadas nas atividades

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR LOCAL DE UTILIZAÇÃO DE HOSPITAIS POR MUNICÍPIO, DISTRITO OU NÚCLEO URBANO - 2013 (EM %)



ARTIGO

agropecuárias, ou 2,70% do total.

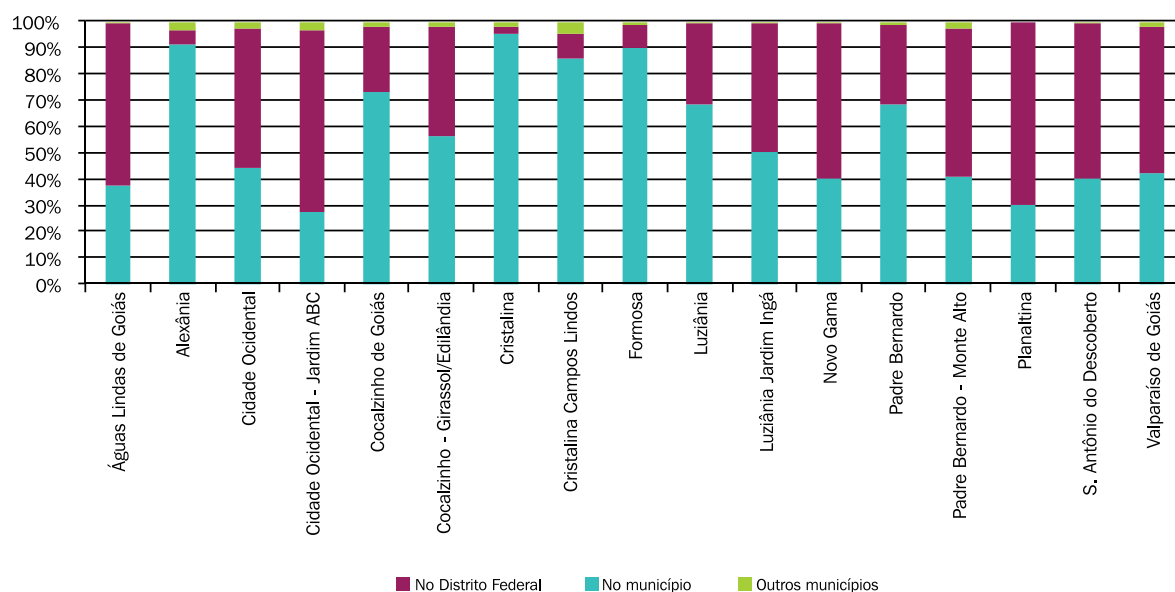
Quanto à distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação, 252.098, ou 53,53% do total, são empregados com carteira assinada. Os sem carteira são 79.281, ou 16,83%, contingente próximo ao dos que trabalham por conta própria (autônomos), 78.653, ou 16,70%.

Em relação ao local de trabalho, das 470.956 pessoas que trabalham, a PMAD encontrou 251.980 trabalhando no próprio município de residência, ou 53,54% do total e 211.993 pessoas, ou 45,03%, trabalhando no Distrito Federal. Em metade dos municípios que formam a periferia metropolitana, os percentuais de moradores trabalhando no DF supera o patamar de 50%. Destaque para Planaltina, com 69,53%, secundada por Águas Lindas de Goiás (61,32%); Santo Antônio do Descoberto (59,38%); Novo Gama (59,34%); Valparaíso (55,57%) e Cidade Ocidental (52,90%).

O percentual dos que trabalham no DF é ainda expressivo em Luziânia (30,75%), Padre Bernardo (29,81%) e Cocalzinho de Goiás (24,64%), mas em outros três municípios, o percentual dos que trabalham no DF é reduzido: Formosa (8,65%); Alexânia (5,38%) e Cristalina (2,63%). Deve-se destacar que, em quatro dos cinco distritos ou núcleos urbanos pesquisados, os percentuais dos que trabalham no DF são expressivos: Jardim ABC (68,69%), em Monte Alto (56,26%), no Jardim Ingá (48,53%) e Girassol (41,16%). Já em Campos Lindos é de somente 10,02% (Gráfico 3).

Quanto à Região Administrativa em que trabalham no DF, observa-se uma forte predominância da RA I (Brasília), o Plano Piloto, destino de 127.679 pessoas, ou 60,24% do total que têm no DF seu local de trabalho. Os serviços bancários utilizados são, principalmente, os do próprio município de residência. Das 576.515 pessoas que utilizam bancos,

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR LOCAL DE TRABALHO, POR MUNICÍPIO, DISTRITO OU NÚCLEO URBANO - 2013 (EM %)



469.528 ou 81,44% o fazem no município de moradia e 102.314, ou 17,75% o fazem no Distrito Federal.

A renda domiciliar média mensal dos municípios da AMB é de R\$ 2.043,35 ou 3,01 Salários Mínimos (SM) de 2013. A renda per capita média mensal é de R\$ 703,61, ou 1,04 SM, uma renda baixa, por certo. Em relação às classes de renda domiciliar, do total de 312.374 domicílios pesquisados, 64.225 (20,56%) não declararam a renda, fazendo com que a pesquisa não reflita com precisão a situação real. Os municípios de maior rendimento domiciliar médio mensal são Valparaíso de Goiás (R\$ 2.904,39), Cidade Ocidental (R\$ 2.439,36) e Formosa (R\$ 2.287,90). Os de menor rendimento são Padre Bernardo (R\$ 1.556,66), Santo Antônio do Descoberto (R\$ 1.657,01) e Águas Lindas de Goiás (R\$ 1.725,85).

Quanto à distribuição dos domicílios segundo classe de renda domiciliar, entre os que declararam renda, predominam aqueles com renda de até 2 SM (41,47%) e entre 2 a 5 SM (45,78%). Já os domicílios com rendimento acima de 5 SM representam 12,75% do total, sendo 10,34% com rendimento entre 5 e 10 SM; apenas 2,10% entre 10 e 20 SM e ínfimos 0,31% com mais de 20 SM.

A posse de bens e equipamentos e o acesso a serviços denotam o poder de consumo de uma família e, em consequência, o potencial de mercado de uma área. Quase a metade (46,46%) dos domicílios da região possuem automóvel, com destaque para os municípios de Formosa, onde esse percentual chega a 58,16% e Valparaíso de Goiás, com 54,86%. O microcomputador está presente em 34,22% dos domicílios, com destaques para Valparaíso (50,05%) e Cidade Ocidental (43,16%). Outro item “cobiçado”, a televisão de plasma/LCD, está presente em 29,35% dos domicílios, sendo que novamente Valparaíso apresenta o maior percentual de posse (39,24%). O acesso aos equipamentos culturais, contudo, é baixo. A grande maioria respondeu que não frequenta museus, teatros, bibliotecas, shows e cinemas. Observa-se um percentual especialmente elevado de pessoas que não vão a museus (95,80%)

e a teatros (94,48%). Os que não têm o hábito de leitura chegam a 66,38%.

O abastecimento de água na periferia metropolitana de Brasília apresenta um percentual razoável de cobertura, com 88,90% dos domicílios ligados à rede geral. Poços ou cisternas abastecem 9,00% do total e poços artesianos levam água a 1,7%. Há, contudo, dois municípios com baixa cobertura: Cristalina (78,6%) e Luziânia (76,60%). Mais preocupante é a cobertura de esgotamento sanitário da região. O percentual de domicílios ligados à rede geral é muito baixo, apenas 31,30%. Os municípios que apresentam maior percentual de domicílios ligados à rede geral são Formosa (61,30%), Cidade Ocidental (49,90%) e Valparaíso de Goiás (45,80%). Em contrapartida, nos municípios de Cocalzinho de Goiás (3,20%), Alexânia (3,60%) e Águas Lindas de Goiás (4,00%) e nos distritos de Campos Lindos (1,30%) e Jardim Ingá (1,60%) e no Jardim ABC (1,80%), o acesso à rede geral de esgoto é muito baixo.

Já os domicílios servidos por fossa séptica são 30,80% do total e os que utilizam fossa rudimentar são 37,60%. O uso disseminado de fossas rudimentares implica em elevado potencial de contaminação das águas que podem estar sendo consumidas sem nenhum tipo de cuidado prévio, trazendo sérias implicações na área de saúde. Os municípios que utilizam fossas rudimentares em maior proporção são Águas Lindas de Goiás, com 89,60% dos domicílios, Luziânia, com 78,20% e Santo Antônio do Descoberto, com 54,10%.

A região é bem suprida de serviço de limpeza urbana: 98,20% dos domicílios contam com coleta de lixo, mas a frequência mais comum de coleta é a semanal, com 73,70%. A coleta diária abrange apenas 14,90% dos domicílios. O abastecimento de energia elétrica está praticamente universalizado, alcançando 99,6% dos domicílios. Em relação à infraestrutura urbana, 88,5% dos domicílios situam-se em ruas com iluminação pública e 76% em ruas asfaltadas.

Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Presidente da Codeplan

A EPIDEMIA DE HOMICÍDIOS É MAIOR NOS MUNICÍPIOS DO g100

Se as áreas da Saúde e Educação foram capazes de estruturar mecanismos de financiamento por meio de repasses fundo a fundo entre o Governo Federal e as demais esferas federativas, na área da segurança pública até hoje não existem mecanismos claros de financiamento.

Que o Brasil vive há muito uma verdadeira epidemia de homicídios é facilmente constatável pelas notícias diárias nos meios de comunicação. Mas essa conclusão ganha caráter científico quando se analisa os dados de mortes por agressão do Sistema de Informações de Saúde à luz dos critérios adotados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera “epidêmicos” índices de homicídios acima de 10 para cada 100 mil habitantes.

O Brasil registrou no ano de 2011 a marca de 27,1

ENQUANTO QUE NO BRASIL A TAXA DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES FOI DE 27,1, EM 2011, NO g100 FOI DE 45,1



FOTO: ERNESTO REGRAV / PULSAR IMAGENS

mortes para cada 100 mil habitantes, taxa similar à de países como o México, que vive séria onda de violência relacionada aos cartéis de drogas, e Guiné-Bissau, que passa por conflitos armados há várias décadas. Se a realidade nacional já é preocupante, a situação é ainda mais crítica entre os municípios que compõem o grupo do **g100**. Eles registraram em 2011 taxa média de homicídios de 45,1 para cada 100 mil habitantes, índice 66,4% superior à média nacional.

Em um olhar mais cuidadoso sobre o **g100**, verificamos que 93 dos 100 municípios possuem taxas acima dos 10 homicídios por 100 mil habitantes, encontrando-se, portanto, numa grave situação epidêmica de violência. Mais grave: 72 deles possuem taxas de homicídios superiores à média nacional. Tal fato impõe sérios desafios na articulação de políticas públicas de segurança que sejam capazes de reduzir a criminalidade e de oferecer à população cidades mais seguras.

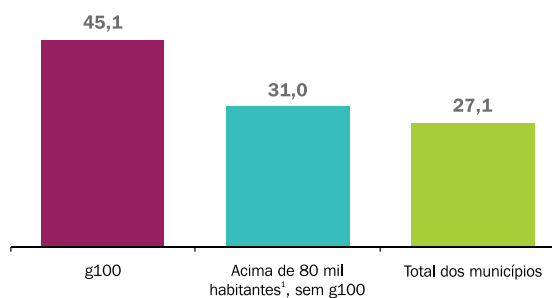
Debruçando-nos sobre os dados dos dez municípios com as mais altas taxas de homicídio no grupo do **g100** verificamos que oito encontram-se nas regiões Norte e Nordeste, um na região Centro-Oeste e um na região Sul, todos com taxa superior a 80 por 100 mil habitantes.

É razoável que, sendo formado por cidades de médio e grande porte, historicamente aquelas nas

quais a violência encontra mais campo para prosperar em países desiguais como o Brasil, o **g100** apresente estatísticas de homicídios superiores às de municípios menores. Mas quando comparamos o grupo com os demais municípios brasileiros de população superior a 80 mil habitantes, verificamos que o balanço também é péssimo para o **g100**: suas taxas de homicídios são 45,5% superiores.

TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES

2011



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM / Datasus.
¹Não inclui Brasília.

Segundo dados extraídos do Datasus, foram 52.198 vítimas da violência letal em todo o país no ano de 2011, das quais 54% ocorreram entre crianças, adolescentes e jovens, evidenciando que a violência é seletiva na vitimização. Além do recorte etário, os dados também revelam que as vítimas preferenciais da violência letal são os jovens do sexo masculino residentes nas periferias dos grandes centros urbanos, afrodescendentes e com baixo grau de escolarização.

Diversos estudos demonstram que a violência sofrida e praticada está fortemente relacionada ao grau de vulnerabilidade social e que ambos os fatores atingem diretamente a adolescência e a juventude. Não à toa, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 55% dos encarcerados no sistema penitenciário brasileiro no ano de 2011 possuíam entre 18 e 29 anos, além de haver no mesmo ano 19.595 adolescentes entre 12 e 17 anos cumprindo alguma medida socioeducativa ▶

MUNICÍPIOS DO g100 COM MAIOR TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO, POR 100 MIL HABITANTES - 2011

UF	Município	Taxa
PA	Ananindeua	118,8
PA	Marituba	107,4
BA	Porto Seguro	105,9
BA	Teixeira de Freitas	93,1
BA	Itabuna	92,6
PB	Santa Rita	90,8
BA	Valença	87,1
PR	Almirante Tamandaré	86,2
BA	Ilhéus	81,8
GO	Valparaíso de Goiás	80,9

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM / Datasus.

SEGURANÇA PÚBLICA

55% DOS
ENCARCERADOS
NO SISTEMA
PENITENCIÁRIO
BRASILEIRO, EM
2011, POSSUÍAM
ENTRE 18 E 29 ANOS



FOTO: STEFAN KOLMBAN / PULSAR IMAGENS

(internação, semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade).

Comparando-se os dados de homicídios por faixa etária, verificamos que entre os municípios do **g100** as taxas são superiores à média nacional e à dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes em praticamente todas elas.

Contudo, é entre as faixas etárias de 10 a 19 anos e de 20 a 29 anos que verificamos os maiores contrastes: se o país registra taxas de homicídios de 25,0 e 56,2 por 100 mil habitantes nos respectivos extratos,

no **g100** esses números chegam a 46,7 e 94,8 por 100 mil. Tais dados revelam que nos municípios do **g100** a taxa de mortalidade por homicídios entre adolescentes e jovens supera a média nacional em respectivamente 86% e 68%. É uma distorção muito grave que coloca a juventude das cidades do **g100** em situação de extrema vulnerabilidade à violência.

Diante da gravidade do cenário, e compreendendo a violência como um fenômeno multicausal e certamente vinculada à vulnerabilidade social, a redução da letalidade torna-se um tema central para o Estado

TAXA DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES, POR FAIXA ETÁRIA

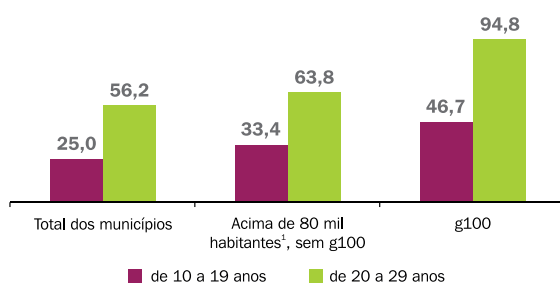
2011

Grupo de cidades	Até 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Total dos municípios	0,9	25,0	56,2	39,3	24,5	15,3	1,1
Acima de 80 mil hab., sem g100	1,2	33,4	63,8	43,0	25,5	14,7	10,0
g100	1,0	46,7	94,8	57,4	33,1	18,8	13,3

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM / Datasus.

brasileiro e demanda políticas públicas globais, mas que contemplem os níveis subnacionais de governo. E é nesse contexto que se faz mais do que necessária a atuação dos municípios na área da segurança pública.

TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO DE ADOLESCENTES E JOVENS, POR 100 MIL HABITANTES - 2011



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM / Datasus.
¹Não inclui Brasília.

Ainda que majoritariamente de responsabilidade estadual, a participação dos municípios na segurança pública é fundamental para a redução das taxas de violência. O município constitui instância privilegiada para a articulação de políticas locais e a integração com as outras esferas de governo, podendo ainda executar ações diretas na área, seja por meio da criação de guardas municipais, seja no desenvolvimento de estratégias de prevenção à violência, criação de conselhos comunitários de segurança, gabinetes de gestão integrada, entre outras alternativas.

São iniciativas importantes, tanto em função do crescimento dos índices de criminalidade, que afetam diretamente os municípios, tanto pela impossibilidade de as prefeituras interferirem diretamente no planejamento e na tomada de decisões na área da segurança pública, a cargo dos organismos estaduais.

O fato de, constitucionalmente, o policiamento ser basicamente atribuição dos governos estaduais, e a realidade de que a maior parte dos recursos é consumida com folhas de pagamentos das polícias, representam sérios obstáculos à implementação de ações diretamente

pela gestão municipal. Diante do panorama fiscal do país, os municípios não têm como, sozinhos, onerar seus orçamentos com demandas crescentes como as mobilizadas pela segurança. Tornam-se então, nessa área, muito dependentes dos repasses voluntários da União e dos Estados.

Se as áreas da Saúde e Educação foram capazes de estruturar mecanismos de financiamento por meio de repasses fundo a fundo entre o Governo Federal e as demais esferas federativas, na área da segurança pública até hoje não existem mecanismos claros de financiamento. O Fundo Nacional de Segurança Pública, gerido pelo Ministério da Justiça, não conta com recursos vinculados, e seu orçamento é insuficiente para atender à demanda dos entes subnacionais. Dessa forma, ainda que diversos estudos demonstrem que nos municípios onde as prefeituras priorizam a área da segurança pública as taxas de violência tendem a diminuir, o financiamento dessas ações permanece como um desafio.

Considerando que a superação da violência passa necessariamente pela redução das condições de vulnerabilidade social, é fundamental desenvolver políticas que compreendam a segurança pública como parte do processo de desenvolvimento do país, o que exige esforços conjuntos das três esferas de governo e da sociedade civil.

MUNICÍPIOS NÃO TÊM COMO ONERAR SEUS ORÇAMENTOS COM DEMANDAS CRESCENTES PELA SEGURANÇA



ÍNDICE g100

INDICADORES PARA A FORMAÇÃO DO g100 - 2013

	UF	Municípios do g100	População 2012	Receita corrente per capita média 2009-2011	Percentual da população atendida pela saúde suplementar 2012	Pessoas em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00	Percentual das crianças de até cinco anos matriculadas 2010	Índice g100 2013
1	PA	Bragança	116.164	683,52	1,7%	63,7%	20,6%	0,0728
2	MA	Paço do Lumiar	110.321	657,10	6,9%	46,2%	41,4%	0,1020
3	MG	Ribeirão das Neves	303.029	660,41	19,5%	26,7%	24,6%	0,1192
4	GO	Novo Gama	98.135	744,92	4,5%	34,6%	12,5%	0,1276
5	PA	Ananindeua	483.821	695,47	18,7%	28,0%	19,0%	0,1302
6	RJ	São João de Meriti	460.062	710,44	24,0%	23,7%	23,2%	0,1516
7	RJ	São Gonçalo	1.016.128	701,69	29,2%	23,1%	22,6%	0,1524
8	PR	Almirante Tamandaré	105.458	754,66	15,1%	26,2%	15,8%	0,1546
9	PA	Abaetetuba	144.415	834,34	5,1%	66,7%	31,6%	0,1560
10	PE	São Lourenço da Mata	104.782	813,28	9,3%	52,2%	30,2%	0,1642
11	GO	Águas Lindas de Goiás	167.477	810,27	2,8%	34,7%	26,6%	0,1701
12	PB	Bayeux	100.543	845,11	5,3%	42,5%	28,6%	0,1821
13	PA	São Félix do Xingu	99.905	859,93	0,3%	28,2%	13,4%	0,1825
14	PE	Abreu e Lima	95.243	857,99	19,6%	51,6%	22,8%	0,1869
15	GO	Trindade	107.966	847,68	10,1%	36,0%	27,8%	0,1936
16	PE	Paulista	306.239	829,24	18,6%	32,7%	25,1%	0,1948
17	PA	Cametá	124.411	924,67	0,8%	63,9%	35,7%	0,1956
18	PE	Santa Cruz do Capibaribe	91.891	867,82	8,0%	53,0%	43,9%	0,1991
19	SP	Carapicuíba	373.358	755,79	40,8%	17,2%	33,9%	0,2079
20	PE	Vitória de Santo Antão	129.907	943,13	10,5%	61,4%	30,3%	0,2095
21	PA	Tailândia	85.468	943,83	2,3%	45,3%	24,4%	0,2118
22	RJ	Belford Roxo	474.596	863,71	19,5%	30,8%	25,2%	0,2124
23	MA	São José de Ribamar	167.714	917,08	5,3%	43,1%	31,2%	0,2134
24	PE	Olinda	379.271	859,84	33,5%	40,6%	34,2%	0,2239
25	RS	Alvorada	197.441	905,44	19,6%	18,0%	7,7%	0,2247
26	AP	Santana	104.407	970,95	8,3%	50,4%	27,6%	0,2261
27	GO	Aparecida de Goiânia	474.219	928,12	14,6%	20,4%	10,5%	0,2290
28	RS	Viamão	241.190	925,72	18,4%	23,1%	12,3%	0,2310
29	RJ	Nova Iguaçu	801.746	929,13	23,1%	33,1%	17,7%	0,2325
30	CE	Maranguape	117.306	978,32	5,3%	49,7%	33,8%	0,2327
31	PA	Santarém	284.401	1.014,59	7,7%	56,7%	29,9%	0,2374
32	AM	Manacapuru	86.985	1.121,50	1,3%	69,5%	15,3%	0,2397
33	PB	Patos	102.020	996,60	5,5%	48,9%	34,5%	0,2411
34	PR	Sarandi	84.573	939,04	10,1%	27,2%	30,4%	0,2419
35	BA	Valença	90.319	1.016,49	4,1%	53,0%	34,8%	0,2430
36	BA	Ilhéus	187.315	1.006,64	9,8%	50,0%	30,2%	0,2436
37	BA	Feira de Santana	568.099	951,26	17,9%	33,7%	31,0%	0,2484
38	MA	Bacabal	101.195	1.046,93	2,8%	61,3%	39,3%	0,2486
39	PE	Jaboatão dos Guararapes	654.786	954,35	26,2%	39,6%	28,4%	0,2493
40	PA	Castanhal	178.986	1.027,25	8,3%	43,4%	24,8%	0,2505
41	PB	Santa Rita	121.994	1.042,78	6,4%	54,3%	32,6%	0,2510
42	RJ	Queimados	140.374	1.009,70	19,0%	41,1%	18,6%	0,2511
43	RJ	Mesquita	169.537	973,46	13,8%	26,3%	23,1%	0,2521
44	GO	Planaltina	82.847	1.039,71	4,1%	42,1%	28,1%	0,2553
45	SE	Itabaiana	88.501	1.039,49	4,8%	51,1%	37,9%	0,2566
46	MA	Barra do Corda	84.180	1.071,80	2,1%	64,2%	43,0%	0,2570
47	MG	Santa Luzia	205.666	1.001,01	27,2%	31,8%	11,0%	0,2579
48	PA	Breves	94.779	1.158,81	1,0%	65,9%	20,4%	0,2598
49	CE	Juazeiro do Norte	255.648	1.037,98	7,3%	53,8%	45,7%	0,2637
50	CE	Quixadá	82.258	1.084,12	4,1%	62,2%	42,5%	0,2647
51	PA	Itaituba	97.908	1.110,07	1,8%	57,1%	31,6%	0,2652

	UF	Municípios do g100	População 2012	Receita corrente per capita média 2009-2011	Percentual da população atendida pela saúde suplementar 2012	Pessoas em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00	Percentual das crianças de até cinco anos matriculadas 2010	Índice g100 2013
52	PI	Parnaíba	147.732	1.043,86	6,7%	43,1%	37,0%	0,2672
53	SP	Itaquaquecetuba	329.144	985,92	22,0%	26,0%	27,3%	0,2693
54	CE	Itapipoca	119.320	1.089,96	1,7%	64,5%	51,0%	0,2704
55	MA	Codó	119.079	1.137,88	1,4%	64,0%	35,5%	0,2706
56	GO	Valparaíso de Goiás	138.740	1.018,08	10,0%	27,6%	31,8%	0,2718
57	PE	Garanhuns	131.169	1.056,93	14,3%	47,5%	34,5%	0,2724
58	PR	Piraquara	96.023	1.043,62	13,9%	29,4%	23,8%	0,2748
59	AM	Parintins	103.828	1.134,86	0,9%	58,1%	36,8%	0,2763
60	SE	Lagarto	96.602	1.102,42	6,5%	56,0%	40,3%	0,2771
61	BA	Itabuna	205.885	1.021,29	17,1%	36,6%	37,9%	0,2772
62	PE	Igarassu	105.003	1.091,43	12,3%	49,6%	33,2%	0,2787
63	PE	Caruaru	324.095	1.076,83	19,6%	46,8%	29,2%	0,2798
64	PR	Fazenda Rio Grande	84.514	1.018,38	18,3%	24,6%	30,6%	0,2820
65	MG	Coronel Fabriciano	104.637	961,77	35,2%	28,2%	40,8%	0,2850
66	AP	Macapá	415.554	1.081,36	14,2%	30,8%	22,5%	0,2852
67	CE	Caucaia	336.091	1.058,93	9,2%	44,2%	49,8%	0,2866
68	MT	Cáceres	88.897	1.085,01	10,6%	40,3%	37,1%	0,2879
69	PR	Guarapuava	169.252	1.104,29	14,4%	32,1%	22,6%	0,2919
70	PA	Marituba	113.353	1.124,68	5,2%	46,0%	40,6%	0,2933
71	CE	Crato	123.963	1.100,99	9,2%	50,9%	49,6%	0,2939
72	BA	Alagoinhas	143.460	1.119,99	14,9%	43,6%	30,6%	0,2939
73	PE	Camaragibe	146.847	1.117,57	16,9%	45,7%	32,4%	0,2948
74	BA	Vitória da Conquista	315.884	1.128,88	13,7%	41,8%	29,6%	0,2963
75	RJ	Nilópolis	157.986	1.041,47	30,4%	24,2%	27,4%	0,2993
76	GO	Formosa	103.322	1.178,90	7,0%	40,7%	23,0%	0,2997
77	BA	Santo Antônio de Jesus	93.077	1.089,18	10,8%	42,0%	49,0%	0,2997
78	RJ	Japeri	97.337	1.189,74	7,7%	42,1%	24,1%	0,3034
79	ES	Cariacica	352.431	1.032,97	34,9%	28,2%	36,8%	0,3063
80	AM	Itacoatiara	89.064	1.268,39	2,3%	56,6%	23,9%	0,3063
81	MG	Ibirité	162.867	1.159,48	23,2%	34,3%	13,8%	0,3071
82	MT	Várzea Grande	258.208	1.126,57	16,1%	33,8%	31,8%	0,3082
83	RS	Uruguaiana	125.209	1.170,15	7,6%	34,3%	29,3%	0,3103
84	SP	Ferraz de Vasconcelos	172.222	1.070,55	20,3%	18,3%	34,3%	0,3120
85	CE	Iguatu	98.138	1.202,20	3,5%	49,6%	42,0%	0,3133
86	MG	Vespasiano	108.771	1.142,49	21,9%	28,9%	22,0%	0,3142
87	PE	Petrolina	305.352	1.171,38	20,6%	50,9%	37,9%	0,3158
88	BA	Teixeira de Freitas	143.001	1.194,76	12,8%	35,5%	23,9%	0,3165
89	BA	Porto Seguro	131.642	1.259,08	6,0%	51,0%	31,0%	0,3201
90	TO	Araguaína	156.123	1.170,88	7,5%	36,7%	42,5%	0,3214
91	SP	Francisco Morato	157.603	1.118,34	25,0%	25,2%	31,6%	0,3228
92	MG	Caratinga	86.364	1.150,18	14,3%	32,8%	40,2%	0,3233
93	SE	Nossa Senhora do Socorro	165.194	1.280,78	7,6%	48,3%	24,7%	0,3243
94	MG	Passos	107.661	1.118,39	19,2%	23,3%	37,7%	0,3250
95	RO	Ji-Paraná	118.092	1.205,42	11,4%	32,3%	27,6%	0,3251
96	MG	Conselheiro Lafaiete	118.578	1.035,87	46,4%	21,7%	38,9%	0,3274
97	MG	Ubá	104.004	1.013,59	48,5%	18,9%	43,4%	0,3290
98	BA	Salvador	2.710.968	1.180,55	29,0%	30,9%	21,9%	0,3309
99	MG	Sabará	127.897	1.109,10	28,0%	22,4%	37,1%	0,3311
100	MG	Teófilo Otoni	135.549	1.226,88	19,7%	41,6%	30,8%	0,3337

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Elaboração: Frente Nacional de Prefeitos e Aequus Consultoria.

DADOS GERAIS DO g100

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO g100 - 2013

UF	Municípios	Demografia				Receitas			
		População 2012	Taxa anual de crescimento da população 2000-2012	População com menos de 15 anos - 2010	População urbana em extrema pobreza - 2010	Receita corrente per capita 2011	Receita tributária per capita 2011	FPM per capita 2011	ICMS per capita 2011
em R\$ 1,00 ¹									
AM	Itacoatiara	89.064	1,8%	35,6%	13,8%	1.393,01	67,08	287,11	342,64
AM	Manacapuru	86.985	1,4%	36,9%	13,4%	-	-	293,42	-
AM	Parintins	103.828	1,2%	37,5%	14,2%	1.234,66	90,90	280,39	204,13
AP	Macapá	415.554	3,2%	31,2%	7,9%	1.079,94	141,98	403,36	184,28
AP	Santana	104.407	2,2%	33,0%	10,7%	-	-	165,81	-
BA	Alagoinhas	143.460	0,8%	23,3%	8,5%	1.236,98	164,25	273,42	195,85
BA	Feira de Santana	568.099	1,4%	24,1%	6,7%	1.018,78	174,71	127,99	182,36
BA	Ilhéus	187.315	-1,4%	25,2%	8,1%	-	-	387,46	-
BA	Itabuna	205.885	0,4%	22,8%	7,9%	-	-	350,68	-
BA	Porto Seguro	131.642	2,7%	30,6%	7,5%	1.429,42	247,87	285,27	118,34
BA	Salvador	2.710.968	0,9%	20,7%	5,5%	1.345,91	507,36	217,68	181,47
BA	Santo Antônio de Jesus	93.077	1,6%	23,4%	6,2%	1.185,15	118,39	330,07	138,53
BA	Teixeira de Freitas	143.001	2,4%	26,6%	7,3%	1.223,18	132,58	277,61	118,16
BA	Valença	90.319	1,3%	26,7%	12,4%	1.157,90	62,63	339,43	105,73
BA	Vitória da Conquista	315.884	1,6%	25,0%	7,6%	1.258,55	178,31	232,13	153,26
CE	Caucaia	336.091	2,5%	27,3%	9,5%	1.155,27	84,99	236,91	155,75
CE	Crato	123.963	1,4%	25,6%	8,0%	1.191,36	72,78	295,41	114,82
CE	Iguatu	98.138	1,1%	23,7%	8,4%	1.301,41	111,17	328,64	110,75
CE	Itapipoca	119.320	2,0%	29,8%	17,5%	1.258,12	44,57	307,95	88,41
CE	Juazeiro do Norte	255.648	1,6%	26,7%	9,1%	1.127,57	83,08	310,01	103,86
CE	Maranguape	117.306	2,4%	26,7%	9,0%	1.056,93	42,23	295,49	168,25
CE	Quixadá	82.258	1,4%	27,2%	13,9%	1.183,67	59,99	340,38	73,27
ES	Cariacica	352.431	0,7%	24,4%	3,1%	1.197,99	207,79	146,86	280,08
GO	Águas Lindas de Goiás	167.477	3,9%	31,9%	5,3%	872,30	72,97	338,55	27,36
GO	Aparecida de Goiânia	474.219	2,9%	25,9%	2,6%	1.139,58	233,39	119,01	144,08
GO	Formosa	103.322	2,3%	26,8%	4,3%	1.245,98	140,81	281,62	148,28
GO	Novo Gama	98.135	2,3%	30,4%	5,8%	-	-	296,57	-
GO	Planaltina	82.847	1,0%	30,1%	5,8%	-	-	325,06	-
GO	Trindade	107.966	2,4%	24,7%	3,3%	928,72	42,09	287,60	150,10
GO	Valparaíso de Goiás	138.740	3,2%	28,0%	3,0%	-	-	252,96	-
MA	Bacabal	101.195	0,8%	29,6%	10,3%	1.002,21	62,30	264,43	79,79
MA	Barra do Corda	84.180	0,6%	31,9%	17,6%	1.143,55	46,56	297,56	60,20
MA	Codó	119.079	0,6%	31,9%	19,6%	1.237,80	56,82	254,31	99,38
MA	Paço do Lumiar	110.321	3,1%	26,6%	7,0%	749,76	55,80	263,35	28,45
MA	São José de Ribamar	167.714	3,8%	27,5%	10,5%	999,54	126,31	430,47	56,83
MG	Caratinga	86.364	0,9%	23,3%	3,7%	1.236,87	165,72	336,98	190,04
MG	Conselheiro Lafaiete	118.578	1,2%	20,6%	1,7%	1.165,68	174,33	298,67	164,41
MG	Coronel Fabriciano	104.637	0,6%	22,4%	2,5%	1.051,56	139,27	317,23	133,44
MG	Ibirité	162.867	1,7%	26,2%	3,1%	1.266,78	139,38	363,24	277,97
MG	Passos	107.661	0,9%	21,3%	1,2%	1.219,26	169,92	308,89	205,85
MG	Ribeirão das Neves	303.029	1,7%	25,9%	3,2%	775,46	104,90	195,05	111,36
MG	Sabará	127.897	0,9%	23,9%	3,0%	1.244,87	150,55	276,27	297,95
MG	Santa Luzia	205.666	0,9%	24,8%	2,6%	1.149,04	152,70	286,12	232,85
MG	Teófilo Otoni	135.549	0,4%	23,5%	4,8%	1.341,22	127,90	275,08	144,63
MG	Ubá	104.004	1,7%	21,9%	1,5%	1.072,46	144,07	301,43	232,96
MG	Vespasiano	108.771	3,0%	25,9%	2,5%	1.281,69	227,50	309,77	253,91
MT	Cáceres	88.897	0,3%	26,8%	5,0%	1.122,53	129,25	263,18	163,20
MT	Várzea Grande	258.208	1,5%	25,6%	3,4%	-	-	180,51	-
PA	Abaetetuba	144.415	1,6%	30,7%	15,3%	-	-	214,39	-
PA	Ananindeua	483.821	1,7%	26,0%	6,3%	773,01	99,95	130,96	143,88
PA	Bragança	116.164	1,8%	32,4%	16,0%	757,11	30,54	237,19	46,01

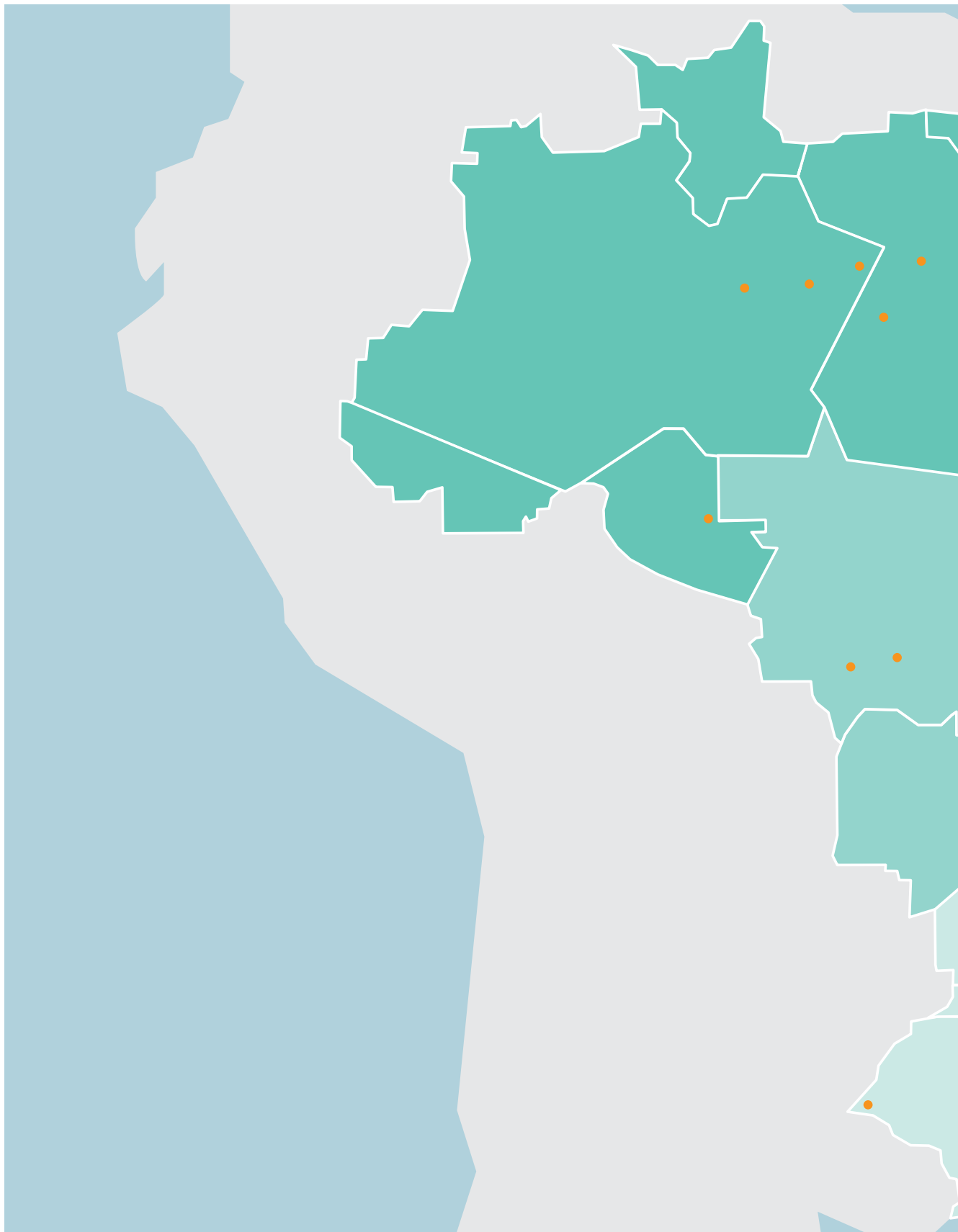
UF	Municípios	Educação		Saúde			Perfil econômico		Violência
		Despesa com educação por aluno 2011 <i>em R\$ 1,00¹</i>	Ideb das séries iniciais do Ensino Fundamental 2011	Despesa com saúde per capita 2011 <i>em R\$ 1,00¹</i>	IDSUS 2011	Grupo homogêneo no IDSUS	PIB per capita 2010 <i>em R\$ 1,00²</i>	Número de emprego por mil habitantes 2011	Taxa média de homicídio por 100 mil habitantes 2011
AM	Itacoatiara	2.719,65	4,0	378,26	5,2	4	11.005,37	101	17,1
AM	Manacapuru	-	4,3	-	4,5	4	7.331,00	54	30,2
AM	Parintins	2.643,67	4,5	290,22	4,6	4	6.619,57	67	10,7
AP	Macapá	4.433,26	4,0	244,46	5,1	2	13.096,63	237	33,2
AP	Santana	-	4,8	-	5,2	4	12.267,78	101	31,1
BA	Alagoinhas	3.254,68	3,6	309,78	5,3	4	11.387,65	158	65,8
BA	Feira de Santana	3.730,70	3,5	443,60	5,3	2	13.353,54	191	53,0
BA	Ilhéus	-	3,9	-	4,8	4	12.169,04	169	81,8
BA	Itabuna	-	4,3	-	5,3	2	12.618,00	200	92,6
BA	Porto Seguro	2.820,25	3,9	301,11	5,8	4	7.578,76	203	105,9
BA	Salvador	4.450,92	4,0	356,76	5,9	1	13.732,96	305	62,0
BA	Santo Antônio de Jesus	3.315,96	3,9	391,33	5,7	4	10.862,44	204	42,4
BA	Teixeira de Freitas	2.193,69	4,2	440,64	5,0	4	9.195,87	171	93,1
BA	Valença	2.293,57	3,2	124,46	5,3	4	7.138,38	115	87,1
BA	Vitória da Conquista	2.847,51	3,4	470,25	5,1	2	11.305,19	202	58,4
CE	Caucaia	2.770,61	4,3	263,93	4,0	4	7.981,54	91	34,5
CE	Crato	2.718,37	4,5	419,62	5,1	4	6.970,62	129	31,0
CE	Iguatu	3.043,77	5,1	422,34	5,3	4	7.909,11	123	27,7
CE	Itapipoca	2.379,32	4,5	246,76	5,0	4	5.398,10	80	40,8
CE	Juazeiro do Norte	2.737,08	4,2	348,05	4,5	4	7.841,79	173	32,4
CE	Maranguape	2.731,81	4,8	244,39	4,9	4	6.633,20	125	15,6
CE	Quixadá	2.703,20	4,4	343,57	5,0	4	6.684,26	102	35,6
ES	Cariacica	3.810,61	4,6	182,94	5,6	3	14.062,55	153	64,5
GO	Águas Lindas de Goiás	3.027,06	4,4	137,82	3,9	4	4.245,53	49	66,1
GO	Aparecida de Goiânia	2.786,54	4,9	229,44	4,7	2	11.299,38	237	47,9
GO	Formosa	3.212,58	4,9	327,06	4,7	3	9.106,54	130	47,2
GO	Novo Gama	-	4,8	-	4,2	6	4.549,68	50	46,6
GO	Planaltina	-	4,2	-	5,2	4	5.392,96	84	47,4
GO	Trindade	3.011,20	4,8	237,58	4,4	4	8.435,71	135	2,8
GO	Valparaíso de Goiás	-	4,6	-	4,9	5	6.351,33	107	80,9
MA	Bacabal	2.744,23	3,7	435,26	4,9	4	5.218,59	81	28,8
MA	Barra do Corda	2.423,75	3,9	254,51	3,9	4	5.962,20	41	49,1
MA	Codó	2.713,68	3,6	302,81	4,3	4	4.670,99	65	13,5
MA	Paço do Lumiar	2.629,18	4,6	87,53	4,4	4	3.205,02	43	24,1
MA	São José de Ribamar	2.924,08	4,4	244,89	4,8	4	3.300,81	86	25,4
MG	Caratinga	4.077,39	5,8	475,29	5,4	4	10.551,79	194	25,6
MG	Conselheiro Lafaiete	3.269,09	6,1	521,86	5,2	3	9.046,95	173	1,7
MG	Coronel Fabriciano	4.113,52	5,5	195,11	5,3	3	7.958,29	164	34,6
MG	Ibirité	3.884,57	5,3	494,05	5,9	3	7.956,94	103	39,8
MG	Passos	3.598,96	6,1	338,84	6,6	2	13.604,07	232	41,1
MG	Ribeirão das Neves	3.341,30	5,0	345,38	5,8	4	6.500,54	89	52,0
MG	Sabará	3.332,74	5,1	264,56	4,6	3	11.704,13	131	7,1
MG	Santa Luzia	3.763,01	5,2	361,77	4,8	3	10.343,80	161	38,2
MG	Teófilo Otoni	3.945,72	5,4	555,03	5,0	4	9.509,94	175	23,7
MG	Ubá	5.443,23	6,4	253,41	5,4	3	13.557,91	268	23,4
MG	Vespasiano	3.312,42	5,2	345,96	5,5	3	12.572,60	165	53,4
MT	Cáceres	3.441,97	4,4	197,44	4,1	4	10.578,52	142	36,2
MT	Várzea Grande	-	4,7	-	4,4	3	13.655,98	179	47,0
PA	Abaetetuba	-	3,9	-	4,0	4	3.786,92	56	25,9
PA	Ananindeua	2.591,22	4,6	226,83	4,5	2	7.775,22	127	118,8
PA	Bragança	2.915,23	3,8	165,23	4,3	4	3.990,51	50	12,2

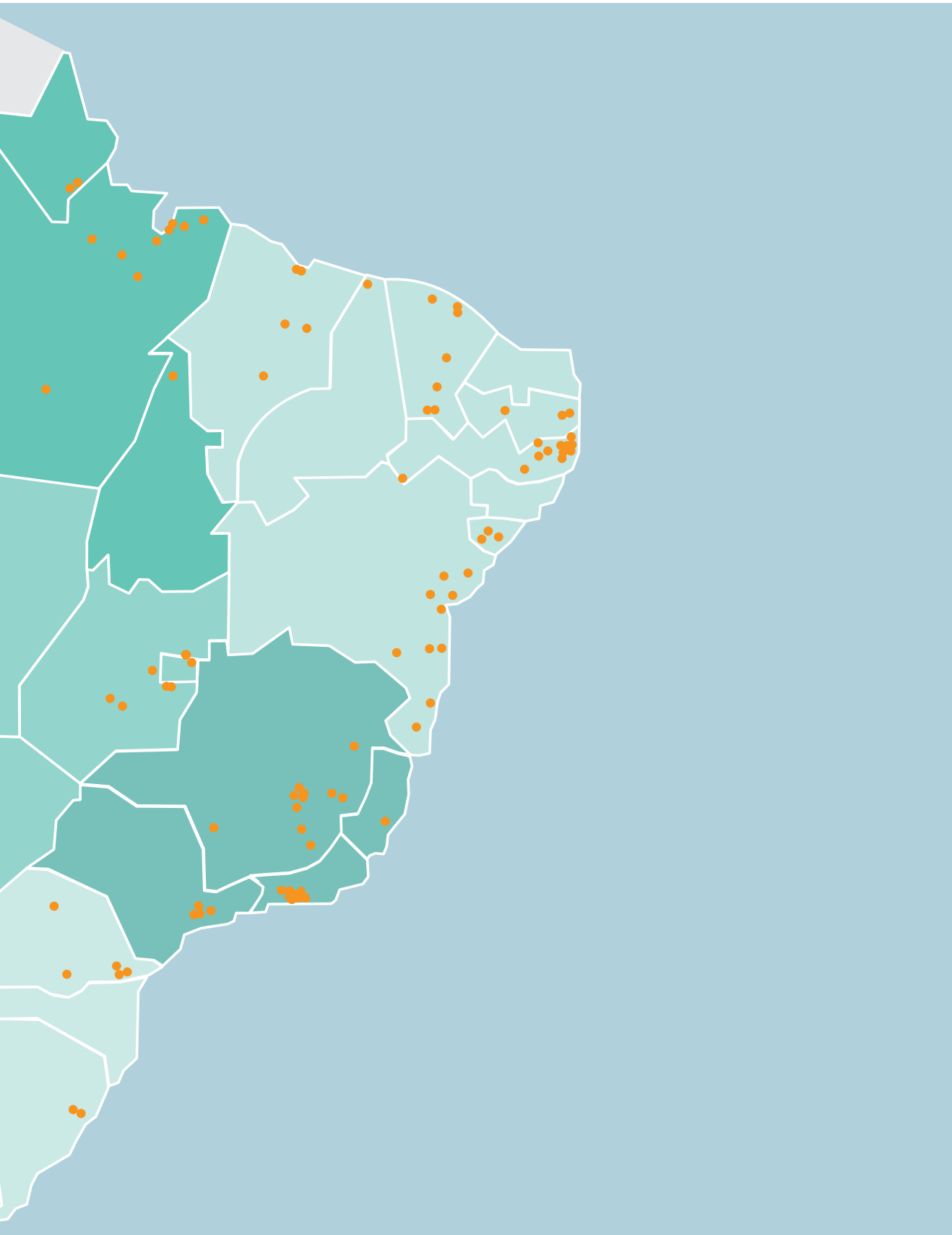
DADOS GERAIS DO g100

UF	Municípios	Demografia				Receitas			
		População 2012	Taxa anual de crescimento da população 2000-2012	População com menos de 15 anos - 2010	População urbana em extrema pobreza - 2010	Receita corrente per capita 2011	Receita tributária per capita 2011	FPM per capita 2011	ICMS per capita 2011
em R\$ 1,00 ¹									
PA	Breves	94.779	1,4%	40,8%	20,9%	1.393,10	47,18	271,86	67,52
PA	Cametá	124.411	2,0%	35,6%	18,8%	-	-	235,66	-
PA	Castanhal	178.986	2,4%	28,2%	7,9%	-	-	355,45	-
PA	Itaituba	97.908	0,3%	31,6%	13,0%	1.362,32	115,11	261,10	157,73
PA	Marituba	113.353	3,6%	28,8%	7,9%	1.326,63	50,74	245,49	122,45
PA	Santarém	284.401	0,7%	31,6%	10,2%	1.108,56	92,43	210,75	107,13
PA	São Félix do Xingu	99.905	9,2%	29,7%	8,8%	902,48	70,91	248,81	129,22
PA	Tailândia	85.468	6,9%	34,9%	16,8%	1.088,60	51,99	268,20	126,20
PB	Bayeux	100.543	1,2%	25,7%	10,1%	-	-	305,72	-
PB	Patos	102.020	0,9%	25,0%	8,4%	1.114,61	80,60	302,03	106,25
PB	Santa Rita	121.994	0,4%	26,7%	12,0%	-	-	286,35	-
PE	Abreu e Lima	95.243	0,6%	23,8%	8,9%	939,27	52,18	342,14	328,00
PE	Camaragibe	146.847	1,1%	23,1%	8,1%	1.180,76	96,19	478,39	83,85
PE	Caruaru	324.095	2,1%	24,8%	7,0%	1.175,64	205,06	224,84	212,92
PE	Garanhuns	131.169	0,9%	26,6%	12,8%	1.214,15	121,01	298,84	225,62
PE	Igarassu	105.003	2,1%	25,4%	11,7%	-	-	334,31	-
PE	Jaboatão dos Guararapes	654.786	1,0%	23,9%	9,4%	1.076,03	184,35	110,58	372,31
PE	Olinda	379.271	0,3%	22,0%	8,2%	995,93	181,40	189,82	252,25
PE	Paulista	306.239	1,3%	22,5%	7,9%	890,06	116,57	236,82	165,07
PE	Petrolina	305.352	2,8%	28,3%	6,4%	1.236,58	126,85	239,71	214,95
PE	Santa Cruz do Capibaribe	91.891	3,8%	26,7%	5,7%	925,64	74,70	337,37	135,34
PE	São Lourenço da Mata	104.782	1,2%	24,9%	13,3%	884,89	67,17	333,28	134,28
PE	Vitória de Santo Antão	129.907	0,8%	24,6%	13,2%	1.074,80	74,31	297,42	196,48
PI	Parnaíba	147.732	..	25,2%	10,8%	1.195,06	88,55	460,31	126,59
PR	Almirante Tamandaré	105.458	1,5%	27,6%	2,3%	-	-	334,27	-
PR	Fazenda Rio Grande	84.514	2,5%	28,4%	2,5%	1.154,37	212,03	367,20	72,13
PR	Guarapuava	169.252	0,7%	25,4%	2,9%	-	-	335,41	-
PR	Piraquara	96.023	2,3%	27,3%	1,7%	1.114,71	273,31	345,98	354,83
PR	Sarandi	84.573	1,4%	24,1%	2,7%	904,50	156,56	364,54	70,94
RJ	Belford Roxo	474.596	0,7%	24,9%	6,2%	919,20	104,36	95,09	170,26
RJ	Japeri	97.337	1,3%	25,9%	7,1%	1.282,57	65,24	271,26	235,20
RJ	Mesquita	169.537	-	22,7%	3,9%	1.078,89	115,34	265,63	198,29
RJ	Nilópolis	157.986	0,2%	20,6%	2,3%	1.122,46	174,36	284,58	128,28
RJ	Nova Iguaçu	801.746	-1,1%	24,0%	5,7%	1.014,41	168,02	56,17	167,42
RJ	Queimados	140.374	1,2%	25,4%	6,2%	1.162,57	139,38	225,51	173,52
RJ	São Gonçalo	1.016.128	1,1%	20,7%	3,2%	733,19	137,45	47,00	145,28
RJ	São João de Meriti	460.062	0,2%	22,8%	3,3%	851,33	143,69	97,70	128,63
RO	Ji-Paraná	118.092	0,8%	25,5%	4,2%	1.291,39	194,23	224,57	374,93
RS	Alvorada	197.441	0,6%	26,2%	3,1%	1.018,27	94,38	256,67	116,43
RS	Uruguaiana	125.209	-0,1%	26,0%	4,0%	1.256,54	184,48	254,96	311,23
RS	Viamão	241.190	0,5%	24,5%	2,9%	1.013,83	104,70	209,96	185,23
SE	Itabaiana	88.501	1,2%	26,5%	8,4%	1.153,90	122,17	323,28	121,36
SE	Lagarto	96.602	1,2%	26,8%	10,3%	1.185,10	62,91	317,44	102,17
SE	Nossa Senhora do Socorro	165.194	1,9%	28,8%	9,3%	932,45	98,69	388,81	127,80
SP	Carapicuíba	373.358	0,7%	24,3%	3,8%	919,01	192,67	133,57	199,37
SP	Ferraz de Vasconcelos	172.222	1,6%	26,0%	4,1%	1.180,85	164,95	291,39	220,27
SP	Francisco Morato	157.603	1,4%	28,0%	6,6%	1.113,07	122,37	305,27	108,31
SP	Itaquaquecetuba	329.144	1,6%	27,8%	5,8%	1.103,80	188,93	152,44	238,13
TO	Araguaína	156.123	2,7%	26,8%	4,3%	1.320,73	156,31	345,13	196,73
g100		21.690.716	1,3%	25,2%	6,4%	1.101,07	187,73	227,15	174,80
Acima de 80 mil hab. sem g100		110.579.038	1,2%	21,9%	3,1%	2.236,99	684,42	181,45	501,55
Total dos municípios do Brasil		193.976.530	1,1%	24,1%	5,4%	1.932,26	422,20	368,04	413,31

UF	Municípios	Educação		Saúde			Perfil econômico		Violência
		Despesa com educação por aluno 2011 <i>em R\$ 1,00¹</i>	Ideb das séries iniciais do Ensino Fundamental 2011	Despesa com saúde per capita 2011 <i>em R\$ 1,00¹</i>	IDSUS 2011	Grupo homogêneo no IDSUS	PIB per capita 2010 <i>em R\$ 1,00²</i>	Número de emprego por mil habitantes 2011	Taxa média de homicídio por 100 mil habitantes 2011
PA	Breves	2.595,37	3,9	242,29	3,6	4	3.607,87	59	8,5
PA	Cametá	-	3,4	-	3,5	4	3.129,21	43	9,8
PA	Castanhal	-	3,9	-	4,7	4	8.369,75	170	71,0
PA	Itaituba	2.559,59	3,5	324,12	3,6	4	6.659,57	78	26,6
PA	Marituba	2.461,09	4,0	362,03	4,4	4	5.849,93	135	107,4
PA	Santarém	2.564,93	4,6	247,54	4,9	4	6.964,25	122	13,8
PA	São Félix do Xingu	2.521,66	4,1	225,89	3,1	4	5.780,83	56	35,5
PA	Tailândia	2.179,16	4,0	255,16	3,2	4	5.404,94	123	77,6
PB	Bayeux	-	4,0	-	4,3	4	7.006,07	101	49,9
PB	Patos	3.170,71	4,2	464,50	4,2	4	6.881,09	110	65,1
PB	Santa Rita	-	3,5	-	5,0	4	10.363,04	177	90,8
PE	Abreu e Lima	3.425,65	3,6	302,51	4,9	4	8.977,72	121	38,0
PE	Camaragibe	3.094,21	3,9	443,44	4,8	4	5.238,55	73	24,0
PE	Caruaru	3.490,23	4,4	265,46	4,6	2	9.538,01	204	55,7
PE	Garanhuns	3.817,79	3,7	278,27	5,2	4	8.809,98	129	27,6
PE	Igarassu	-	3,5	-	5,7	6	11.240,37	192	43,5
PE	Jaboatão dos Guararapes	3.603,57	3,9	277,09	5,3	2	12.968,19	150	47,2
PE	Olinda	3.416,88	3,5	236,15	5,4	4	8.227,06	224	34,3
PE	Paulista	4.783,44	3,9	207,28	5,2	4	7.087,91	116	44,2
PE	Petrolina	3.691,65	4,8	349,82	5,1	4	10.712,81	193	30,7
PE	Santa Cruz do Capibaribe	3.001,00	4,5	295,14	3,5	4	6.614,91	129	32,3
PE	São Lourenço da Mata	2.646,07	3,6	162,30	4,7	6	5.073,82	96	25,0
PE	Vitória de Santo Antão	2.738,08	3,4	272,21	5,9	4	9.637,11	150	51,9
PI	Parnaíba	2.734,25	3,8	363,27	4,1	4	6.500,04	104	17,7
PR	Almirante Tamandaré	-	4,3	-	5,7	4	7.014,47	118	86,2
PR	Fazenda Rio Grande	2.885,48	5,1	261,77	5,9	4	7.576,30	126	59,0
PR	Guarapuava	-	5,2	-	6,1	3	15.839,80	218	35,0
PR	Piraquara	3.672,25	4,7	176,56	5,9	4	5.873,70	83	80,4
PR	Sarandi	3.012,57	4,5	187,39	4,8	3	8.478,91	142	69,3
RJ	Belford Roxo	3.353,85	3,8	249,21	3,6	4	9.518,96	66	35,0
RJ	Japeri	3.488,86	3,8	311,01	4,1	4	9.601,68	57	41,5
RJ	Mesquita	3.987,34	4,1	214,99	4,7	5	9.106,79	94	16,0
RJ	Nilópolis	4.066,80	4,4	300,59	4,0	3	10.601,62	122	33,0
RJ	Nova Iguaçu	4.143,82	4,1	316,71	4,4	2	11.926,63	123	46,8
RJ	Queimados	3.299,23	4,2	308,41	4,5	4	12.108,71	122	32,3
RJ	São Gonçalo	4.156,55	4,1	222,20	4,2	2	10.343,57	111	29,0
RJ	São João de Meriti	4.139,02	4,2	264,27	4,0	3	10.522,12	126	24,2
RO	Ji-Paraná	5.175,83	5,8	363,47	4,0	3	14.461,88	207	1,7
RS	Alvorada	3.737,89	4,3	137,38	6,4	4	7.529,93	92	56,5
RS	Uruguaiana	4.091,60	5,0	276,14	5,4	3	21.096,29	162	8,8
RS	Viamão	4.178,84	4,3	136,25	5,3	3	9.292,77	81	34,5
SE	Itabaiana	3.522,32	3,4	413,69	5,2	4	9.480,11	129	60,4
SE	Lagarto	2.944,18	3,8	314,08	4,6	4	7.377,95	102	47,0
SE	Nossa Senhora do Socorro	2.949,68	4,0	263,13	5,8	4	11.222,43	100	30,1
SP	Carapicuíba	6.295,45	4,4	236,74	4,6	3	9.279,11	116	19,4
SP	Ferraz de Vasconcelos	4.163,20	5,0	180,50	4,9	3	9.526,80	123	14,7
SP	Francisco Morato	3.691,07	4,8	324,70	5,3	4	6.277,58	60	21,1
SP	Itaquaquecetuba	3.814,13	4,5	237,84	4,8	3	10.120,83	125	35,3
TO	Araguaína	4.399,01	5,2	351,44	6,6	2	12.777,53	171	40,4
g100		3.372,94	..	295,96	10.061,46	157	45,1
Acima de 80 mil hab. sem g100		5.199,23	..	549,96	27.707,75	344	31,0
Total dos municípios do Brasil		4.361,30	..	430,76	19.763,93	241	27,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego e DataSUS. Elaboração: Frente Nacional de Prefeitos e Aequus Consultoria.





CRIADO O ÍNDICE g100 PARA DEFINIR CIDADES DO GRUPO

A seleção dos municípios que compõem o **g100** ganhou maior abrangência e consistência. Por iniciativa da Vice-Presidência para Assuntos das Cidades Populosas com Baixa Receita Per Capita e Alta Vulnerabilidade Social da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), foi criado o Índice **g100**, um indicador composto pela receita corrente per capita de cada município e também por medidas de pobreza, saúde e educação de cada cidade brasileira.

A FNP constatou que, mesmo sendo a variável mais importante para definir os municípios que fazem parte do **g100**, tanto que na ponderação do novo índice surge com 70% de peso, somente a receita corrente per capita das cidades com mais de 80 mil habitantes não era suficiente para definir aquelas que participam do grupo. Havia casos de municípios com baixa receita per capita integrantes do **g100**, mas com indicadores sociais melhores do que de outras cidades de baixa receita que ficavam fora do grupo por conta do critério único que vigorou de 2010 a 2012.

A nova metodologia que passou a vigorar este ano incorpora, com 10% de peso cada um, um Índice de Pobreza, um Índice de Independência em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS)

e um Índice de Educação. Os três novos indicadores aproximam a metodologia para definição do **g100** daquela usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – baseada em indicadores de renda, longevidade e educação – para elaborar o consagrado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sem perder o foco no problema da baixa receita corrente que precariza a gestão dos municípios do grupo.

A reformulação da metodologia teve a preocupação de incluir novos parâmetros para os quais houvesse dados disponíveis em relação a todos os municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes. Mesmo ciente de que há no país muitos outros municípios com problemática semelhante à do **g100**, a FNP entende que a delimitação do grupo no formato que é feita assegura comparabilidade em relação ao restante do país. E também facilita a formulação de políticas com o objetivo de combater as carências das cidades enquadradas no grupo e daquelas em situação semelhante.

Outra novidade metodológica a partir de 2013 é a definição de receita per capita corrente a partir da média dos últimos três anos e não mais com base simplesmente na receita do ano mais recente entregue à Secretaria do Tesouro

Nacional (STN). A nova fórmula permite evitar distorções, como a exclusão de municípios que, eventualmente, não tenham entregue seus números à STN no ano-base ou que tiveram seus dados mais recentes alterados por variações excepcionais na receita.

O Índice **g100**, sujeito a aperfeiçoamentos futuros, ficou assim formatado:

- ▶ Índice da Receita Corrente Per Capita: ponderado em 70%.
- ▶ Índice de Pobreza: ponderado em 10%.
- ▶ Índice da Independência da População em relação ao SUS: ponderado em 10%.
- ▶ Índice da Educação: ponderado em 10%.

ÍNDICE DA RECEITA CORRENTE PER CAPITA

Dados utilizados:

- ▶ Receita corrente deduzida das contribuições constitucionais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), calculada com base nos balanços anuais dos municípios publicados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis

dos Entes da Federação (SISTN), da STN. Foram utilizadas as informações dos três últimos anos com dados disponíveis: 2009, 2010 e 2011.

- Estimativas populacionais para os municípios nos anos de 2009 e 2011 e dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cálculo da média da receita corrente per capita: soma dos valores da receita corrente para os anos disponíveis, dividida pela soma da população dos mesmos anos para os quais estão disponíveis os dados da receita corrente. Os valores da receita corrente foram atualizados para preços médios de 2012 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE.

Cálculo do Índice Receita Corrente Per Capita: atribuiu-se um logaritmo de base dez para cada valor de receita corrente média per capita de cada município com mais de 80 mil habitantes. Relaciona-se esse valor com os valores dos demais logaritmos de base dez dos demais municípios e obtém-se um índice que, quanto menor, menor a receita corrente média per capita. É importante ressaltar que foram excluídos do cálculo os municípios cuja receita corrente per capita média do período foi superior ao triplo da média do grupo das cidades com mais de 80 mil habitantes. Nesta edição, os municípios excluídos foram Paulínia, Macaé, Cubatão, Barueri, São Caetano do Sul e Rio das Ostras.

$$i_{rcpc} = \frac{(\text{Log}_{município\ x}) - (\text{Log}_{mínimo\ do\ grupo})}{(\text{Log}_{máximo\ do\ grupo}) - (\text{Log}_{mínimo\ do\ grupo})}$$

onde,

i_{rcpc} é o Índice da Receita Corrente Per Capita;

$\text{Log}_{município\ x}$ é o logaritmo de base dez de um município X qualquer;

$\text{Log}_{máximo\ do\ grupo}$ é o logaritmo de base dez da menor receita per capita do grupo de municípios com mais de 80 mil habitantes;

$\text{Log}_{mínimo\ do\ grupo}$ é o logaritmo de base dez da maior receita per capita do grupo de municípios com mais de 80 mil habitantes.

Objetivo do índice: medir e comparar a capacidade que as prefeituras possuem para financiar suas políticas públicas e prestar serviços satisfatórios às populações. Quanto maior o índice, maior seria a capacidade financeira da prefeitura para atender as demandas de sua população. Não foi utilizada a receita total, pois ela inclui a receita de capital, que são recursos que não ingressam com regularidade nos cofres municipais, como os obtidos através da contratação de operações de crédito, convênios ou repasses voluntários da União ou do Estado destinados a investimentos.

ÍNDICE DE POBREZA

Dados utilizados:

- Número de pessoas vivendo em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00, cadastradas em janeiro de 2013. Informação divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em seu Relatório de

Informações Sociais do Bolsa Família e no Cadastro Único.

- População municipal estimada para 2012 pelo IBGE.

Cálculo do Índice de Pobreza: inverso da proporção de pessoas vivendo em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00, em relação à população total do município. Quanto maior o índice, menor é a proporção de pessoas de famílias carentes na população total.

$$i_p = 1 - \frac{Pop_{2013}}{Pop_{2012}}$$

onde,

i_p é o Índice de Pobreza;

Pop_{2013} é o número de pessoas vivendo em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00, cadastradas em janeiro de 2013;

Pop_{2012} é a população municipal estimada para 2012. ➔

NOTAS METODOLÓGICAS

Objetivo do índice: favorecer a inclusão no **g100** de cidades que tenham uma proporção maior de pessoas pobres na população, pois, quanto maior é essa proporção, maior é a demanda por serviços públicos como educação, saúde e assistência social.

ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO SUS

Dados utilizados:

- ▶ Número de pessoas atendidas pela saúde suplementar, em setembro de 2012, divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- ▶ População municipal estimada para 2012 pelo IBGE.

Cálculo do Índice de Independência da População em relação ao SUS:

relação direta do número de pessoas atendidas pela saúde suplementar sobre a população total do município.

$$i_s = \frac{Sup_{2012}}{Pop_{2012}}$$

onde,

i_s é o Índice de Independência da População em relação ao SUS;

Sup_{2012} é o número de pessoas atendidas pela saúde suplementar, em setembro de 2012;

Pop_{2012} é a população municipal estimada para 2012.

Objetivo do índice: quanto maior o índice, maior é a quantidade de pessoas que não dependem do sistema público de saúde no município. Esse índice favorece a inclusão no **g100** de cidades que tenham uma proporção maior de pessoas que dependem do SUS.

ÍNDICE DA EDUCAÇÃO

Dados utilizados:

- ▶ Número de de crianças matriculadas nas redes municipais, estaduais e particulares do ensino infantil regular em 2010, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- ▶ População de zero a cinco anos de idade, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, do IBGE.

Cálculo do Índice da Educação:

relação direta do número de crianças matriculadas nas redes municipais, estaduais

e particulares do ensino infantil regular sobre a população total do município.

$$i_e = \frac{Edu_{2010}}{Pop_{2010}}$$

onde,

i_e é o Índice da Educação;

Edu_{2010} é o número de crianças matriculadas nas redes municipais, estaduais e particulares do ensino infantil regular, em 2010;

Pop_{2010} é a população municipal de crianças de zero a cinco anos de idade, em 2010.

Objetivo do índice: quanto maior o índice, maior é a proporção de crianças atendidas pela rede de ensino infantil pública e privada. O índice favorece a inclusão no **g100** de municípios que não tenham conseguido oferecer vagas no ensino infantil suficientes para abranger a totalidade de crianças demandantes.

ÍNDICE DO g100

O índice final, chamado de Índice do **g100** é calculado da seguinte forma:

$$i_{g100} = (i_{rcpc} * 0,7) + (i_p * 0,1) + (i_s * 0,1) + (i_e * 0,1)$$

onde,

i_{g100} é o índice final do **g100**;

i_{rcpc} é o Índice Receita Corrente Per Capita;

i_p é o Índice de Pobreza;

i_s é o Índice da Independência da População em relação ao SUS;

i_e é o Índice de Educação.

A ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA CONTA COM A CODEPLAN PARA ALAVANCAR SEU DESENVOLVIMENTO

As pesquisas e estudos da Codeplan traçam o retrato do Distrito Federal e da Área Metropolitana de Brasília (AMB).

A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD/2013 traz o retrato de Águas Lindas, Formosa, Novo Gama, Planaltina e Valparaíso de Goiás - integrantes do g100 - e mais sete municípios da AMB.

Com o diagnóstico socioeconômico da população desses 12 municípios, que totalizam 1,1 milhão de habitantes, os gestores terão maiores subsídios para elaborar políticas públicas para suas cidades.



Codeplan, contribuindo para um desenvolvimento sem fronteiras.

Estudos e pesquisas disponíveis em seu sítio na internet
www.codeplan.df.gov.br - Áreas Temáticas



ANVISA 15 ANOS

Em 2014 a Anvisa completa 15 anos de atuação. Nesse período, o Brasil avançou nos mecanismos de segurança e controle de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária.

Pautada pela transparência e participação social, a Agência contribuiu para que o país ampliasse sua participação no mercado internacional de medicamentos, insumos e produtos para a saúde. O incremento desse setor refletiu no crescimento do PIB e na abertura de novos postos de trabalho.

Ao longo desses 15 anos, a Anvisa participou do crescimento econômico nacional, estimulando a concorrência econômica, promovendo a inclusão produtiva com segurança sanitária e protegendo a saúde da população brasileira.



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Ministério da
Saúde

